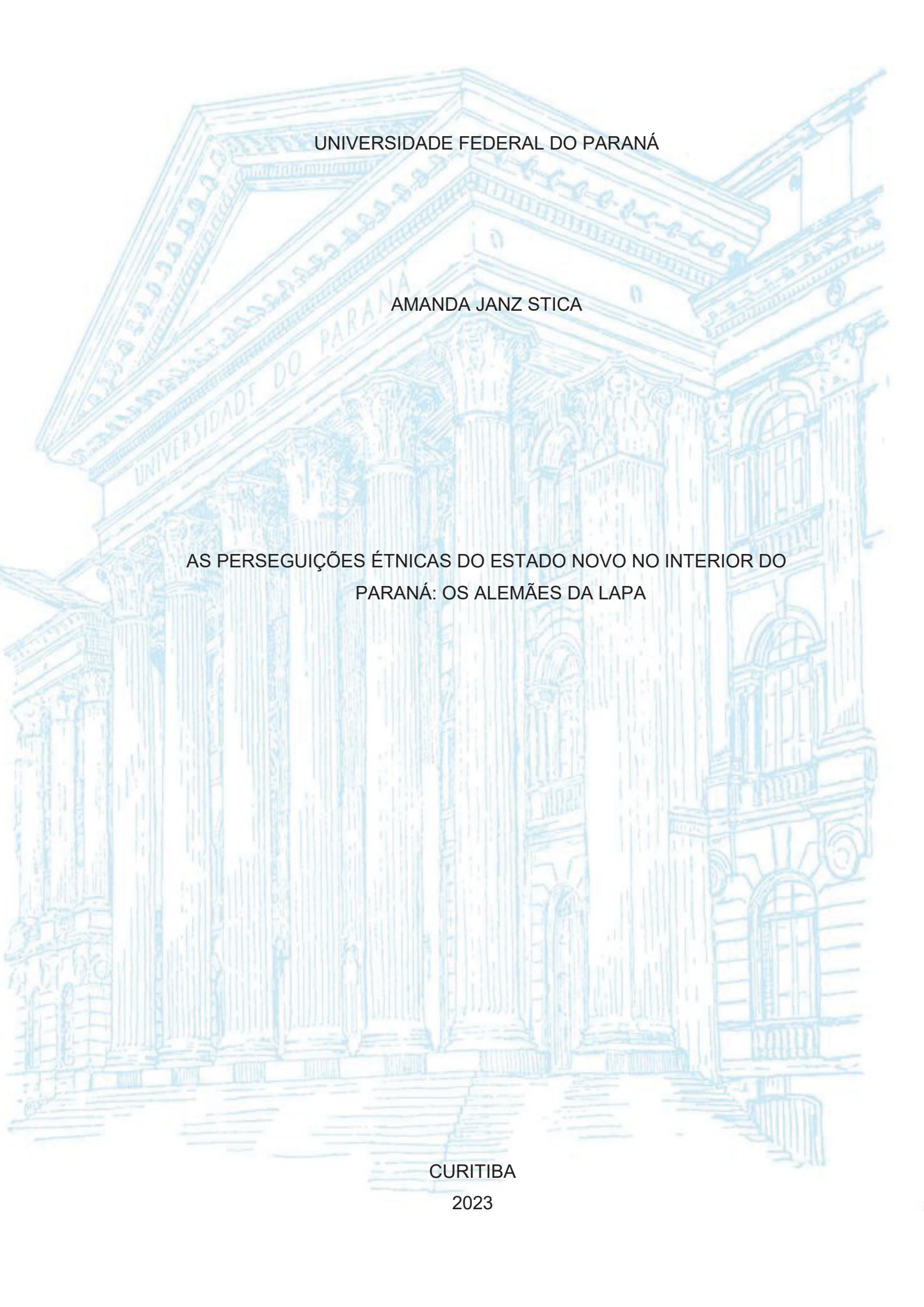




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA JANZ STICA

AS PERSEGUIÇÕES ÉTNICAS DO ESTADO NOVO NO INTERIOR DO
PARANÁ: OS ALEMÃES DA LAPA

CURITIBA

2023

AMANDA JANZ STICA

AS PERSEGUIÇÕES ÉTNICAS DO ESTADO NOVO NO INTERIOR DO
PARANÁ: OS ALEMÃES DA LAPA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Prestes Santos Lima.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Stica, Amanda Janz

As perseguições étnicas do Estado Novo no interior do Paraná :os
alemães da Lapa. / Amanda Janz Stica. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional
em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Prestes Santos Lima.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **AMANDA JANZ STICA** intitulada: **AS PERSEGUIÇÕES ÉTNICAS DO ESTADO NOVO NO INTERIOR DO PARANÁ: OS ALEMÃES DA LAPA**, sob orientação do Prof. Dr. EDERSON PRESTES SANTOS LIMA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Março de 2023.

Assinatura Eletrônica

04/04/2023 08:32:15.0

EDERSON PRESTES SANTOS LIMA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

11/04/2023 13:15:50.0

ROBERTO JOÃO EISSLER

Avaliador Externo (INSTITUTO FED. DE EDUC., CIÊNC. E TECNOL. DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

04/04/2023 08:21:32.0

DENILSON ROBERTO SCHENA

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ IFPR)

AGRADECIMENTOS

Manter a produtividade na conjuntura caótica e desoladora que estamos atravessando – pandemia, governos Bolsonaro e Ratinho Jr - foi dos grandes desafios para conseguir concluir este trabalho. Sou grata, porque em minha trajetória pessoal fui agraciada com pessoas que iluminaram meu caminho e tornaram essa jornada muito menos penosa.

Nada mais justo do que começar agradecendo àqueles que me apoiaram desde o início da trajetória acadêmica, meus pais Ailton e Dirlei. Ambos sempre me incentivaram nos estudos, cada um de sua forma. Meu pai, pessimista que só, bate na tecla de ainda tenho tempo de “cair fora” e seguir outra área. Mesmo assim, presencio ele contando com orgulho da “filha professora que leva um monte de trabalho para casa” e também suas brigas nas redes sociais defendendo a categoria. De minha mãe, sempre encontrei grande apoio quanto a minha escolha profissional, aliás, dela sempre encontrei apoio para tudo. É minha maior incentivadora e sempre teve consciência do quão importante concluir o mestrado era para mim. Sou grata por cada preocupação, alento e as mais diversas formas de carinho, como: “preparei um mate. Venha tomar para descansar um pouquinho a cabeça e depois você volta com isso”. A vocês o meu sincero e profundo, muito obrigada!

Aos meus amados sobrinhos/afilhados: Isadora, Marcelo, Isabela, Davi e Lis. A vocês devo os mais gostosos momentos de descontração e afeto sem fim. Aos três primeiros, que se acostumaram em ter uma “tia Amanda” sempre ativa nas brincadeiras e noites do pijama frequentes e com direito aos caça ao tesouro temáticos, agradeço pela paciência e ausência que esse processo exigiu. Amo vocês!

A minha irmã Adriana, que sempre se preocupa com todos e está sempre presente e disposta a ajudar. É ela quem marca as consultas do pai e da mãe, os leva passear... Obrigada por tanto. Você é incrível!

Agradeço também aos meus amigos que me acompanham desde a graduação: Eduardo (Dudu), Ingrid, Micha, Laylon, Andy, Gecia e Kamilla. Obrigada por cada momento de descontração, pelo companheirismo lindo que construímos ao longo desses anos e que não se deixou abalar nem mesmo com a pandemia, pois lá estávamos com nossas noites de conversa via *meet*. Foi fundamental ter todos vocês ao meu lado, mas vou reforçar meu agradecimento ao Dudu, que além de estar

presente nos momentos de descontração, conviveu com meus períodos de desânimo, de desespero e sempre tinha as melhores palavras para me incentivar, dando seu incondicional apoio. Muito obrigada, Dudu. Você é demais!

Aos amigos que fiz nas escolas da Lapa: Augusto e Aliciane. Obrigada por sempre me escutarem, compreenderem meus “vácuos” do WhatsApp, meus períodos de desânimo, pessimismo e meus frequentes “podemos marcar outra hora?!”. O Augusto então... Sempre preocupado e disposto a ajudar. Vocês são uns queridos!

A Bianca, que foi minha aluna e hoje é uma grande amiga. Também sou grata pelas conversas e compreensão dos meus sumiços. Sua perseverança em conquistar seus sonhos é inspiração.

De forma especial, com muito carinho e boas recordações, agradeço a todo o corpo docente da Universidade Tuiuti do Paraná, onde concluí a graduação, mas, principalmente, à Prof.^a Liz Adrea Dalfré por ter marcado de forma tão positiva minha vida acadêmica.

Também sou grata a meus professores no Profhistória, os quais acreditam e defendem a formação qualificada de professores da educação básica.

A banca de qualificação, formada pelas professoras Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia e Dr^a. Valquíria Renk, que contribuíram com questões fundamentais para a finalização deste trabalho. Estendo meu agradecimento ao Dr. Roberto Eissler, o qual encaminhou importantes observações e questionamentos ao trabalho.

Aos colegas de turma do mestrado, que dividiram dos mesmos perrengues e que tornaram esse processo mais leve e menos solitário.

Após várias manifestações, devo dizer que este trabalho só foi possível graças ao prof. Ederson Prestes Santos Lima, um grande entusiasta e pesquisador da história da Lapa. Obrigada pelos encaminhamentos com a pesquisa e pela paciência com minha insegurança e, conseqüentemente, procrastinação. Também te agradeço e parablenizo por todo o empenho em tornar o projeto do Centro da Memória da Lapa, uma realidade mais que necessária para a preservação e organização de nossos arquivos.

RESUMO

A presente dissertação analisa a trajetória da imigração alemã no Brasil, com ênfase na cidade de Lapa-PR. O objetivo da pesquisa é investigar as relações entre os teuto e luso lapianos, principalmente no período do Estado Novo de Getúlio Vargas, culminando com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1937-1945). Neste período, as ações contra os cidadãos de ascendência alemã ganharam força. Por meio de dispositivos legais, o governo estado-novista combateu tudo o que considerava um risco para a unidade nacional e fez entoar o sentimento nacionalista entre os brasileiros, que passaram a enxergar os alemães e seus descendentes como uma ameaça. O município da Lapa tem uma expressiva população de origem germânica os quais, durante este contexto, sofreram duras mudanças em seu cotidiano, tanto por ações do Estado com seu aparato militar, como da população civil. No decorrer do trabalho, problematizamos a questão do silenciamento sobre este evento que vem se estendendo ao longo dos anos. Seguindo a normativa do programa, que é voltado ao ensino de História, a pesquisa acadêmica chegará até as escolas do município de forma didática, proporcionando aos alunos a experiência de análise das fontes históricas.

Palavras-chave: Estado Novo de Vargas; Nacionalização; perseguições étnicas no Brasil; teuto-brasileiros; Ensino de História.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the trajectory of German immigration in Brazil, with emphasis on the city of Lapa-PR. The objective of the research is to investigate the relations between the German and Portuguese Lapians, mainly in the Estado Novo period of Getúlio Vargas, culminating with the entry of Brazil in the Second World War (1937-1945). In this period, actions against citizens of German descent gained strength. Through legal provisions, the Estado Novo government fought against everything it considered a risk to national unity and made Brazilians sing nationalist sentiments, who came to see the Germans and their descendants as a threat. The municipality of Lapa has an expressive population of Germanic origin, which, during this context, underwent harsh changes in their daily lives, both by actions of the State with its military apparatus, and of the civilian population. In the course of the work, we problematize the issue of silencing this event that has been extending over the years. Following the program's regulations, which are aimed at teaching History, academic research will reach schools in the municipality in a didactic way, providing students with the experience of analyzing historical sources.

Keywords: Vargas' New State; Nationalization; ethnic persecutions in Brazil; German-Brazilians; History Teaching.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - RESIDÊNCIA EM MARIENTAL	36
IMAGEM 2 - RESIDÊNCIA FAMÍLIA WIEDMER. LAPA-PR.....	37
IMAGEM 3 - MARIENTAL FEST	38
IMAGEM 4 - IMPRENSA E O MASSACRE DOS MARES DO NORDESTE	55
IMAGEM 5 - REPRESENTAÇÕES LAPIANAS	62
IMAGEM 6 - INQUÉRITO POLICIAL 1	64
IMAGEM 7 - INQUÉRITO POLICIAL 2.....	65
IMAGEM 8 - PANTEON DOS HEROES NA DÉCADA DE 40	69
IMAGEM 9 - PANTEON DOS HEROES NA ATUALIDADE.....	69
IMAGEM 10 - FICHA ALBERTO WEISS	76
IMAGEM 11 - REUNIÃO NO ANTIGO CLUBE TEUTO- LAPIANO	78
IMAGEM 12 - CONVITE PARA ASSOCIADOS.....	79
IMAGEM 13 - INÍCIO DA CONSTRUÇÃO EM FRENTE À ESCOLA ALEMÃ	82
IMAGEM 14 - CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE EM FRENTE À ESCOLA ALEMÃ	83
IMAGEM 15 - PICAÇÕES NO AÇOUGUE DA FAMÍLIA WEISS	86
IMAGEM 16 - EXEMPLAR DO MATERIAL DIDÁTICO	92

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ALGUNS GRUPOS DE IMIGRANTES NO BRASIL (1824-1939)	18
QUADRO 2 - COLÔNIAS ALEMÃS EM LAPA-PR	33

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - LAPA-PR - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	32
MAPA 2 - LAPA E SUAS COLÔNIAS ALEMÃS	34

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
AIB	Ação Integralista Brasileira
NSDAP	<i>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei</i> (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães).
EUA	Estados Unidos da América
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A PRESENÇA GERMÂNICA NO BRASIL: UM POVO, DUAS NACIONALIDADES.....	17
1.1 O ESTÍMULO DA IMIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL	17
1.2 ALEMÃES NO PARANÁ	28
1.3 A PRESENÇA GERMÂNICA NA LAPA-PR.....	31
2. A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL COMO PROJETO DE UM BRASIL MODERNO E PRÓSPERO DURANTE A ERA VARGAS	40
2.1 ESTADO NOVO, A ALEMANHA E OS ALEMÃES NO BRASIL	44
2.2 O BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DE VARGAS EM SEU ESTÁGIO MAIS AUTORITÁRIO (1939-1945)	50
2.3 O PARANÁ DURANTE O ESTADO NOVO.....	56
3. A CIDADE DE LAPA- PR E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO ESTADONOVISTA	61
3.1 A LAPA DOS ANOS 30 E 40.....	62
3.2 A ATUAÇÃO DA POLÍCIA E A REPRESSÃO ESTADONOVISTA EM LAPA-PR	73
3.3 OS TEUTO-LAPIANOS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	84
3.4 A PESQUISA ACADÊMICA NAS ESCOLAS DA LAPA	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
FONTES	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
ANEXOS.....	103
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA PESSOAL.	104
ANEXO II – DECRETO-LEI Nº 383, DE 18 DE ABRIL DE 1938.	105
ANEXO III – DECRETO-LEI Nº 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939.	108
ANEXO IV – DECRETO-LEI Nº 4.166, DE 11 DE MARÇO DE 1942.....	113
APÊNDICE	117
APÊNDICE 1 – MATERIAL DIDÁTICO PARA OS ALUNOS.	118
APÊNDICE 2 – MATERIAL DE APOIO PARA O PROFESSOR.	133

INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado tem como temática a influência que a campanha de nacionalização varguista exerceu no cotidiano dos descendentes de alemães que viviam na cidade da Lapa, interior do Paraná. Tal campanha visava trazer um caráter homogêneo, de unificação cultural: o chamado ideal de brasilidade.

O interesse por essa temática, surgiu a partir da participação em uma disciplina ministrada pelo professor Dr. Ederson Prestes Santos Lima durante o ProfHistória, no qual me apresentou a um leque gigantesco de novas e necessárias possibilidades de pesquisa envolvendo a Lapa, cidade natal que temos em comum.

Quem cresceu na Lapa ou só a visitou, consegue notar que a maior parte dos tombamentos, da memória que impulsiona a cidade, estão relacionados ao período da Revolução Federalista, que virou um marco e contribuiu para designar uma identidade coletiva aos lapianos, um sentimento de pertencimento àquela região de “berço de heróis” e passado honroso que “contribuiu para a consolidação da República”¹. Não apenas a historiografia tradicional do século XX contribuiu para isso, como também todo o departamento de cultura e turismo municipal em anos mais recentes. Basta usar como exemplo, o modo como o assunto é abordado nos museus locais e nas escolas municipais: com materiais e discursos que representam a cidade de forma enaltecida, lembrando e reforçando a memória de um passado heroico e honroso. Também valorizamos todos esses elementos que ajudam a compor a memória e identidade do local – tropeirismo, cerco da Lapa, congada - entretanto, memórias que foram silenciadas merecem ser também refletidas, problematizadas e tornarem-se de conhecimento da população local.

Um dos objetivos do trabalho, é mostrar que a Lapa não é apenas Revolução Federalista e Tropeirismo; mostrar que a campanha de nacionalização varguista não atingiu apenas os grandes centros urbanos e grandes comunidades alemãs; ela interferiu, e muito, no cotidiano dos teuto lapianos.

Como uma das normativas do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória - é o desenvolvimento de um “produto” final que contribua para o ensino

¹ Expressões presentes na historiografia tradicional de David Carneiro: “O Cerco da Lapa e seus heróis” e “O Paraná e a Revolução Federalista”.

de História, consideramos que é importante que, ao estudarem sobre o fascismo europeu e as políticas nacionalistas de Vargas, os jovens lapianos reflitam que a sua cidade também foi afetada por este contexto. Seus antepassados, ou famílias conhecidas também vivenciaram isso. Construções, espaços conhecidos como o Clube Sete de Setembro e a maternidade municipal – a qual a maioria dos alunos nasceu - foram alienados, tomados de uma comunidade, no caso os teutos, por conta de sua etnia.

Nas práticas docentes, é cada vez mais importante valorizar a História local e aproximar o conteúdo do cotidiano do aluno e, sempre que possível, diversificar as práticas pedagógicas com utilização de fontes históricas. Dessa forma, a intenção é levar o resultado da pesquisa até as escolas da Lapa, por meio de exposições com palestras para turmas de 9º e 3º ano e também disponibilizar para os professores de História da cidade, as principais fontes utilizadas na pesquisa, junto com sugestões de como elas poderiam ser trabalhadas em sala de aula. Tais práticas enriquecem o processo de ensino- aprendizagem, pois além dos estudantes se identificarem com o objeto de estudo, o professor irá demonstrar como o conhecimento histórico é produzido.

Dessa forma, a proposta em pesquisar as perseguições étnicas aos teuto-lapianos durante o Estado Novo de Vargas, com o seu caráter singular, logo me atraiu. Trata-se de um episódio recente, do qual a maior parte da população local nem imagina que aconteceu. Seria proposital? Seria uma ferida que a comunidade teuto lapiana queria cicatrizar? O que motivou esse silenciamento? São questões pertinentes e que iremos problematizar no decorrer da pesquisa, mas é preciso compreender que a memória é organizada de forma seletiva, ou seja, existe uma escolha, com ou sem intencionalidade, do que será registrado.

Em sua tese intitulada “História, Memória e Educação No Olhar Photographico de Guilherme Glück (Lapa/PR, 1920–1953)”, o professor Ederson lançou alguns pontos e também fontes sobre o impacto da campanha de nacionalização varguista para os alemães da Lapa. A partir desse trabalho percebi que havia possibilidade de dar continuidade com esse assunto, trazendo novas fontes, levantando novos problemas e aprofundando a discussão a respeito do impacto que a campanha de nacionalização varguista e a entrada do Brasil na Segunda Guerra contra a Alemanha Nazista causou no cotidiano dos alemães e seus descendentes que viviam na cidade.

Para nortear essa discussão, consideramos adequada a contribuição de Agnes Heller, principalmente no desenvolver do terceiro capítulo; assim como de Michael Pollack orientou para que abordássemos a respeito do silenciamento dessa memória na cidade da Lapa com o conceito de “enquadramento da memória”, o qual nos ajuda a problematizar sobre como a História da cidade vem sendo construída e valorizada somente em cima de grandes feitos e episódios.

A memória social vem carregada de experiências boas, mas também de dor e traumas. Rememorar situações de humilhação, medo e vergonha não são tarefas prazerosas àqueles que as vivenciaram. Encontrar testemunhas vivas e dispostas a trazer os seus relatos e, ainda mais durante uma pandemia, em que precisávamos manter o isolamento social, na qual o principal grupo de risco eram pessoas de idade mais avançada; conseguir o apoio da comunidade luterana e a falta de organização dos arquivos do Município, foram os maiores desafios da pesquisa.

Apesar das limitações, o trabalho tomou corpo baseado em documentações bem distintas, mas que trazem suas contribuições para essa análise histórica. Utilizamos entrevistas, – recolhidas tanto pela autora, como também presentes na tese do professor Dr. Ederson Prestes Santos Lima focada na análise das fotografias de Guilherme Glück - Ata de intervenção do antigo Clube Teuto, o processo crime de um caso de suicídio na cidade do ano de 1940. Também percorremos os documentos que, posteriormente, foram organizados em pastas temáticas produzidos pela extinta Delegacia de Ordem Política e Social, seção Paraná, a chamada DOPS\PR. No que se refere às perseguições étnicas de teuto lapianos, encontramos apenas a ficha do sr. Alberto Weiss, o qual era natural da Alemanha e residia na Lapa com sua família. Traremos também uma coluna do jornal “O Dia” (1942), na qual o então prefeito da Lapa, o sr. Peregrino Dias Rosa realizou um pronunciamento sobre as comemorações da Semana da Pátria daquele ano.

Da organização do trabalho, estruturamos a pesquisa para ser apresentada em três capítulos. No primeiro contextualizamos a respeito da vinda dos povos germânicos para o Brasil: os diferentes motivos que os trouxeram para cá, as diferentes etapas e fases de imigração; assim como foi discutido sobre as razões que levaram o Brasil a recebê-los. Neste primeiro momento, também direcionamos o olhar para o início da chegada desses povos no Paraná e na cidade da Lapa, como os teutos brasileiros se distribuíram nesse espaço e como passaram a se desenvolver nessas regiões.

Foi indispensável mostrar o quanto a falta de políticas públicas para inserir esses povos contribuiu para que eles se organizassem e se mantivessem em uma vida comunitária e mais isolados da sociedade nacional. Isso passou a ser um problema, na medida em que alguns brasileiros viram essa organização como resistência dessas famílias a assimilação. Dessa forma, procuramos mostrar neste capítulo, que a discussão de um projeto de nacionalização foi anterior a Getúlio Vargas.

No segundo capítulo há uma exposição das relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil – já governado por Vargas – com os alemães e também com os EUA; os fatores que desencadearam o posicionamento brasileiro ao lado dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial e o quanto esse contexto da guerra contribuiu para que os excessos fossem acontecendo tanto da parte do Estado – como observamos por meio dos Decretos – como também por parte da população, que passou a enxergar os alemães de forma estereotipada, os associando ao nazismo.

No terceiro capítulo, as fontes e a discussão em torno de como a campanha de nacionalização varguista interferiu no cotidiano dos teutos lapianos, estará mais presente. Todas as formas de organizações comunitárias passaram por duras interferências do Estado. Para os teutos pertencentes à religião luterana, as dificuldades eram ainda maiores. O contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também contribuiu para que o clima ficasse mais hostil: teuto lapianos alistados, casas pichadas, aparelhos de rádios confiscados.

Todas essas discussões serão pautadas com base nos decretos federais e estaduais, tendo em vista a lacuna existente nos livros- Atas do município da Lapa, justamente durante o Estado Novo (1937-1945). Não há como saber se os membros da Câmara Municipal realizaram ou não registros em ata, ou se sumiram com o documento para promover mais uma forma de “apagamento da História”.

1. A PRESENÇA GERMÂNICA NO BRASIL: UM POVO, DUAS NACIONALIDADES

No início deste capítulo, procuramos compreender o processo histórico que levou milhares de alemães a deixarem seus territórios de origem e buscarem melhores condições de vida em outros países das Américas, como o Brasil.

Num segundo momento buscaremos expor os motivos que levaram a política brasileira a inserir os imigrantes de origem alemã em determinadas regiões brasileiras, como o Sul e, mais especificamente, o Estado do Paraná e a cidade da Lapa.

O ponto crucial deste capítulo é analisar as dificuldades que esses povos tiveram para se inserirem e serem aceitos diante da sociedade luso-brasileira. Assim, é demonstrado como a falta de políticas públicas contribuiu para o fortalecimento comunitário desses povos, além da dificuldade em se assimilarem à nova cultura.

Por fim, destaca-se também como a organização dos imigrantes passou a ser discutida por intelectuais brasileiros, que trouxeram o conceito de “perigo alemão” anteriormente ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Fazer esse levantamento, expor e refletir acerca da raiz dos problemas e dificuldades encontradas pelos teutos para se inserirem em uma nova pátria é de fundamental importância para compreendermos como se propagou o discurso de que eram povos não assimiláveis e uma ameaça para a unidade nacional.

1.1 O ESTÍMULO DA IMIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL

Existe uma discussão acerca do marco inaugural da imigração de alemães no Brasil, mas há consenso quando se fala que foi a partir de 1824, com a chegada desses povos em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, que a colonização germânica passou a ser um empreendimento notável e de sucesso. Mesmo assim, os números dessa primeira fase não foram expressivos. Estima-se que entraram pouco mais de seis mil imigrantes de origem alemã e, até a Proclamação da República (1889), foram cerca de setenta e oito mil (OLIVEIRA, 2011, p.13); pois, após 1845, houve intensa retomada e incentivo à imigração no Brasil. Entretanto, o fluxo mais intenso foi entre 1920 e 1926, no período entreguerras, quando vieram para cá mais de 60.000 imigrantes alemães. (SEYFERTH, 2003, p.25).

No decorrer de todos esses anos, várias foram as motivações e os contextos que levaram esses povos de origem germânica a emigrar.

Apesar do direcionamento aos alemães nessa pesquisa, não foram estes os povos que mais migraram para o Brasil. Segundo René Gertz (1987), italianos, portugueses e espanhóis lideram a lista entre 1820-1939, com japoneses e alemães² posicionados na sequência, como é possível observar no seguinte quadro:

QUADRO 1 - ALGUNS GRUPOS DE IMIGRANTES NO BRASIL (1824-1939)

Imigrantes						
Decênio	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Total
1820-29	-----	-----	-----	2.326	-----	2.326
1830-39	180	261	-----	207	-----	648
1840-49	5	491	10	4.450	-----	4.956
1850-59	24	63.272	181	15.815	-----	79.292
1860-69	4.916	53.618	633	16.514	-----	75.681
1870-79	47.100	67.609	3.940	14.627	-----	133.276
1880-89	276.724	104.701	29.066	19.201	-----	429.692
1890-99	690.365	215.354	164.193	17.034	-----	1.086.946
1900-09	221.394	199.586	121.604	13.848	861	557.293
1910-19	137.868	318.481	181.657	25.902	24.432	688.340
1920-29	106.835	301.915	81.931	75.839	58.284	624.804
1930-39	22.170	102.744	13.746	27.629	99.222	265.511
Total	1.507.581	1.428.032	596.961	233.392	182.799	3.948.765

FONTE: CARNEIRO, J. Fernando e NEIVA, H. Arthur, 1950, apêndice. *Apud* GERTZ, p. 15, 1987.

Sobre esses dados e a quantidade efetiva de imigrantes no Brasil, não é possível estabelecer aventurar-se nos países vizinhos ou, até mesmo, voltavam para terra natal. Outro ponto a se frisar é que os censos levavam em conta a cidadania de imigrantes vindos de países um consenso em tais números, visto que alguns grupos deixavam o território brasileiro para europeus, com mudanças constantes de fronteiras. (SEYFERTH, 2003, p.25).

² É importante fazer a ressalva de que neste período, estamos falando de grupos étnicos alemães e italianos, pois ainda não tinham passado por suas unificações. No caso da Alemanha, a unificação só ocorreu em 1871. Antes disso, não existia o sentimento nacionalista entre esses povos tal como conhecemos hoje.

Se o número de alemães não foi dos mais significativos, por que tais comunidades foram vistas como possíveis ameaças por alguns governantes e por boa parcela da população luso-brasileira? Um fator importante a ser pensado, e que será discutido no decorrer do trabalho, foi o isolamento social com os povos receptores e a intensa organização comunitária entre os de língua alemã, resultado da própria condução política da colonização. Outro ponto forte é a tradição religiosa protestante de parcela desses povos³. Somado a isso, posteriormente, foi criado o mito do “perigo alemão”, o qual iremos explorar mais adiante o que foi e a maneira que essa ideia foi se desenvolvendo no país.

De início, um elemento importante a se destacar, e que diferenciava os imigrantes de língua alemã aos demais, era o seu crescimento demográfico em alguns territórios junto a “uma alta taxa de fecundidade (média de 8 a 9 filhos para mulheres que se casaram entre 15 a 19 anos e de 7 filhos para as que se casaram entre 20 e 24 anos)”. (BIDEAU; NADALIN, 1988 *apud* MAGALHÃES, 1998, p. 21).

Segundo Gertz (1987, p. 18-19), Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram os maiores destinos aos povos de língua alemã no Brasil. São Paulo também teve um número expressivo, mas devido às condições precárias de exploração nos cafezais, atraiu cada vez menos os imigrantes. (OLIVEIRA, 2008, p. 27-28). Já o Paraná, se destacou como receptor de levas de reemigração⁴, sobretudo, dessas duas províncias sulistas.

Ao contrário dos EUA, em que a imigração foi um movimento espontâneo, o Brasil teve que atrair o interesse dos alemães. As iniciativas de receber esses diferentes povos foram possíveis graças às intensas propagandas motivadas pelas elites receptoras, com o intuito de atrair mão de obra barata e também interesses políticos de ocupar o que chamavam de “vazios demográficos”⁵ com pequenas propriedades familiares, promovendo assim um “branqueamento” da população; que seria, segundo parte da elite e lideranças da época, um passo essencial para civilizar o país e mudar a pirâmide racial que, até então, tinha população predominantemente negra e mestiça. (SEYFERTH, 2003, p. 23). Além disso, segundo Nadalin (2001) a

³ As estimativas gerais para a imigração alemã no Brasil falam de um contingente humano no qual cerca de 90% do total era protestante”, (NADALIN, 2001, p. 201 *apud* FLUCK, 2011, p. 79).

⁴ Isso significa que os imigrantes que aqui se fixaram, não vieram diretamente do seu país de origem atraídos para o território paranaense. Chegaram ao Brasil e, a partir dos outros Estados, sentiram a necessidade de se mudarem. Em muitos casos, o destino escolhido foi o Paraná.

⁵ Já eram regiões ocupadas por povos indígenas, grupos étnicos que não eram bem vistos pelos luso-brasileiros. A intenção era ocupar com europeus. (NADALIN, 2001, p. 63).

imigração teria um “efeito pedagógico”, pois havia também a intenção de introduzir novas técnicas agrícolas e formar uma classe média composta com esses imigrantes.

Além de inovar no que concerne à ruptura do sistema do latifúndio, os imigrantes deveriam introduzir no país novas e produtivas técnicas agrícolas, ensinando-as aos habitantes da terra, junto com as virtudes do trabalho. Com esta premissa foram localizados, depois da Independência, os núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Após 1822, também ficou mais evidente a preocupação de ocupar as províncias meridionais. Ao Sul, temia-se a perda do espaço para os argentinos e, no interior, os frequentes ataques dos botocudos. Além disso, objetivava-se ocupar as “terras de mata” pois os poucos açorianos dirigidos a essa região, ainda no século XVIII, preferiam os campos abertos (“terras de campo”). E, finalmente, propiciar com os imigrantes o surgimento de uma “classe média”, até então inexistente no Brasil. (NADALIN, 2001, p. 65-66).

As intensas propagandas dos agenciadores — que muitas vezes não eram condizentes com a realidade — e o incentivo a vinda de imigrantes europeus se deu, sobretudo, a partir de 1850, ano em que se intensificaram as pressões inglesas e o tráfico de escravos pelo Atlântico, se tornou ilegal e sujeito a condenações pelos ingleses. Aos poucos, o império brasileiro e suas províncias, tiveram que repensar suas práticas de trabalho e adequá-las, de preferência a um custo barato e com mão de obra disciplinada.

A solução veio com a ocupação e povoamento de áreas devolutas, com base na Lei de Terras de 1850, em que os imigrantes europeus receberam lotes de terra, mediante pagamento que poderia ser parcelado.

Segundo Ryan de Souza Oliveira (2008), havia uma dualidade de interesses em relação às províncias do Sul e os cafeicultores de São Paulo. Estes últimos pretendiam direcionar a mão de obra dos imigrantes para as grandes lavouras, com uma dívida colonial interminável e sistema de parceria, que favorecia a elite cafeeira. Já o Sul mantinha o regime de pequena propriedade, com agricultura de base familiar. (OLIVEIRA, 2008, p. 24-34).

Esse sistema gerou a frustração dos imigrantes, sobretudo pela dificuldade em obter os títulos de propriedade. Por esse motivo, no final da década de 1860, o governo viu como solução atrativa, subsidiar a vinda desses povos.

Em relação aos motivos que levaram os povos de língua alemã a emigrar, são os mais diversos possíveis, em períodos e contextos distintos. Houve, para muitos, a atração pelas propagandas dos agentes de colonização e a vontade de se aventurar e mudar de vida, mas quantidade significativa se sentiu pressionada por diversos

conflitos sociais, desde expropriações de terras, passando também por questões religiosas, políticas e econômicas sofridas em seus territórios de origem. Havia também, por parte de muitos, resistência em proletarizar o seu trabalho e servir às fábricas, que vinham ganhando cada vez mais espaço nos territórios alemães durante o século XIX. Por lá havia excedente de mão-de-obra e competição com trabalhadores estrangeiros que vinham do leste europeu e diminuía as perspectivas de salário.

Já o Brasil, como parte das Américas, vinha carecendo de mão de obra, principalmente com o crescimento das lavouras de café e a diminuição da força de trabalho escrava. Entretanto, ainda havia muito espaço e terra para explorar, ocupar, gerar lucros e prosperidade.

Marionilde Brepohl (1998), nos mostra em sua obra, um trecho de música feito por um grupo de alemães do Volga. Aqui fica nítida a esperança desses povos, em relação à nova vida que teriam no Brasil:

Vamos partir agora/ Para o belo país da América/ Cada qual arrume a sua trouxa/ Só as dívidas deixamos aqui. Adeus pátria mal- agradecida/ Vamos para uma outra terra/ Vamos para o Brasil. Partimos com a mulher e a filharada/ Emigramos para a terra prometida/ Ali se encontra ouro como areia/ Logo, logo, estaremos no Brasil. (KUPISCH, 1971, p. 78 *apud* MAGALHÃES, 1998, p. 25).

A canção supracitada ilustra a expectativa criada por parte de uma parcela de alemães que imigraram para o Brasil. Não mostra nenhuma valorização à cultura e tradições germânicas; nenhuma disposição em dar continuidade às suas tradições originais. Aliás, isso foi bem característico das primeiras levas de imigrantes de língua alemã que chegaram ao Brasil, os chamados grupos pioneiros.

O único vínculo que esses imigrantes pioneiros tinham com a pátria de origem era os familiares e amigos, que deixavam e trocavam correspondências. Participavam— conforme possível— da vida política local em suas comunidades e, a maioria, mantinha o desconhecimento da língua portuguesa. Não por resistência, mas porque a maioria vivia em colônias, em áreas rurais e, geograficamente isolados (MAGALHÃES, 1998, p. 27), além de não contarem com políticas que os inserissem nessa sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 16).

Essa falta de políticas de inserção foi decorrente da falta de planejamento e de recursos adequados, tanto por parte do governo imperial, como das províncias.

Durante todo o período imperial, os imigrantes se depararam com uma série de fatores que geraram insegurança e instabilidade, bem como:

[...] a lentidão dos processos de naturalização, [...] a precariedade do ensino público, além ainda dos problemas de ordem econômica, como a ausência de instituições de crédito agrícola, a falta de vias de comunicação e meios de transporte nas áreas de colonização, a distância dos mercados, a baixa fertilidade de parte das terras devolutas destinadas à implantação de colônias. (SEYFERTH, 2003, p. 23).

Foram vários transtornos que esses povos tiveram que se submeter. As verbas para abrir estradas, para atender demandas no ensino e saúde não eram suficientes. Havia também a desorganização com a espera demorada pela concessão de lotes de terra. Até mesmo os indivíduos já naturalizados e filhos de imigrantes nascidos no Brasil, eram vistos como estrangeiros e excluídos de direitos. (SEYFERTH, 2003, p. 36-37). Todos esses agravantes levaram os imigrantes a se unir em protestos e reivindicações e, sem retorno efetivo, a se organizarem em comunidades. Ambas as atitudes, não foram bem vistas pelos luso-brasileiros.

As reivindicações eram vistas por muitos como exigências absurdas de um povo em que o “único destino devia ser o cumprimento do seu contrato— isto é, explorar, com sua família um lote colonial”. (SEYFERTH, 2003, p. 35), ou seja, resistiam em garantir-lhes a cidadania brasileira.

Já as organizações comunitárias, conforme veremos a seguir, foram interpretadas como uma forma de resistir à assimilação e foram duramente criticadas, pois afirmavam uma distinção da sociedade nacional.

As associações compunham escolas comunitárias que ensinavam em alemão, locais de culto para suas práticas religiosas com pastores ou padres alemães, hospitais, espaços culturais etc. Os colonos se organizaram e tomaram para si as responsabilidades que deveriam ser do poder público.

No final do século XIX e, principalmente com a consolidação da República no Brasil, algumas melhorias foram concedidas como a liberdade de culto, a separação entre Estado e Igreja, a instituição do casamento civil — uma das conquistas da Primeira República —, a simplificação das naturalizações e também melhorias em estradas, transporte e educação. (SEYFERTH, 2003, p. 23).

Quando essas melhorias foram acontecendo, os colonos já estavam organizados em suas comunidades e também o Brasil passou a receber uma leva de imigrantes com novas experiências e trazendo consigo o “orgulho alemão, ficando assim cada vez mais divididos. Muitos, principalmente os da segunda fase de imigração, queriam manter-se diferentes e com seus valores étnicos, sem um “rompimento radical com as origens”. (SEYFERTH, 2011, p. 52). Porém, progredindo e exercendo sua cidadania no país receptor.

Havia diferentes formas de percepção desses povos em relação à terra de origem e a nova pátria. Magalhães (1998) nos chama a atenção em relação aos tratamentos genéricos dados aos imigrantes da língua alemã. Até mesmo aqueles que compuseram a primeira fase de ocupação no Sul⁶ do Brasil, tinham suas diferenças e divergências. Os chamados pioneiros, vindos logo no início do estímulo à colonização (1824), eram de camponeses, que se estabeleceram em pequenas propriedades familiares. Já os chamados *Brummer* (fugitivos de 1848) deixaram suas terras por conta dos desdobramentos políticos e conflitos entre diferentes pensamentos políticos. Ao contrário dos pioneiros eram mais eruditos, de vida urbana, com profissões diversificadas, com melhor poder aquisitivo e isso os favorecia para melhor integração. (MAGALHÃES, 1998, p.27).

Entretanto, a partir de 1870, começou uma segunda fase da imigração bem mais expressiva que as anteriores, inclusive em várias cidades do Paraná, como é o caso da Lapa, que recebeu grupos oriundos do Volga. Sobre essa fase, Magalhães (1998) ressalta a existência de dois grupos distintos: os *Reichdeutsche* (alemães do Império) e os *Neudeutsche* (alemães novos). Ambos com um sentimento de identidade étnica.

Os primeiros vivenciaram o processo de unificação alemã, com forte influência da literatura e também de pregações religiosas.

Por outro lado, os *Neudeutsche* nasceram na Alemanha já unificada e vieram para o Brasil no período entreguerras, com a Alemanha profundamente afetada economicamente em razão da Grande Guerra (1914-1918). (MAGALHÃES, 1998,

⁶ A primeira fase da imigração alemã foi pouco expressiva e com rupturas, mas já atingiu – por mais que não significativamente - o território paranaense. A segunda fase foi mais expressiva e contínua, tendo seu auge entre 1870 e 1890. Entretanto, foi no contexto entre as duas guerras mundiais que mais chegaram imigrantes alemães no Brasil. Cada leva teve suas particularidades. Memórias e experiências diferentes de seu território de origem. Isso teve grande relevância na forma com que passaram a encarar o processo de assimilação. (MAGALHÃES, 1998, p. 27-30).

p.128). Esses dois grupos da segunda fase trouxeram o orgulho germânico e, apesar das dificuldades de suas diferentes épocas em viver na Alemanha, havia, entre boa parcela deles, o sentimento de pertencimento àquela nação. Sentimento que se manteve e cresceu cada vez mais graças a suportes como a literatura, jornais e vários outros mecanismos que continuaram a consumir, mesmo estando em outro país. (MAGALHÃES, 1998, p. 28).

Foi também a partir dos primeiros imigrantes dessa segunda fase que o protestantismo ganhou força e se faz cada vez mais presente nas comunidades germânicas na tarefa evangelizadora e também, muitas vezes nacionalista. Muitos pastores ajudavam a pregar, além da fé, o sentimento de saudosismo e orgulho germânico.

Esses novos imigrantes tinham um olhar negativo e de distanciamento em relação às gerações germânicas que chegaram anteriormente ao Brasil. Viam-se como superiores a eles, com linguagem mais erudita e de difícil entendimento. Os pioneiros viam esses alemães da segunda fase como “defensores de um país que não dizia respeito à sua história”. (MAGALHÃES, 1998, p. 31).

Dessa forma, percebe-se a inexistência de uma imigração homogênea em relação aos povos de língua alemã, mas que, simultaneamente, dividiam os mesmos espaços, tradições e que sofreram pela falta de infraestrutura social. Isso fortaleceu seus laços comunitários e o *Deutschtum*— sentimento de germanidade— uma vez que unidos, alemães criavam estruturas para atender a alemães. (OLIVEIRA, 2011, p. 17).

Nesse contexto da chegada de novas gerações de imigrantes alemães é que, logo no final do século XIX, foi criado o *Alldeutscher Verband*, que em português significa “união de todos os alemães”. Conhecida como a Liga Pangermânica (OLIVEIRA, 2011, p. 14), logo encontrou adeptos pelo Brasil e, com sua linguagem, força e ações dentro das comunidades germânicas, conseguiu atrair significativa parcela de imigrantes a aderir a seus preceitos autoritários e racistas. Essa entidade tinha como principais objetivos:

- Divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade;
- Luta pelo fortalecimento da frota naval;
- União integral da germanidade em todo o mundo
- Campanha em favor da germanidade no exterior;
- Luta contra as minorias nacionais. (MAGALHÃES, 1998, p. 105).

A influência da Liga Pangermânica e suas ideias chegaram ao Brasil, mediante alguns periódicos em língua alemã; entretanto, era por meio do auxílio financeiro às escolas alemãs que ela tinha espaço fértil para preparar jovens e crianças para seguir tal ideal. Vale lembrar que as instituições comunitárias, como a escola, por mais que mais tarde tenham servido para essa funcionalidade, “não foram criadas com o propósito de assegurar a especificidade étnica”. (SEYFERTH, 2003, p. 28). Durante muito tempo não existia outra opção para esses grupos, visto que, com a falta de apoio por parte do poder público brasileiro, não havia professores e escolas que ensinassem o português.

A partir do crescimento do Pangermanismo⁷ no Brasil e também da força imperialista alemã externamente, o medo sobre essas comunidades por aqui foi crescendo cada vez mais. Esses fatores, somado com a forma com que muitos intelectuais e cientistas sociais descreviam de maneira estritamente homogênea os imigrantes de língua alemã, contribuíram com o preconceito que tais povos sofreram. Dentre esses intelectuais da época destacamos a figura de Sylvio Romero, que foi um dos precursores da teoria do “perigo alemão” e que se dizia ter o compromisso de organizar o país. Em sua obra “O allemanismo no Sul do Brasil”, defendia que a imigração deveria ser melhor distribuída pelo país para que dessa forma “sejam assimilados a nossa gente, pelo uso da nossa língua” (ROMERO, 1910, p. 116-117).

Para Romero, a permanência da concentração desses povos gerava o “perigo alemão”. Ele ainda comparou a situação dos povos germânicos no Brasil e nos EUA. Aqui eles não faziam questão nem de aprender a falar o português, enquanto nos EUA, já estavam praticamente assimilados. Esse “comodismo” por viverem em mesmas comunidades étnicas, sem muito contato com os grupos receptores e suas tradições, somado à vontade expansionista alemã, passou a ser visto como ameaça à permanência da unidade nacional brasileira. (ROMERO, 1910. p. 118-119).

Buscando reforçar a sua tese, Romero ainda destacou as conquistas imperialistas alemãs pós Conferência de Berlim⁸ e que, até então, não tinham terras fora da Europa sendo esse o pontapé inicial de seu expansionismo. (ROMERO, 1910,

⁷ Movimento nacionalista, que defendia a união e anexação de todos os territórios ocupados por povos de origem germânica. Ocorreu após o processo de unificação e com o crescimento do nacionalismo alemão.

⁸ Foi a base diplomática e afim de evitar possíveis conflitos na exploração do território africano. Ocorrida entre 1884 e 1885, a conferência foi organizada pelo chanceler alemão Otto Von Bismarck e contou com a presença das principais potências europeias, além dos EUA.

p. 124). Além disso, para reafirmar suas teses, o autor só utilizava de jornais e de discursos pangermanistas da época, como se todos os alemães pensassem daquela forma e se sentissem representados com tais ideais. Falava dos alemães como se houvesse homogeneidade entre eles, mas conforme explicitado, mas esses povos tinham suas diferentes experiências e visão de mundo.

Como forma de concluir, Romero mostrou que não apenas era capaz de formular críticas, mas de trazer possíveis soluções para evitar as ameaças alertadas em sua obra e também no decorrer de sua vida pública. Vejamos⁹:

Pelo que toca directamente ás colônias allemãs, mister será embaraçar-lhes o entusiasmo do Deutschum, pelo seguinte modo:

- 1.º Proibir as grandes compras de terrenos pelos syndicatos allemães, maximé nas zonas das colônias;
- 2.º Obstar a que estas se unam, se liguem entre si, collocando entre ellas, nos terrenos ainda desoccupados, núcleos de colonos nacionaes ou de nacionalidades diversas da allemã;
- 3.º Vedar o uso da lingua allemã nos actos públicos;
- 4.º Forçar os colonos a aprenderem o portuguez, multiplicando entre elles as escolas primarias e secundarias, munidas dos melhores mestres e dos mais seguros processos;
- 5.º Ter o maior escrúpulo, o mais rigoroso cuidado em mandar para as colônias, como funcionários públicos de qualquer categoria, somente a indivíduos da mais esmerada moralidade e de segura instrucção.
- 6.º Desenvolver as relações brasileiras de toda a ordem com os colonos, protegendo o commercio nacional naquellas regiões, estimulando a navegação dos portos e dos rios por navios nossos, creando até alguma linha de vapores que trafeguem entre elles e o Rio de Janeiro;
- 7.º Fazer estacionar sempre vasos de guerra nacionaes naquelles portos;
- 8.º Fundar nas zonas de oeste, tolhendo a expansão germânica para o interior, fortes colônias militares de gente escolhida no exercito. (ROMERO, 1910, p. 165-166).

As ideias de Sylvio Romero podem, não terem causado o efeito que ele esperava. Todavia, posteriormente, foi uma das grandes inspirações para construir o ideal de nação do governo de Getúlio Vargas; sobretudo, durante o Estado Novo que, como veremos adiante, foi o período que os imigrantes alemães mais sofreram preconceitos no Brasil. Sobre esse fenômeno social, Agnes Heller (2004) pondera que ele faz parte do pensamento e do comportamento cotidiano, pois os preconceitos advêm do pensamento prático, pouco elaborado, e ultrageneralizador característico do ritmo acelerado do cotidiano, uma vez que, não há tempo para profundas reflexões sobre conceitos. Assim, o ser humano está sujeito a assumir “estereótipos, analogias

⁹ Nessa citação e no decorrer do trabalho, foi optado por sempre preservar a forma de escrita dos autores das bibliografias utilizadas.

e esquemas já elaborados” (HELLER, 2004, p. 43-44) e, muitas vezes impostos pelo meio em que vivemos, criando condições para pensar sobre ele, somente depois de suas ações.

Vale frisar que o Estado brasileiro também contribuiu com esse cenário de não assimilação, na medida em que quase não existia políticas que integrassem esses povos à vida nacional e à cultura luso-brasileira, sem poderem contar com serviços públicos “como escolas, hospitais, instituições culturais e de lazer [...] os colonos foram forçados a prover, com seus próprios recursos ou, em alguns casos, com auxílio financeiro de instituições alemãs”. (OLIVEIRA, 2011, p. 16-17).

Os grupos de alemães sofreram dos estereótipos criados sobre eles e, com isso, se viam cada vez mais como estrangeiros. Mesmo com tantas restrições e dificuldades para se adaptarem com o “novo mundo”, o historiador Dennison de Oliveira (2011) nos destaca a importância que esses grupos de imigrantes alemães chegaram a ter na economia brasileira antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945):

Mais da metade dessa comunidade morava e trabalhava no campo, onde desenvolviam atividades agropecuárias de elevada produtividade. Embora possuíssem menos de 0,5% da superfície cultivável do país, as comunidades de origem alemã geravam 8% da produção agrícola. Além da agropecuária, alemães e seus descendentes mantinham também empreendimentos nos setores comercial, extrativo e industrial. Fabricas de cerveja, charutos, mineradoras, têxteis e calçados eram suas atividades de investimento preferenciais, fazendo com que possuíssem 10% da indústria e 12% do comércio do Brasil. (OLIVEIRA, 2011, p. 13-14).

Tudo isso contando com recursos escassos junto a pouca ajuda do governo central e das províncias, trabalhando, de início, muitas vezes em regimes de colonato¹⁰ nos grandes latifúndios. Mesmo assim, permaneceram tentando suas vidas no Brasil e com um sentimento de duplo pertencimento nacional, que foi duramente criminalizado durante a campanha nacionalista do Estado Novo Vargasista.

¹⁰ Forma de trabalho em que, em troca do lote de terras ofertados pelos latifundiários, os colonos deveriam ceder parte de sua produção agrícola a eles. Esse sistema foi bastante utilizado nos latifúndios paulistas, com o cultivo do café.

1.2 ALEMÃES NO PARANÁ

O Paraná foi o território sulino que menos investiu na colonização de imigrantes. Foi, sobretudo, receptor de levas de reemigração das duas províncias percussoras, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O início da instalação de imigrantes em territórios paranaenses é anterior à fundação da Província do Paraná. No que se refere aos de língua alemã começou, no Rio Negro¹¹, em 1829, com povoadores da região da Bavária e, em maior número, da Bukovina¹². Em 1852, também povoaram a região de Guaraqueçaba. (MARTINS, 1995, p. 349-350).

Sobre os fatores que conduziram o processo migratório, no Paraná, não foi diferente de outras províncias. Houve, com as primeiras levas, um forte pedido dos tropeiros que queriam abertura e melhorias tanto na qualidade das estradas, como na segurança do trajeto. Também havia forte desejo de povoar o território, ainda mais com população branca, europeia e dita civilizada, incluindo trabalhadores ordeiros e capacitados para as empreitadas, sobretudo, no campo, para abastecer os centros urbanos e o mercado interno. Dessa forma, o governo da Província do Paraná sancionou a Lei n.º 29, em 21 de março de 1855, a qual incentivava¹³:

Art. 1.º Fica o governo autorizado a promover a emigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre attrahir os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil. Art. 2.º Para que tenha effeito a disposição do artigo antecedente poderá o governo despender annualmente até a quantia de 10:000\$000, alem dos reembolços dos avanços que fizer para passagem e alimento dos emigrantes, segundo os contractos que realisar. Art. 3.º Os colonos serão, por ora, principalmente destinados ao serviço das estradas da província, podendo o governo pagar, sem indemnisação alguma, a metade da passagem áquelles que nelas se empregarem por espaço de cinco annos. Art. 4.º Os colonos que se quizerem dar á agricultura, e que não tiverem meios de o fazer por sua própria conta serão distribuídos pelos lavradores, principalmente pelos de café, chá e trigo, que se obrigarem a pagar por prestações, dentro de tres annos sem juro algum, as despesas que com elles houver feito o governo, do que prestarão fiança idônea. (PARANÁ, 1855, p.18-19)¹⁴

¹¹ Lembrando que “até 1870, a localidade de Rio Negro fazia parte do município da Lapa, do qual dista hoje escassos 54 km por terra. (OLIVEIRA, 2011, P. 63).

¹² Esse termo também tem grafia de Bucovina, na época era parte do Império Austro Húngaro e, atualmente, dividida entre Ucrânia e Romênia. A origem germânica desses povos, é da região da Baviera. Posteriormente foram para Bucovina. (MÜLLER, 2008, p.31).

¹³ Nesta e outras citações do trabalho, foi escolhido manter as versões originais com grafia da época.

¹⁴ Disponível em:

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_decretos_Adm_Prov/1855.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2020.

O aumento da ocupação do território paranaense com europeus se deu logo após sua emancipação administrativa em relação a São Paulo, em 1853; e, principalmente, com a sanção da lei de incentivo. Após isso, novas levas de imigrantes adentraram solos paranaenses, seja por meio do aumento do fluxo migratório interno, bem como externo. Esse fator da migração interna e possíveis assimilações, somado à ainda não unificação da Alemanha, corrobora com a falta uma identidade comum germânica, pois, apesar de serem todos imigrantes teutos, alguns já haviam incorporado elementos do convívio com outros povos, sem contar a heterogeneidade desses povos de origem germânica, que provinham das mais distintas regiões e detinham os mais diferentes costumes.

No que tange à religiosidade, imigraram tanto católicos como luteranos, sendo que, estes últimos, se depararam com a dificuldade de viver em um país que condenava qualquer outra que não fosse a Católica e que durante todo o período imperial tinha os aparelhos burocráticos do Estado mantendo estreitas ligações com a Igreja Católica. Casamentos, certidões de batismo, por exemplo, só eram reconhecidos se pertencessem à religião oficial. No Paraná toda essa dificuldade foi sentida e também aliviada com as organizações comunitárias de associações.

Em Curitiba, por exemplo, entre 1856 e 1926, são fundadas cerca de cinquenta entidades, algumas de vida efêmera, outras de mais longa duração. Associavam-se para criar grupos que exerciam a função de bombeiros voluntários, [...] tratamento da saúde, [...] construção e manutenção do cemitério protestante [...]

O exemplo mais destacado dessas entidades em Curitiba é a Liga Operária de Auxílio Mútuo, uma das maiores do país nesse gênero, fundada em 1884, que chegou a congregar três mil membros em 1934. (MAGALHÃES, 1998, p. 33-34).

Essas associações faziam o papel de um Estado intervencionista e zelavam pela comunidade. Para isso, os associados tinham que contribuir com pagamentos mensais e prover de boas condutas morais.

Por volta de 1877 foi chegando no Paraná, uma grande onda de imigrantes teuto-russos, procedentes da região de Vale do Volga¹⁵. Em sua obra “História do Paraná”, Romário Martins, ao abordar o processo das imigrações europeias, tenta

¹⁵ Oriundos da Alemanha, esses migrantes haviam, primeiramente, ido fixar-se na região do Volga, na Rússia, entre os anos de 1764 e 1767. Ao ter seus direitos violados e, aos poucos sendo retirados reemigraram e, muitos deles optaram pelo Brasil.

passar a seus leitores a imagem de que estes foram recebidos “com simpatia no Paraná”, mas que houve, por parte dos representantes da província, uma “verdadeira decepção” com esses colonos. (MARTINS, 1995, p. 364).

Ainda nessa obra, o autor nos apresenta os relatórios do presidente da província, Rodrigo Otávio de Menezes (1838),¹⁶ em que se encontrava decepcionado pelo fato dos imigrantes manterem sua língua materna intacta e porque, segundo ele, exigiam cada vez mais benefícios. Em linhas gerais, esses relatórios, ao falar dos teuto-russos, os taxavam de “ignorantes”, “teimosos”, “indolentes” e que não faziam os serviços que “exigiam mais trabalho”. Por conhecerem apenas a cultura do trigo, tiveram insucesso com outros grãos e culpavam as terras (MARTINS, 1995, p. 363-364).

Mais tarde, novas ondas imigratórias chegaram no Paraná para compor a mão de obra no mercado. Houve muitas dificuldades para esses imigrantes se adaptarem ao clima e ao solo, entretanto, foram se adaptando e, aos poucos, se reinventando para tentar se estabelecer e progredir na região.

Todavia, não só da agricultura e construção de estradas os imigrantes alemães viveram. Já na década de 1860, muitos estabeleceram-se pela província como artesãos e comerciantes.

Como visto anteriormente, os povos que vieram nos novos fluxos migratórios eram mais urbanos e intelectuais. Estes ajudaram a estruturar e aumentar o comércio paranaense e a gerar uma classe média. Atuavam como empreiteiros nas obras públicas, empreendiam em serrarias e olarias.

Os alemães vinham se destacando e ganhando cada vez mais espaço na província paranaense, como podemos ver o exemplo em Curitiba:

Entre 1869 e 1889, dos 293 empreendimentos comerciais existentes em Curitiba, 22,2% pertenciam a alemães. Em 1889, os luso-brasileiros possuíam 230 pequenas indústrias e casas comerciais, enquanto os alemães, 104, respectivamente 59,6% e 26,9%. Praticamente, para cada dois estabelecimentos luso-brasileiros, um era teuto-brasileiro. Nos setores de ferragens, metais, latoaria e engenho a participação se invertia, chegando os

¹⁶ Ao falar dos relatórios, Romário Martins os descreveu como se fossem desse ano, entretanto, como ficou uma leitura confusa, em rápida consulta, foi observado que Rodrigo Otávio de Menezes, foi presidente da província do Paraná, entre março de 1878 a março de 1879. Acredita-se que houve erro de digitação por parte da editora. Fonte: Relação dos Presidentes da Província do Paraná (1853-1889), disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43> Acessado em: 21 abr. 2020.

teuto-brasileiros a 45,8%, enquanto os luso-brasileiros a 25%. (COLATUSO, 2004, p.63 *apud* FLUCK, 2011, p. 101).

Esse sucesso continuou e estima-se que dentre 1920 a 1929, cerca de 45% das empresas curitibanas registradas na Junta Comercial do Paraná eram de responsabilidade de alemães. (SOUZA, 2002, p. 18). Isso nos revela que havia intensa competição entre esses imigrantes e os comerciantes luso-brasileiros.

A história do Paraná, sobretudo com o movimento paranista,¹⁷ emergiu com o discurso do “mito do Paraná Branco”, de povos receptivos e de boa convivência com os imigrantes e vice-versa. Nas escolas aprendia-se muito essa visão¹⁸ e ainda notamos resquícios desse olhar.

Apesar das contribuições na modernização do Paraná e dentre tantas outras, os povos de origem alemã foram vistos como elementos indesejáveis e de desconfiança, principalmente com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942). Conforme elaborado brevemente neste capítulo, até esse período os empreendimentos dos alemães só prosperavam. A partir daí, quando passaram a ser encarados— de forma genérica— como inimigos nacionais, viram seus negócios sendo duramente atacados e depredados.

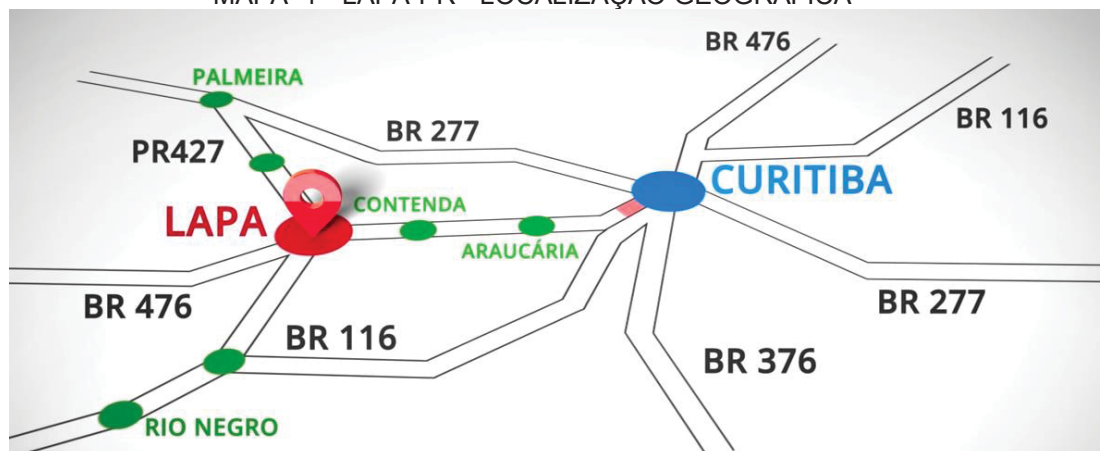
1.3 A PRESENÇA GERMÂNICA NA LAPA-PR

Pequena populacionalmente, mas expressiva em faixa territorial, a cidade da Lapa está localizada a aproximadamente 70km de Curitiba, capital do Paraná.

¹⁷ Tinha como forte influência a figura de Romário Martins e ganhou força após a emancipação do Paraná. Tinha como objetivo construir uma identidade regional do Paraná, para criar na população local um sentimento de pertencimento à terra. Nesse contexto, a atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foi fundamental, ajudando a forjar uma história regional.

¹⁸ Vale lembrar a coleção de livros didáticos “Lições Curitibanas” e “Jornal Curitibinha” do mandato do prefeito de Curitiba, Rafael Greca e que valiam-se da contribuição de historiadores como Wachowicz e Martins que, imbuídos do objetivo de contar a história do Paraná e de Curitiba, exploravam, a partir de dados estatísticos, a ideia de que o Paraná tinha menos negros e que seria “mais europeu”.

MAPA 1 - LAPA-PR - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



FONTE: Prefeitura Municipal da Lapa.¹⁹

Quando se fala da Lapa-PR, as primeiras representações que vem à mente das pessoas que conhecem ou ouviram falar sobre a cidade são seus casarios antigos, do belo e preservado centro histórico da cidade. Historicamente, muito se destaca o episódio do Cerco da Lapa, que ocorreu durante a Revolução Federalista (1893-1895). Fala-se da Congada e da escravidão, porém, ainda não com o devido destaque. Até esse período, alguns trabalhos acadêmicos surgiram para ampliar o leque de conhecimento sobre a história do município.

No tocante aos diversos grupos de imigrantes que ajudaram a compor a população lapiana²⁰, nota-se que a árvore genealógica da cidade é composta por vasta diversidade étnica. Acerca do processo de como esses diversos imigrantes chegaram até a cidade e foram criando suas colônias, famílias e construindo suas vidas, existem alguns escritos valiosíssimos e que nos trazem grandes contribuições. No entanto, carecemos de mais pesquisas acadêmicas e com rigor historiográfico.

Referente aos registros do pioneirismo da presença alemã na Lapa, na obra do Ir. Estevão Müller, há registros quanto à chegada de alemães na Lapa— na época

¹⁹ Portal do Cidadão - Município da Lapa. Disponível em: <https://lapa.atende.net/> Acesso em: 06 maio 2021.

²⁰ Segundo fontes, o vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras, consagra a forma lapiano (com “i”), ao tratar dos moradores da cidade de Lapa-PR como a forma mais correta. O argumento é de que, no caso de lapiano (com “i”), o falante tenha-se reportado a origem de lapide, que, em latim, significa pedra. Não se pode esquecer que, em português, existe o substantivo comum “lapa”, que significa “pedra” ou grande pedra ou gruta. De qualquer forma, quem elabora a evolução, quem faz a língua, contrariando, às vezes, a forma proposta pelos gramáticos e filólogos, é o falante. E este, no caso específico, ainda não se decidiu. A oscilação persiste e no presente trabalho, estarei fazendo uso do termo “lapiano”. (VARGAS, Túlio. Disponível em: www.amb.com.br. Acessado: 25 mar. 2020).

Vila do Príncipe— no ano de 1829, coincidindo com o que a historiografia nos traz sobre os primeiros povos europeus a chegar no Paraná, na região de Rio Negro. Sobre isso, o autor destaca a figura de um dos precursores da colonização: Frederico Virmond²¹, natural da Alemanha, veio do Rio de Janeiro para a Lapa na década de 1830. Falava várias línguas, engenheiro e pioneiro no ramo de olaria. Em suas terras— onde hoje se encontra o Hospital Regional São Sebastião—havia um casarão em que Virmond abrigou por dois meses imigrantes contratados para abrir estradas. Depois, o estabelecimento definitivo desses alemães foi em uma fazenda, negociada por governantes, localizada no distrito de Mariental. (MÜLLER, 2008, p. 25-26).

Outra família conhecida e que veio para Lapa antes do grande fluxo imigratório, são os Westphalen, também de segmento protestante que, segundo consta na biografia sobre Frederico Guilherme Virmond, com ambas tendo estreitos laços de amizade. Frederico Virmond chegou a ser professor de música para os filhos de Eugênio Westphalen e a formar parcerias em negócios.

O grande fluxo de colonização de povos de língua alemã, sobretudo, da região do Volga ocorreu a partir de 1877; ou seja, durante a segunda fase de imigração alemã no Brasil. Na Lapa concentraram-se principalmente em três colônias:

QUADRO 2 - COLÔNIAS ALEMÃS EM LAPA-PR

Ano	Município	Colônia	Núcleos coloniais	Distância da sede munic.	Área em hectares	Nº de lotes	Nº de imigrantes	Grupos étnicos
1878	Lapa	Virmond	1. Virmond 2. Marienthal 3. Johannesdorf	5 km 12 km 4 km	2.013,8 1.421,9 2.120,2	44 50 60	210 106 131	Alemães do Volga

FONTE: WESTPHALEN, 1969, p. 164.

A colônia Virmond, apesar de ser a que mais recebeu imigrantes, não prosperou, suas terras eram pouco férteis e os colonos germânicos deslocaram-se

²¹ David Carneiro tem uma obra dedicada somente à biografia de Virmond, que se tratava de um dos pioneiros teuto a fazer a vida na Lapa. Ele aborda a temática de forma bem romanceada. Segundo o autor, Virmond foi um amante das artes e fazia de tudo um pouco no município. Foi engenheiro, médico, professor. O autor fala que ele veio em busca da calma que não encontrava no Rio de Janeiro, porém, demorou para se adaptar com os atrasos da região do interior do Paraná. Segundo consta, era visto pela população como “alemão esperto” e foi responsável por obras importantes no município. Porém, era luterano, mas ainda morando na capital do país, casou-se com uma católica e seus filhos seguiram os passos religiosos da mãe, pois “num país onde a igreja católica era oficial – do estado – [...] cada não católico estaria exposto a desconfiança e, portanto, ao isolamento. (CARNEIRO, 1976, p. 29).

em busca de outras terras ou para viver de outras atividades nos centros urbanos. Poucos anos após a ocupação de imigrantes germânicos, essas terras passaram a ser habitadas por italianos e veio a se chamar Colônia São Carlos.

As colônias de Mariental e Johannesburg, apesar das dificuldades, prosperaram. Mariental, por exemplo, conta hoje com população superior a três mil habitantes. (MÜLLER, 2008, p. 18). São compostas por grande parte dos imigrantes vindos da região do Volga e de religião Católica. O próprio nome das colônias tem ligação com a fé católica: Marienthal, traduzindo para o português, significa “Vale de Maria” (MÜLLER, 2008, p. 18) Já Johannesburg foi uma homenagem a São João Batista e significa “Aldeia de João”, santo de devoção da maior parte dos colonos. (BACH, 2000, p. 25). Ambas encontram-se não muito longe do centro da cidade da Lapa. Johannesburg fica a aproximadamente 7km e Mariental, indo pela rodovia principal e pedagiada, fica a 13km.

MAPA 2 - LAPA E SUAS COLÔNIAS ALEMÃS



FONTE: Google Maps. Acesso em: 21 abr. 2021.

Outro fator em comum entre as duas colônias foi a decepção ao chegarem nas terras prometidas. No caso dos colonos da Johannesburg, havia pequenas moradias providenciadas pelos governantes e o tipo do solo para plantarem não era

o esperado²². Por este motivo, logo de início, muitas famílias desistiram de se estabelecer ali.

No caso de Mariental, foi preciso começar do zero, desde as coisas mais básicas, como moradias e estradas. Porém, segundo Müller (2008), os imigrantes conseguiram, aos poucos, prosperar, graças a terra de boa qualidade e a ajuda dos caboclos. (MÜLLER, 2008, p. 22). Atualmente, em condição de distrito do município da Lapa, ainda é possível perceber “traços de germanidade” neste local. Seja por ainda se fazer presente vários sobrenomes dos primeiros imigrantes, como também pela preservação de algumas receitas da culinária. Percorrendo suas ruas, conseguimos observar a preservação de alguns dos primeiros casarios construídos pelos colonos.

O alemão, a primeira coisa que faz quando se estabiliza economicamente, quando começa a produzir, é substituir sua casinha tosca, primitiva, por outra melhor, até chegar a residência confortável de tijolos [...] Parece poder dizer-se que a casa é o traço característico do colono alemão, o traço que distingue dos demais. Ele pode perder todas as características da raça – a língua, as tradições, mas não perde nunca o hábito de morar em boa casa, quando suas condições econômicas o permitem. (D'AMARAL, 1950, p. 63 *apud* SEYFERTH, 2011, p. 52).

²² Os solos que ocorrem na maior parte da região ao sul da Lapa são de baixa fertilidade natural, com elevados teores de alumínio tocável. São moderadas a fortemente susceptíveis à erosão. As combinações de agentes químicos presentes nesse tipo de solo podem ser aproveitadas em lavouras, sendo, entretanto, necessárias práticas conservacionistas intensivas, além do emprego de corretivos e fertilizantes. Na época, os colonos ainda não conheciam as técnicas e processos de plantio e tratamento do solo amplamente disseminados nos dias de hoje.

IMAGEM 1 - RESIDÊNCIA EM MARIENTAL



FONTE: a autora (2021).

Como conseguimos perceber nas imagens, as casas construídas pelos imigrantes na Lapa e em suas colônias, diferente de algumas outras regiões brasileiras como em Blumenau, não seguem os modelos típicos germânicos do estilo enxaimel. Os alemães da Lapa trouxeram um estilo eclético em suas construções. Nelas há diversos elementos e referências de variados estilos. Não seguem uma linha única.

IMAGEM 2 - RESIDÊNCIA FAMÍLIA WIEDMER. LAPA-PR



FONTE: a autora (2021).

Próximo a essas residências, existem outras que seguem estilo parecido. Algumas estão desde a chegada dos primeiros povoadores alemães, até hoje, com a mesma família, como é o caso da imagem 2 (casa próxima ao centro da Lapa e pertencente à família Wiedmer). Tal residência pertenceu ao Pastor David Wiedmer e relatos de membros da comunidade luterana, indicam que foi um hospital que os atendia. (LIMA, 2015, p. 170).

Para fortalecer o vínculo com suas raízes germânicas, a comunidade de Mariental vem desde 2018 realizando a “Marienthal Fest”²³, que reúne a comunidade com marchinhas alemãs, comidas típicas e desfiles com trajes germânicos, bem como podemos observar na imagem a seguir:

²³ Por conta da pandemia da Covid 19, os festejos dos anos de 2020 e 2021 não foram realizados, retornando em 2022 com um público que surpreendeu positivamente os organizadores, pois o pedágio que separa este distrito com o município da Lapa encontrava-se desativado, o que favoreceu o deslocamento.

IMAGEM 3 - MARIENTHAL FEST

FONTE: prefeitura da Lapa-PR²⁴

A Marienthal Fest vinha sendo planejada há tempos por alguns moradores locais que queriam trazer visibilidade e atrair não só o público da colônia, como também das regiões vizinhas para as festas de igreja que já ocorriam por ali e também contavam com venda de comidas típicas e enfeites e bandeirinhas alemãs em carroças. As festas a partir de 2018 trouxeram ainda mais “germanidade” nos preparativos.

Esse tipo de festejo nos revela o quanto permanece a tentativa de recuperar alguns aspectos da memória germânica e até nos leva a acreditar na existência de um orgulho étnico desses povos.

Alguns anos depois da chegada desse fluxo migratório e criação das colônias, a população lapiana recebeu mais povos de língua alemã, como os austríacos e os bucovinos que foram se dividindo entre as colônias também pela cidade.

Os imigrantes na Lapa, principalmente na virada do século XIX para XX, já faziam parte de uma dinâmica social, compondo força de trabalho e atuando na agricultura e no comércio. Havia ainda a dificuldade com a comunicação, não compreendiam a língua portuguesa e sofriam com isso. Nesse sentido, a vida

²⁴ Prefeitura da Lapa. Álbum: **Marienthal: Um povo que tem orgulho de sua história**. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2196717117094080&type=3&sfnsn=wiwspmo&extid=CVu9lwNwcOvcqxiB>. Acesso em: 20 abr. 2021.

comunitária ajudava a suportar essas dificuldades e se fortaleceu com elas. Porém, como veremos adiante, novos rótulos e regras trouxeram mudanças abruptas na forma em que eles viviam e também em como passaram a ser tratados pelos lapianos luso-brasileiros.

A Lapa, ou mais precisamente, os grupos de alemães que viviam no município, não ficaram à margem do que muitos grupos teuto brasileiros vinham fazendo pelo Brasil para manter sua germanidade. Como pudemos observar, a maior parte dos grupos que se fixaram nessa região eram de maioria católica (MULLER, 2008, p. 31). Mediante a este cenário, o pequeno número de famílias de imigrantes e seus descendentes que tinham o credo luterano e o mantiveram, buscaram sempre preservar tal crença. De início, com encontros nas casas das famílias e depois de proclamada a República e com a liberdade religiosa, esse grupo buscou estruturar-se. Assim, com recursos próprios, contrataram pastores e, em 1890 construíram a Igreja Luterana. Não demorou muito, em 1893 conseguiram construir a Escola Alemã e por último fundaram, em 1907, o Clube Teuto-Brasileiro (LIMA, 2015, p. 163,186).

Assim como houve a manutenção dos interesses coletivos e estruturas para preservar a vida comunitária e a tradição germânica, houve, em igual escala ao restante do país, a perseguição a tais grupos, principalmente durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945) e intensificando-se quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial (1944). Porém, na Lapa, esse episódio está ficando cada vez mais no esquecimento da população e até no desconhecimento. Será proposital? Quais os grandes traumas que essa parte da população sofreu? Por que a comunidade luterana da Lapa se mantém tão fechada quanto ao seu passado? Nos próximos capítulos, tentaremos, ao menos, trazer indícios para as respostas de tais perguntas.

2. A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL COMO PROJETO DE UM BRASIL MODERNO E PRÓSPERO DURANTE A ERA VARGAS

Esse segundo capítulo abordará como a campanha de nacionalização varguista, somado à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, influenciou no cotidiano dos teuto-brasileiros e na visão estereotipada e preconceituosa de parcela dos luso-brasileiros em relação a eles. Será demonstrado como os excessos foram acontecendo e a contribuição dos veículos de propaganda para alcançar o pensamento dos brasileiros e também para impor o medo.

Cabe ressaltar que essa pesquisa procura atender as habilidades (EF09HI02) e (EF09HI08)²⁵ presentes na BNCC (BRASIL, 2017) do 9º ano de História, sendo a primeira, um traço da vertente do que hoje se denomina História Pública e que é um dos objetivos finais do trabalho, visto que não ficará apenas no âmbito acadêmico.

é como se a historiografia acadêmica –aquela que é produzida como ciência pelos especialistas – vazasse por muitos poros, e formasse uma intrincada rede de vasos comunicantes que sustenta e alimenta a visão comum do que é a história (ALBIERI, 2011, p. 21).

Essas histórias produzidas localmente, que abordam memórias sobre um povo e espaço próximo, é também de extrema importância por colaborar na formação de uma perspectiva histórica. Por esse motivo, ao abordar a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas, o Estado do Paraná e em especial a cidade da Lapa, têm espaço de análise privilegiada neste trabalho em razão de mostrar à população local que, no município, pessoas que tinham descendências étnicas ligadas aos países do Eixo sofreram de inúmeras perseguições. Famílias e espaços conhecidos, carregam as marcas desse episódio, que é desconhecido por grande parte da população.

No capítulo anterior pudemos observar que o projeto de nacionalização no Brasil, era pensado antes mesmo de Getúlio Vargas assumir o poder (1930) e consolidar o Estado Novo (1937-1945). Ainda na República Velha já havia discussões entre intelectuais brasileiros e ações restritivas sendo tomadas, sobretudo, no

²⁵ (EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) em que veio uma leva considerável de imigrantes alemães para o território brasileiro. Porém, foi durante o Estado Novo e principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que houve excessos com imposições de novos decretos nacionais, policiamento, censura, que levaram até mesmo a um “caráter terrorista”²⁶ de perseguição, acabando com a permanência de tradições estrangeiras. Simultaneamente, o Estado promoveu a supervalorização dos nossos símbolos nacionais,²⁷ principalmente no âmbito educacional, que foi um campo de expansão ideológica de importância vital para moldar os cidadãos ideais para o Brasil do projeto varguista. Conforme observou Pereira, “nacionalizar, portanto, é tarefa de educação moral e cívica, um desígnio dos doutrinadores que estabeleceram as premissas ideológicas da ação do Estado.” (PEREIRA, 2013, p. 196).

Desde o início de seu governo, Vargas já se mostrava um defensor do nacionalismo e da valorização da unidade nacional. Na sua visão, corroborada por políticos e intelectuais da época, para consolidar o Brasil como uma nação moderna e civilizada era necessário concretizar a tão sonhada “comunidade brasileira”. Dessa forma, as primeiras grandes reformas varguistas se fizeram necessárias e começaram a vigorar logo nos primeiros anos do seu governo.

Logo em 1930, houve a proibição da imigração por conta da crise econômica que o Brasil se encontrava. (MAGALHÃES, 1998, p.43). A mesma autora ainda assinala que, a partir de 1932, se iniciou uma série de medidas contra o uso da língua alemã nas escolas teuto-brasileiras, mas que tais medidas só foram se intensificar no decorrer do período do Estado Novo. (MAGALHÃES, 1998, p.48).

No que se refere a Constituição de 1934, é possível observar a tendência eugenista do presidente e dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, sobretudo a figura de Oliveira Vianna “um dos principais arquitetos” desse documento e que simpatizava e se inspirava em figuras como Francis Galton²⁸. (MAGALHÃES, 1998, p. 68).

²⁶ Em “Os Soldados Alemães de Vargas”, Dennison Oliveira assim se refere ao caráter das medidas adotadas pelo governo de Vargas, após a declaração de guerra do Brasil.

²⁷ A bandeira e hino do Brasil; desfiles cívicos; valorização dos “heróis nacionais”.

²⁸ Inglês e criador da teoria da eugenia. Acreditava que a “raça” humana poderia ser aperfeiçoada, desde que, se evitasse cruzamentos indesejáveis. O objetivo de Galton, era incentivar o nascimento de indivíduos mais notáveis ou mais aptos na sociedade e desencorajar o nascimento dos inaptos. Assim, Galton sugere o desenvolvimento de testes de inteligência para selecionar homens e mulheres brilhantes e ditos “superiores” e incentiva a união entre estes para a formação de seres humanos evoluídos.

Tal documento determinou ou reforçou algumas restrições para os que poderiam entrar no Brasil e trouxe a emenda conhecida como “Lei de cotas” (1934), a qual só permitia a entrada de 2% de cada etnia emigrada para o Brasil nos últimos cinquenta anos, o que favoreceu a restrição de elementos indesejáveis, como os asiáticos e africanos, uma vez que “o número de imigrantes europeus que se deslocavam anualmente para o Brasil dificilmente ultrapassaria este percentual”. (MAGALHÃES, 1998, p. 43). Sem contar que havia toda uma seleção rigorosa, que impedia a entrada de quem apresentasse determinadas deficiências físicas ou mentais.

Anterior a isso, durante o governo provisório de Vargas, a valorização de uma identidade nacional, se fez presente também por meio dos chamados Integralistas que, em 1932, contribuíram com a propagação de projetos de valorização nacional, com a criação de seu partido, a AIB – Ação Integralista Brasileira – e a divulgação do Manifesto de Outubro, no qual valorizavam a união do povo brasileiro.

A organização política tinha a finalidade de construir uma nação moderna e civilizada no Brasil. Com base no que considerava aspectos genuinamente brasileiros: a história e a língua nacional, os costumes e o povo brasileiro, a AIB forjava uma identidade nacional para o Brasil, de acordo com sua ideologia. (SENTINELO, 2013, p. 78).

Vargas, das mais variadas formas possíveis, tentou ampliar a valorização nacional. No ano de 1936, decretou que até mesmo as escolas de samba deveriam escolher temas com a valorização da História nacional e patrióticos ou de exaltação do trabalho. (SOUZA, 2008, p.58).

A partir de 1933, logo que os nazistas assumiram o poder na Alemanha e com as campanhas de nacionalização do governo de Getúlio Vargas, se intensificou a disputa pela fidelidade dos povos germânicos, pois a Alemanha tentava difundir nas colônias teuto-brasileiras, suas ideologias com o Partido Nacional Socialista para o Exterior (NSDAP), o qual se dedicava na nazificação da população alemã, que poderia servir de elementos recrutáveis em caso de futuro conflito. (OLIVEIRA, 2011, p.21).

Segundo Márcio José Pereira (2010), o NSDAP, não teve adesão significativa no território brasileiro. Contou com a filiação, principalmente das últimas levas de teutos que vieram para o Brasil e que se instalaram nas áreas urbanas. Os grupos

mais antigos de imigrantes, se opunham²⁹ aos partidários e isso gerava até conflitos entre eles, o que levava a desvinculação de alguns teutos com suas tradicionais associações. Mesmo com todos esses fatores, o Brasil representava o país com maior contingente de alemães filiados.

Vargas não deu devida atenção à atuação do NSDAP no Brasil, até mesmo porque, desde a ascensão de Hitler, Brasil e Alemanha passaram a ter estreitas relações políticas e, sobretudo, econômicas. Nessa fase, a Alemanha tomou o posto de segundo lugar –que até então era da Grã Bretanha– no comércio exterior brasileiro, ficando atrás somente dos Estados Unidos. (GERTZ, 1987, p. 63). Pode-se notar que até 1938, essas relações comerciais entre Brasil e Alemanha só evoluíram.

Se em 1933 11,95% das importações brasileiras eram procedentes da Alemanha, este percentual nos anos seguintes se elevou: 14,02% (1934); 20,44% (1935); 23,5% (1936); 23,88% (1937); 24,99% (1938). Também as exportações brasileiras para a Alemanha registraram um constante aumento: 8,12% (1933); 13,13% (1934); 16,15% (1935); 13,28% (1936); 17,05% (1937); 19,06% (1938). (HILTON, 1975, p. 137 *apud* GERTZ, 1987, p. 62).

Além da parceria econômica, Vargas mostrava-se um entusiasta das ideologias nazifascistas. Isso fica mais evidente com a Constituição de 1937 e a parceria firmada com a Alemanha, tendo colaborações da GESTAPO³⁰ para o treinamento da polícia política brasileira. Tudo levava a crer que o Brasil, tomando uma posição durante a Segunda Guerra Mundial, viria apoiar os países que integravam o Eixo. Porém, a partir de 1938, as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha estremeceram e as potências dos Aliados, também passaram a trabalhar de forma mais intensa para manter o Brasil subserviente às suas demandas. Tudo isso contribuiu para a mudança do rumo das políticas internacionais até então adotadas por Vargas e também suas medidas nada tolerantes em relação aos grupos de imigrantes pertencentes às potências do Eixo. Todas essas mudanças em nome da permanência e valorização da unidade nacional e modernização do Brasil.

²⁹ “O motivo principal para o surgimento da oposição aos nazistas era que estes julgavam que, quando o nazismo assumiu o poder na Alemanha, tinha chegado sua hora de assumir a liderança sobre todos os teutos no Brasil”. (GERTZ, 1987, p. 85).

³⁰ GESTAPO era a polícia política alemã. Em um dos acordos, Olga Benário, a esposa do dirigente brasileiro e comunista Luís Carlos Prestes, foi deportada para a Alemanha, onde foi morta num campo de concentração. (GERTZ, 1987, p. 63).

2.1 ESTADO NOVO, A ALEMANHA E OS ALEMÃES NO BRASIL

Sendo ou não filiados ao NSDAP, a campanha de nacionalização varguista abalou profundamente o cotidiano dos teuto-brasileiros, visto que esses povos mostravam-se bastante apegados às suas origens e tinham uma visão diferente das leis brasileiras sobre o conceito de nacionalidade. Segundo a lei alemã, a nacionalidade era definida conforme a ascendência. Já nas leis brasileiras vigentes, o fator decisivo para definir a nacionalidade era o país de nascimento.³¹ (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. Agora, está população, de origem colônia, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos, dos primitivos povoadores, é brasileiro. Aqui todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação. (VARGAS, 1943 *apud* SOUZA, 2008, p. 155).

Como veremos, essas diferentes visões de nacionalidade contribuíram para que a campanha de nacionalização varguista e a assimilação fossem um processo tão doloroso e forçado para os teuto-brasileiros.

Entre os anos de 1937 e 1945, o Brasil vivenciou um período autoritário caracterizado por traços nacionalistas e tentativa de centralização do poder, conhecido como Estado Novo de Getúlio Vargas. Tal período é objeto de estudo com diversas possibilidades de análise, seja envolvendo as questões trabalhistas, imprensa e propaganda, de estímulo à industrialização, como as perseguições a diversos grupos.

É de suma importância analisar esse período sob novas nuances, pois os resquícios da imagem aclamada de Getúlio Vargas, incutida pela historiografia tradicional e positivista ainda se faz presente, principalmente no âmbito educacional e suas diretrizes curriculares.

Vargas conseguiu instaurar sua ditadura, com apoio popular, sob o pretexto de que seria um governo salvacionista que os brasileiros precisavam naquele momento.

³¹ “Os únicos indivíduos aqui nascidos [Brasil] que não poderiam ser considerados brasileiros seriam aqueles cujos pais se encontravam no Brasil a serviço de outros países”. (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

A historiografia tradicional apela pela justificativa de que havia uma suposta ameaça comunista e um golpe em trânsito. Porém, estudos mais recentes, bem como de McCann (2007), tratam esse fator como questão secundária e dá destaque à permanência das políticas regionais representadas por Flores da Cunha³² como das principais ameaças a centralização administrativa. Aliado a isso, a concretização da “Revolução” de 1930 para a unidade do Brasil, tão sonhada por Vargas e seus apoiadores, na qual o interesse nacional seria sempre superior ao regional, vigorando até o início da década de 30. Para acabar de vez com os interesses e políticas regionais é que a criação do Estado Novo se fez necessária.

Longe de ser apenas uma reorganização técnica-funcional do aparelho estatal, a centralização político-administrativa foi, acima de tudo, uma disputa por hegemonia entre o poder central e interesses regionais, de onde surgiu um novo Estado tentando construir-se a partir de uma visão totalizante de sociedade. A difusão de uma ideia de um todo nacional buscava unificar interesse de grupos e classes, transformando a fragmentação, em qualquer de suas manifestações, no grande inimigo do país. (D’ALESSIO; MANSOR, 2002, p. 163 *apud* PEREIRA, 2017, p.20).

Fazer do Brasil, –um país tão diverso– uma nação hegemônica, era vislumbrar uma realidade inatingível e árdua de se concretizar. Mesmo com todo um aparato policial, midiático e um projeto nacional sólido, Vargas teria que mexer com estruturas cotidianas, com formas de sociabilidade presentes há muito tempo. A maneira com que ele conduziu esse processo, e quais os reflexos na cidade da Lapa-PR, é que será um dos pontos cruciais a serem abordados no decorrer deste trabalho.

Vargas, ao outorgar a Constituição de 1937 e instituir o Estado Novo no dia 10 de novembro do mesmo ano, fez um pronunciamento e declarou aos ouvintes do rádio que, naquele novo governo, seu objetivo era “restaurar a nação, permitindo-lhe ‘construir livremente sua própria história e destino’”. (MCCANN, 2007, p.508). Porém, como veremos, o Brasil não tinha condições para garantir sua autonomia econômica e, portanto, Vargas estava impossibilitado em garantir toda essa liberdade prometida. Para conseguir parcerias ao desenvolvimento da economia e infraestrutura brasileira, precisou adotar uma postura de governo “pendular”,³³ que foi um marco das relações

³² Atuou como interventor do Estado do Rio Grande do Sul. De aliado, para grande opositor político de Getúlio Vargas, ao não admitir que o centralismo político acabasse com o poder regional. Buscou reunificar a política regional desde fins da Guerra Civil de 1932, quando criou o PRL visando manter sua liderança política no Rio Grande do Sul e até mesmo em nível federal.

³³ Alemanha de um lado, Estados Unidos do outro e o Brasil entre os dois, tentando não pender para nenhum lado.

diplomáticas do Estado Novo e que revela o quanto o Brasil ainda era dependente do capital estrangeiro.

Até 1938, houve significativo aumento no volume de comércio entre Brasil e Alemanha, que correspondia a uma redução das trocas brasileiras com os Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2008, p. 20), sendo um grande divisor de águas nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. A partir daí, o expansionismo alemão começou a ser colocado em prática, com a anexação da Áustria. Tal episódio deixou algumas autoridades brasileiras aflitas com a atuação dos alemães partidários e a influência do NSDAP nas comunidades teutas. O discurso do “perigo alemão” ressurgiu e a partir disso a crise entre o governo brasileiro e os descendentes alemães começou a se intensificar, tomando proporções extremamente arbitrarias em 1942. Nesse meio tempo, Brasil e Alemanha mantiveram suas relações diplomáticas, porém, com desavenças.

Um marco importante do primeiro tipo de conflito foi a prisão do assessor cultural da Embaixada da Alemanha no Brasil, acusado de espionagem e subversão pelas autoridades brasileiras. Também o consul alemão em Porto Alegre foi preso e deportado, como resultado de uma ação conjunta de Osvaldo Cordeiro de Farias e o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, outro notório apoiador dos EUA. Outro caso de destaque foi a pretensão da representação diplomática nazista de que a prestação do serviço militar obrigatório por parte dos indivíduos de origem alemã nascidos no Brasil deveria ocorrer na Alemanha, com o que o governo brasileiro não concordava. (OLIVEIRA, 2015, p.61).

Ainda em 1938, veio à tona o Decreto-Lei 383, de 18 de abril³⁴, o qual declarou a extinção total de qualquer atividade política envolvendo os estrangeiros, portanto, era o fim do NSDAP, que se viu obrigado a encerrar as suas atividades de influência em solo brasileiro. (PEREIRA, 2010, p. 60).

Não só o NSDAP se viu forçado a interromper suas atividades. Na realidade, desde que Vargas outorgou a Constituição de 1937, já estava proibido a existência de qualquer partido político ou ação partidária no Brasil, que não fossem a do governo. Dessa forma, a AIB também teve suas atividades suspensas.

Não obtendo espaço para auxiliar nos projetos da ditadura varguista, em 1938, os integralistas passaram a organizar um levante que visava tirar Vargas do poder por meio de um golpe e, até mesmo, do seu assassinato. Tais investidas

³⁴ Esse Decreto levou também ao fechamento de vários Clubes teuto, bem como o da Lapa. Por conta disso, será discutido novamente no próximo capítulo.

fracassaram e centenas de prisões foram feitas em várias regiões do Brasil, incluindo a cidade da Lapa, no Paraná. Segundo Oliveira (2011), por todo o Brasil o número de suspeitos presos por compactuar com a tentativa de golpe chegou a mais de 1.600, dos quais um terço era de militares da ativa. (OLIVEIRA, 2011, p. 26). Mas afinal, o que teria a ver a tentativa de golpe por parte dos integralistas com o abalo nas relações entre Brasil e Alemanha, se tal partido também era defensor da nacionalização?

Entre os suspeitos de dar apoio ao golpe, estavam membros do corpo diplomático das embaixadas da Alemanha e da Itália, o que aumentou ainda mais a determinação do governo em eliminar quaisquer bases sociais de apoio à subversão nazifascista. (OLIVEIRA, 2011, p. 26).

Escancarando os responsáveis pela tentativa de golpe, e mostrando-se numa condição de vítima, Vargas obteve o importante apoio popular para suas medidas de repressão aos elementos suspeitos de conspirar.

Todo esse conjunto de fatores foram decisivos para agravar a relação entre Brasil e Alemanha. Ainda em abril de 1938, os governos dos Estados do Sul do Brasil impuseram que em todas as escolas particulares da região, as aulas fossem ministradas em português e que o quadro de professores e diretores fosse ocupado somente por brasileiros natos. O que foi bem difícil para as crianças que não falavam o português, tendo de uma hora para outra se adaptarem à nova realidade. O governo proibiu também o recebimento de qualquer ajuda financeira de instituições estrangeiras e essas escolas. Assim, muitas acabaram se obrigando a fechar. (OLIVEIRA, 2011, p. 25). A nacionalização das instituições escolares não teve boa repercussão na Alemanha, o que resultou em influência no clima hostil entre ambos os países nos próximos anos.

Outro fator que contribuiu para mudança nesse cenário de crescente relação comercial entre Brasil e Alemanha, foi o bloqueio naval imposto pela Marinha Britânica, o qual pôs fim a todas as trocas comerciais entre os respectivos países. (OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Com a Constituição de 1937 e todos esses agravantes do ano seguinte, alemães e seus descendentes passaram a ser tratados como elementos suspeitos e enfrentaram a maior crise desde o início da imigração. Foram vários artigos de leis e decretos criados para tentar garantir a unidade nacional e submeter os estrangeiros a um estado de autoritarismo e submissão, na mesma medida em que, na base do

medo, viram-se obrigados a abandonarem seus vínculos com sua nação de origem e adotar a assimilação forçada.

Na Constituição de 1937, no que se refere aos estrangeiros, podemos observar que a ditadura varguista, os restringia de diversas formas, visando a soberania da cultura nacional.

a) tentar submeter o território da Nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro; b) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito à sua soberania; [...] d) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição. [...] g) não podem ser proprietários de empresas jornalísticas as sociedades por ações ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas. A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos. (BRASIL, 1937).³⁵

Por meio desses pontos citados acima, já conseguimos perceber que o Estado Novo, desde a sua criação e outorgada Constituição, preocupava-se com possíveis atentados à ordem nacional e mobilização de grupos estrangeiros e por esse motivo, os impediu de manifestarem-se coordenando veículos de imprensa.

No decorrer da ditadura varguista e, conforme as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha foram ficando cada vez mais fragilizadas, uma série de decretos voltados às etnias existentes foram criados e transformaram drasticamente o cotidiano não só desses povos, como também dos brasileiros que passaram a conviver com medo de serem penalizados, caso mostrassem ser coniventes com práticas ditas subversivas por parte dos imigrantes alemães, italianos ou japoneses.

A educação era o principal alvo de Vargas para obter sucesso na sua campanha de nacionalização. Não à toa, foi das áreas mais atingidas pelos sucessivos decretos. Um exemplo é o de nº 2.072, de 8 de março de 1940, o qual “dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira” (BRASIL, 1940)³⁶. A educação estadonovista

³⁵ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10615122/artigo-122-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937>. Acesso em: 29 nov. 2020.

³⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

visava moldar um “novo jovem”, com padrões uniformes e que valorizasse a sua pátria.

Ainda sobre a atuação da Juventude Brasileira e sua atuação no ensino secundário, Giralda Seyferth nos reforça o quão valorizado era o civismo.

[...] art. 55 precisam mais o vínculo: as atividades cívicas da Juventude Brasileira, que terão caráter obrigatório, executar-se-ão dentro do período semanal dos trabalhos escolares e as faltas às comemorações especiais da Juventude Brasileira serão equiparadas às faltas às aulas das práticas educativas. (SEYFERTH, 1999, p.222).

No que tange a educação dos teutos, muitas escolas foram fechadas por falta de recursos, outras tiveram que se adequar às exigências da ditadura varguista e adotar o português como idioma, contratar professores brasileiros e valorizar a História Nacional. Foram medidas subitamente drásticas e que causaram trauma para os teuto-brasileiros. Falamos aqui até de trauma de infância, pois grande parte eram crianças que conviviam em suas casas com pessoas que só falavam o alemão, tiveram que, do dia para a noite, começar a aprender e se adaptar a socializar com uma língua e educação totalmente diferentes do que estavam acostumadas em seu cotidiano.

Em 1939, os Decretos-leis atingiram a vida religiosa e também a imprensa e empresas de domínio estrangeiro.

Com a radicalização da campanha, a partir de 1939, a interferência na vida cotidiana atingiu outras instituições comunitárias e culminou com a proibição de falar idiomas estrangeiros em público, inclusive durante cerimônias religiosas. O Decreto nº 1.545, de 25-8-1939, no seu art. 16, diz que todas as prédicas religiosas deverão ser feitas em língua nacional, e incumbe o Exército de fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira”. As associações culturais e recreativas tiveram de encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas às respectivas culturas nacionais. [...] Em 1939, a intervenção alcançou os meios de comunicação, com a censura de programas de rádio e as restrições à imprensa em língua estrangeira (cerca de 60 jornais estavam em circulação e quase um terço deles era publicado em alemão). Inicialmente, os jornais tiveram de aceitar um redator brasileiro (incumbido da censura) e publicar edições bilíngües e artigos patrióticos de autores brasileiros. Depois veio a proibição definitiva e, em consequência, o desaparecimento da maioria dos jornais e revistas. A substituição lingüística atingiu, inclusive, os nomes das ruas, os letreiros e cartazes das lojas e fábricas e a denominação dos clubes e associações. (SEYFERTH, 1999, p. 221-222).

Não é difícil imaginar o quanto todas essas medidas abalaram as comunidades germânicas. Sucessivos Decretos, Portarias e ainda os olhares

duvidosos dos brasileiros do convívio diário desses povos. Tudo isso veio a piorar, logo que o Brasil entrou, efetivamente, na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942.

2.2 O BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DE VARGAS EM SEU ESTÁGIO MAIS AUTORITÁRIO (1939-1945)

Quando se fala sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ainda é comum observar alguns conteúdos didáticos³⁷ abordando o assunto de forma rasa e destacando a neutralidade do Brasil que, supostamente não foi respeitada pelos alemães, os quais torpedearam navios mercantes brasileiros que iriam abastecer o mercado estadunidense. Essa visão é um reforço da historiografia tradicional que se ocupou de ampliar essa perspectiva dos fatos, mas que vem sendo cada vez mais contestada.

Como vimos, Brasil e Alemanha mantiveram relações comerciais e políticas extremamente favoráveis até 1938. Desde então, os Estados Unidos investiram de maneira mais intensa na “política da boa vizinhança”. Não só favorecendo as relações comerciais, como também ampliando sua influência com a indústria cultural em solo brasileiro, como em toda a América Latina. (OLIVEIRA, 2011, p.29). O brasileiro passou a consumir mais a cultura estadunidense, que se engajou para espalhar uma imagem de país defensor das democracias e protetor das Américas. Em tempos de guerra, o cinema, revistas e HQs reforçaram ao máximo a imagem dos países do Eixo como os grandes vilões e até denunciavam o perigo que as infiltrações nazistas representavam, com possíveis trabalhos de espionagem e disseminação de suas ideias por meio dos imigrantes partidários. Tudo isso influenciava na mentalidade dos brasileiros e como passaram a enxergar os teutos.

Essas medidas tinham por objetivo levar todos os países das Américas a se aliarem de forma voluntária com os EUA, caso ocorresse alguma ameaça militar sobre o mesmo.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939), essa “política da boa vizinhança” e o engajamento da indústria cultural sobre a América Latina aumentou

³⁷ Tal trabalho não tem como objetivo fazer uma análise dos livros didáticos e editoras. Por isso não ampliamos o assunto e nem citamos exemplares.

drasticamente. Isso tudo não só porque queriam manter suas áreas de influência, como também porque Hitler e o Nazismo começaram a guerra dominando muitos territórios europeus, os quais passaram a deixar de consumir produtos dos EUA.

O historiador Dennison Oliveira aponta sobre a grande preocupação dos EUA, com a sua segurança nacional e o quanto manter o controle de algumas áreas foi imprescindível durante a Segunda Guerra, principalmente após a derrota da França diante dos alemães e com as investidas destes sobre a Inglaterra. “Temiam os norte-americanos que, com uma futura derrota britânica, estariam abertas as rotas de invasão dos EUA”. (OLIVEIRA, 2011, p. 30).

Para os Aliados, cada vez se fez mais necessário garantir suas áreas de influência; e para isso, na América Latina, o Brasil tinha papel fundamental: “sua posição geográfica diante do Oceano Atlântico e da África, levaram os aliados ocidentais a um empenho extremado para garantir o país na sua área de influência.” (GERTZ, 1987, p. 67-68). Havia o temor de que as colônias francesas do norte da África também passassem a ser controladas pelos alemães, o que facilitaria uma possível invasão destes ao nordeste brasileiro e, conseqüentemente, a ocupação do Caribe. (OLIVEIRA, 2011, p. 30).

Além da preocupação com sua segurança, os EUA também queriam cada vez mais ampliar sua influência nas economias latino-americanas “aumentando suas exportações e restringindo atividades econômicas de empresas oriundas de países do Eixo”. (OLIVEIRA, 2011, p. 30).

A região do Nordeste brasileiro era o principal alvo dos EUA para garantir linha de transporte e comunicação, como também um importante ponto para assegurar o que os estadunidenses chamavam de “defesa hemisférica”³⁸.

Já o exército brasileiro, achava mais eficaz tentar proteger a região Sul do Brasil, onde estava concentrado o maior contingente de comunidades de imigrantes dos países do Eixo e, principalmente, alemães. Não sabia o governo brasileiro, que os EUA já estavam cuidando do controle dessas regiões e da atuação dos nazistas, por meio de um serviço militar de inteligência.

Para os EUA foi vantajoso manter o sigilo de que tais regiões não vinham oferecendo perigo de organizar um levante separatista; pois assim, o Brasil continuava

³⁸ Era uma espécie de “solidariedade hemisférica” estabelecida em encontros interamericanos e na qual havia um cuidado com qualquer invasão de países do Eixo nas Américas.

com suas medidas de austeridade sobre os teutos e com isso enfraquecia cada vez mais suas relações diplomáticas com a Alemanha.

Na medida em que a Alemanha vinha obtendo importantes conquistas durante a guerra, os Estados Unidos avançavam em seus planos de defesa. No que diz respeito ao Brasil, os EUA passaram a pressionar durante negociações para que o governo autorizasse o investimento de instalações de bases aéreas e navais pelo Nordeste. Assim, pretendiam realizar uma ocupação preventiva com suas forças armadas na região.

Depois de prolongadas negociações, envolvendo também o equipamento e armamento para as forças brasileiras encarregadas de defender o nordeste, os Estados Unidos conseguiram a autorização do governo brasileiro para construir oito bases aéreas na região, inteiramente financiadas pelo governo norte-americano, cujas obras foram dissimuladamente executadas pela empresa aérea Pan Am, supostamente para atender aos interesses de suas linhas comerciais. (OLIVEIRA, 2011, p. 33).

Com essa medida, a suposta neutralidade brasileira durante o conflito estava em xeque. A subserviência do Brasil aos Estados Unidos se mostrou cada vez mais evidente e os brasileiros pagaram por isso.

Logo na metade de 1941, essas bases já estavam em funcionamento; porém, não atuando com seu principal objetivo proposto. Por meio delas, os Estados Unidos mantinham sua logística para abastecer os britânicos com suprimentos básicos e armas. O envolvimento dos Estados Unidos na guerra, dando total apoio aos Aliados, incomodava os países do Eixo. Havia o que Dennison Oliveira (2011) chamou de uma “guerra não declarada” entre Estados Unidos e Alemanha, ambos torpedearam navios e submarinos dos respectivos países beligerantes. Até mesmo o Brasil, logo em 1941, teve um navio afundado pelos alemães. (OLIVEIRA, 2011, p. 34).

A aliança entre EUA e Brasil e também seu envolvimento na guerra, foi progressivo. Somente os moradores das regiões costeiras em que as bases aéreas e navais foram construídas, é que tinham maior noção do grau de envolvimento do Brasil, pois o movimento de aeronaves e navios cargueiros estadunidenses na região era alarmante. (OLIVEIRA, 2011, p. 37).

Com os ataques da aviação japonesa contra Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, e conseqüentemente a entrada dos EUA no conflito, as pressões sobre o Brasil se intensificaram; até que, em janeiro de 1942, com a conferência dos chanceleres latino-americanos que aconteceu no Rio de Janeiro, o Brasil acatou a

recomendação de romper imediatamente as relações diplomáticas com os países do Eixo. O embaixador alemão já havia pronunciado que um rompimento assim significaria guerra. De fato, após tal evento, corroborou para que os alemães e italianos não medissem esforços para atingir os navios cargueiros brasileiros.

De início, o Brasil teve quatro navios cargueiros torpedeados por submarinos alemães e italianos na região do Caribe e que resultaram na perda de 56 tripulantes. Com isso, a aliança entre Brasil e EUA se intensificou e acordos de oferecimento de créditos para investir nas forças armadas brasileiras foram um dos compromissos das lideranças estadunidenses. A partir do momento em que os navios brasileiros passaram a se armar para manter o abastecimento dos Aliados e favorecer estes, ficou mais evidente o comprometimento brasileiro e seu lado na guerra. Em retaliação, o Alto Comando Naval alemão deu carta branca para que seus submarinos atacassem, inesperadamente, todos os navios sul-americanos, que haviam rompido suas relações diplomáticas com a Alemanha (OLIVEIRA, 2011, p. 35-36).

Os ataques aos navios brasileiros ficaram mais frequentes e chegando também mais próximos da costa brasileira. Foram muitos os prejuízos materiais e perdas humanas.

Na medida em que tudo isso vinha acontecendo, os grupos de imigrantes do Eixo vinham sendo cada vez mais penalizados pelo Estado brasileiro. Até mesmo seus bens tiveram que entregar para arcar com as despesas de um conflito que não os pertencia.

[...] em 11 de março de 1942 foi divulgado o Decreto-Lei n. 4166, que dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Ficam disponibilizados os direitos e bens de súditos do eixo para darem conta dos gastos oriundos desses ataques. (PEREIRA, 20213, p.210-211).

Até então, parcela dos brasileiros não fazia ideia do grau de envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial e das medidas e negociações adotadas pelo Brasil, que motivaram tais sequências de ataques feitos por alemães e italianos. Essas ofensivas raramente eram noticiadas e poucos tinham acesso em saber o que vinha acontecendo. Aos olhares da população, a suposta neutralidade brasileira foi desrespeitada sem motivação e o sentimento de justiça pairava no país todo. Algumas camadas da sociedade foram para as ruas em represália aos imigrantes e

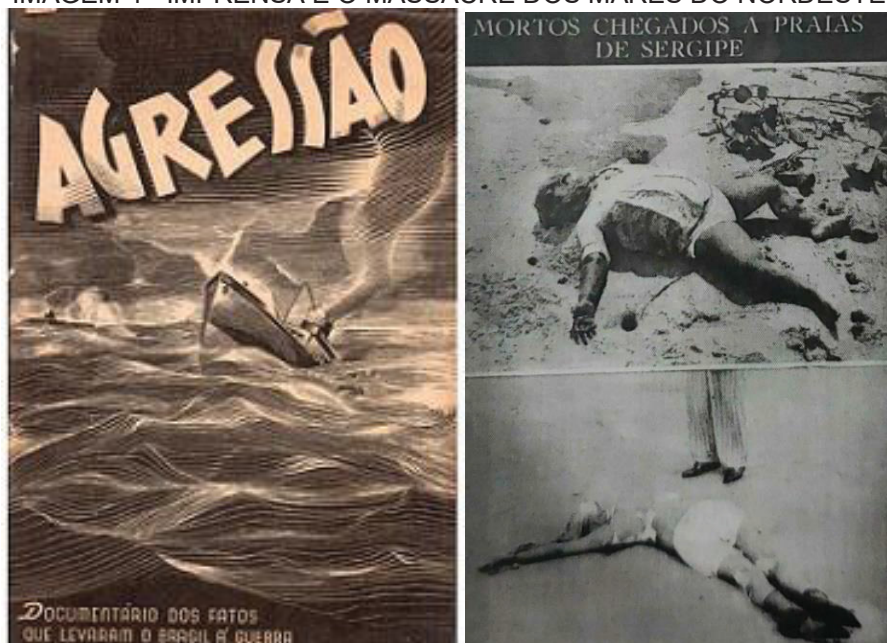
descendentes existas que, a partir desse período, foram sendo cada vez mais perseguidos, tanto pelo Estado quanto pela população.

Os ânimos ficaram ainda mais exaltados entre 15 e 19 de agosto de 1942, quando seis navios brasileiros foram afundados de forma totalmente inesperada. Em poucos dias foram 587 vidas brasileiras perdidas, sendo em um único navio 250 militares do exército. Uma outra embarcação, que não tinha nada a ver com o conflito, levava fiéis para uma celebração religiosa em São Paulo e também foi torpedeada. Foi um verdadeiro massacre e que chocou a população brasileira, que estava a parte do que vinha acontecendo e enxergaram tais ataques como atos bárbaros, injustificáveis e exigiam providências por parte das lideranças políticas brasileiras. Assim, foi inevitável a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no dia 22 de agosto de 1942 (OLIVEIRA, 2011, p.38).

Todos os fatores supracitados nos mostram que a neutralidade brasileira não se desfez do dia para noite e nem por meio de um único episódio, como muitos veículos de informação fizeram questão de noticiar na época e a historiografia tradicional reforçou. A parceria entre Brasil e Estados Unidos foi sendo construída aos poucos, na mesma medida em que o Estado brasileiro cortava vínculos com a Alemanha e reforçava a campanha de nacionalização forçada.

Os jornais da época tiveram um papel fundamental para fomentar o discurso de ódio contra o Eixo e tudo relacionado a eles. Traziam manchetes sensacionalistas e imagens do massacre que chocaram a população brasileira e com isso, colaboraram para moldar a opinião pública. Na imagem abaixo, dá para notar que até corpos de crianças foram expostos nas fotografias tiradas nas praias do Nordeste. Tudo isso sensibilizou a população brasileira e aumentou o clamor por justiça.

IMAGEM 4 - IMPRENSA E O MASSACRE DOS MARES DO NORDESTE



FONTE: AGRESSÃO, 1943 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 39.

Mesmo com o Estado adotando medidas drásticas para cima dos imigrantes dos países do Eixo, algumas camadas da população brasileira parecia se sentir confortável em culpabilizar o “outro” pelo período nefasto que estavam enfrentando, pois com a declaração efetiva da participação do Brasil no conflito, a população brasileira, além de conviver com o medo do desenrolar da guerra, teve que enfrentar um drástico período de escassez de alimentos e materiais básicos no mercado. Com isso, intensificaram-se os ataques generalizados aos imigrantes do Eixo, principalmente, os alemães.

No mês de agosto de 1942, foram realizados, nas maiores cidades brasileiras, e em várias outras na área de colonização alemã inúmeros protestos, geralmente violentos, contra instituições e indivíduos oriundos dos países do Eixo. O saque, o quebra-quebra, o linchamento e a execração pública generalizada reviveram o “patriotismo quebra-vidraças”, que já era conhecido na época da Primeira Guerra Mundial no Brasil, mas agora em escala muito maior. A esses episódios, as forças de segurança interna podiam reagir de forma totalmente passiva ou, no máximo, com vistas a preservar a ordem e a propriedade públicas. (OLIVEIRA, 2011, p. 40).

No decorrer dessa pesquisa procuramos demonstrar que não só os grandes centros urbanos e as áreas de intensa colonização é que sofreram ataques genéricos durante a Segunda Guerra Mundial. A pouco populosa cidade da Lapa, no interior do Paraná, também sentiu o seu cotidiano sendo alterado no decorrer do conflito, com as

rivalidades entre luso e teutos brasileiros junto da atuação da polícia para repreender práticas ditas subversivas, forçando a nacionalização local dos teutos.

2.3 O PARANÁ DURANTE O ESTADO NOVO

A campanha de nacionalização e a situação dos imigrantes dos países que compunham o Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, é um tema que vem ganhando relevância nas pesquisas acadêmicas. Porém, é preciso levar mais esse assunto para além da academia.

Quando trabalhamos a História do Paraná e a relação com os imigrantes, vem sempre a visão romanceada da receptividade a esses povos tão laboriosos, disciplinados e que contribuíram com o progresso local —como se durante o tempo todo tivesse existido uma relação amistosa entre os diversos povos que colonizaram a região e até mesmo de uma assimilação pacífica—. Alguns suportes didáticos em formato de cartilhas ou história em quadrinhos são um exemplo que reforçam essa visão³⁹. Observamos assim que a memória coletiva regional segue um esquema de organização, ao qual Pollak denominou de “enquadramento da memória”; ou seja, quando a seleção desta corresponde à imagem que o Estado ou os grupos dominantes que nele atuam desejam sustentar e propagar (POLLAK, 1992, p. 206).

No caso das perseguições aos grupos de imigrantes pertencentes ao Eixo, principalmente os alemães durante o Estado Novo, percebemos muitas lacunas desse episódio que precisam ser preenchidas; e esse trabalho se propôs analisar esse aspecto.

Em nome de uma unidade nacional, a Campanha de Nacionalização se fez presente também no Paraná, seja nas cidades de fronteira, na capital ou nas regiões do interior. Os casos que envolvem a cidade da Lapa representam a maior preocupação dessa pesquisa. No entanto, é válido fazer um panorama com as medidas que foram adotadas nos arredores dessa cidade e como o interventor Manuel Ribas, que governou o Paraná durante o Estado Novo, lidou com o assunto.

Márcio José Pereira (2010), em sua dissertação de mestrado, expõe que, em dezembro de 1937, a 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina) levou ao presidente,

³⁹ O artigo “Colorindo o passado curitibano: relações entre cidade, escola e currículo” traz uma abordagem provocativa e questionadora sobre o assunto e traz alguns exemplos do projeto “Curitibinha” com gibis dos anos 90 que contam a história da formação da sociedade curitibana.

um relatório completo sobre a necessidade de uma espécie de guerra interna contra os imigrantes.” (PEREIRA, 2010, p. 63). Isso já aponta para uma preocupação ao que se refere aos estrangeiros e uma proposta de campanha de nacionalização regional.

Já observamos que o “mito do perigo alemão” também abalou os ânimos e as relações sociais entre lusos e teutos brasileiros ainda durante a República Velha, sobretudo no período da Grande Guerra. Porém, assim como em todo território nacional, foi no contexto da Segunda Guerra Mundial que os alemães e seus descendentes que residiam nas cidades paranaenses mais sofreram com os preconceitos e com as medidas políticas de austeridade.

Em quase todos os casos, indivíduos de origem alemã, italiana e japonesa eram considerados “traidores ou “quintas-colunas”, apenas e tão somente devido a sua origem étnica, e não devido a atitudes que tomaram ou deixaram de tomar.

O processo, absolutamente inócuo do ponto de vista da segurança nacional, de caça à “quinta coluna” produziu, contudo, muitíssimo sofrimento coletivo e pessoal. As sucessivas batidas policiais às casas e empresas dos “suspeitos” implicaram na destruição de inúmeros bens e valores, principalmente de ordem cultural: livros, revistas, diários, cartas, postais, discos, quadros, fotografias, etc. eram sistematicamente apreendidos pela polícia, jamais restituídos, ou mesmo simplesmente destruídos. (OLIVEIRA, 2011, p. 44).

Em sua pesquisa sobre a atuação da DOPS no Paraná, Pereira (2013), nos mostra algumas portarias que circularam na capital paranaense logo após a declaração de rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo.

A primeira delas [...] em 28/01/1942, a Portaria nº 30 (Chefatura da Polícia/PR) preconizava restrições aos estrangeiros em caráter geral. A referida portaria constitui na maior interferência no cotidiano dos imigrantes do Eixo desde a Lei de Nacionalização em 1938. Na capital paranaense, a portaria é divulgada em todos os jornais, tendo como principais proibições: a) Mudar de residência sem devida autorização; b) Portar armas de fogo, obrigando a devolverem mesmo as que possuísem registro legal; c) Comercializarem armas, munições e materiais explosivos; d) Viajarem sem salvo-conduto fornecido pela DOPS; e) Reunir-se mesmo para comemorar festas particulares, como aniversários ou bailes; f) Discutir ou falar sobre o contexto internacional; g) Realizar viagem aérea sem licença especial da DOPS; h) o uso do idioma nas conversações em locais públicos; i) Distribuição de quaisquer escritos nos idiomas do Eixo; j) Cantar ou tocar hinos ou músicas das nações eixistas; k) Fazer saudações peculiares aos partidos políticos; l) A exibição em local acessível de retratos de membros de governo das três nações do Eixo. (PEREIRA, 2013 p. 208).

O mesmo autor também nos aponta para outras portarias bastante polêmicas que passaram a vigorar pouco antes da declaração de guerra do Brasil ao Eixo. Uma

foi a nº 90, promulgada pela Chefatura da Polícia do Estado do Paraná em 20/03/1942. Por meio desta, o Estado passou a intervir nos clubes e sociedades das comunidades de tradição italiana ou alemã.

Em Curitiba, fica decidido que: (1) o Clube Concórdia passa a ser da Cruz Vermelha, filial do Paraná. (2) a sociedade Giuseppe Garibaldi fica à disposição da Liga de Defesa Nacional, do Centro de Cultura Feminino e da Academia Paranaense de Letras. (3) o prédio da Sociedade Rio Branco fica à disposição do 19º Tiro de Guerra. (4) as diretorias dessas associações apresentariam uma relação dos bens móveis e referidos pertences que existiam nesses clubes. (PEREIRA, 2013, p. 211).

Outra que passou a vigorar após Decreto Federal já no contexto do Brasil na Segunda Guerra Mundial e comentada tanto por Dennison Oliveira (2011), como por Márcio José Pereira (2013), foi a Portaria nº 65 de 01/09/1942. Essa abalou extremamente o cotidiano dos imigrantes de etnia ligada ao Eixo, pois trouxe a proibição portarem aparelhos de rádio em suas residências. Essa era das únicas fontes de entretenimento e forma de obter notícias de familiares que estavam na guerra. Tal portaria foi tão rigorosa a ponto de penalizar até mesmo os brasileiros que, de alguma forma compactuassem com os teutos, seja vendendo um aparelho de rádio, consertando ou, simplesmente, não denunciando.

Consegue-se observar que as motivações para se ter problemas com a DOPS e ser considerado uma ameaça para a unidade nacional eram diversas. Não à toa, as denúncias e prisões aconteceram em grande escala em Curitiba.

Dennison Oliveira (2011), nos chama a atenção quanto ao caráter das denúncias de atividades perigosas à segurança nacional. Muitas tinham cunho pessoal. O autor ainda observou que, em Curitiba, centenas de prisões foram realizadas durante a Segunda Guerra, mas dessas jamais foi encontrado sequer um único espião ou sabotador à serviço de algum dos países do Eixo (OLIVEIRA, 2011, p. 45).

Muitas empresas acabaram demitindo funcionários de descendência alemã, italiana ou japonesa, por medo de possíveis prejuízos e sabotagens que poderiam sofrer. Exemplo disso ocorreu na Companhia de Força e Luz do Paraná, que dispensou 12 funcionários de descendências eixista, sendo que 4 destes tinham tendência subversiva, por serem adeptos do NSDAP. Os outros oito foram demitidos por puro preconceito e especulação (PEREIRA, 2013, p. 208-209).

O tipo mais frequente de denúncia, era o uso da língua estrangeira. Porém, havia muita confusão dentre os luso-brasileiros em saber identificar o que era uma língua pertencente a algum país do Eixo.

Como se não bastasse o Estado e a força policial, os imigrantes também sofreram da violência e represália de parte da população, que depredava patrimônios, saqueava os comércios e os insultava publicamente.

Outro estudo de grande importância é o de Micael Alvino da Silva que, por meio da sua pesquisa com fontes orais, nos apresenta os importantíssimos relatos de pessoas que viviam no lado brasileiro da Tríplice Fronteira e que durante a infância ou adolescência sofreram, junto com sua família, das perseguições do Estado brasileiro e tiveram que sair às pressas de suas casas.

Assim [com a entrada do Brasil na II Guerra], tivemos que sair. Marcados por uma situação traumatizante, que como brasileira, apesar da cultura alemã, até hoje é muito difícil de aceitar, mesmo reconhecendo as terríveis passagens que a ditadura nazista cometeu [...]. Longe da guerra propriamente dita, fomos banidos do nosso lar com a presença de policiais armados, como inimigos declarados, sem consideração pelas crianças, 'crianças brasileiras'. Guarapuava estava super lotada com a chegada de tanta gente, embora alguns dos exilados tenham ido para outros locais. (NEUMANN, 2005, p. 33 e 37 *apud* SILVA, 2013, p. 178).

Nessa mesma pesquisa, há uma série de relatos que revelam as angústias das famílias alemãs que viviam na região de Foz do Iguaçu e tiveram que deixar suas terras, criações, casas, comércios sob o cuidado de amigos que permaneceram ou até mesmo em abandono e contando com a sorte. Tudo o que eles tinham conquistado com muito trabalho viram obrigados a ter que abandonar às pressas por serem considerados possíveis ameaças na região fronteiriça.

Todo esse episódio ocorreu principalmente pelo fato da Argentina se opor e resistir ao máximo em romper relações comerciais com países do Eixo, sobretudo com a Alemanha. Brasil e EUA, viam assim, uma ameaça para a integridade das nossas fronteiras, sobretudo porque a Argentina era ainda “o país com as melhores e mais atualizadas forças armadas da região.” (OLIVEIRA, 2011, p. 31).

Guarapuava, foi a cidade mais visada pelos exilados. Dentre os tantos relatos expostos pelo autor, muitos falam também das dificuldades para se chegar ao destino, as viagens sofridas de carroça e também a frustração de ter que conviver com a permanência das perseguições e preconceitos na nova cidade.

[...] naquele tempo em Guarapuava me chamavam de 5ª coluna, alemão batata, tinha uns que faziam Heil Hitler pra mim [...] o que a gente sofreu na escola, até o próprio professor lá [...] um dia disse pra mim [...] seu alemão não sei de que... Aquilo me doeu tanto de ouvir de um professor, quase não quis mais voltar pra a escola tinha 10 11 ano, eu fiquei tão chateado [...] porque molecada você brinca, leva na brincadeira [...] mas era injustiçado, o único defeito era falar alemão. (KELLER, 2009 *apud* SILVA, 2013, p. 188).

Por meio desse relato, conseguimos perceber o quão estereotipada era a imagem dos teuto brasileiros. O quanto eram discriminados e associados ao nazismo.

Na cidade da Lapa não foi diferente. A comunidade teuto-brasileira também sofreu das perseguições e da visão estereotipada. Porém, o silêncio sobre o assunto prevalece na cidade. Seria uma ferida não cicatrizada? Medo de serem mal interpretados e julgados? Por que essas comunidades, em especial os luteranos, se fecharam tanto em relação ao assunto? Há algum interesse nesse silenciamento? São questões pertinentes e difíceis de serem respondidas, mas que serão discutidas e, ao menos, apontado os indícios.

3. A CIDADE DE LAPA- PR E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO ESTADONOVISTA

Como descrito no título, neste capítulo abordaremos os efeitos da campanha de nacionalização de Vargas, na cidade de Lapa-PR, sobretudo com a população teuto alemã. Antes, comentaremos brevemente sobre os principais aspectos que descreviam a Lapa e os lapianos do contexto estudado – o predomínio do catolicismo, valorização da Pátria, aspectos políticos e econômicos -.

Um episódio marcante, foram as comemorações de Cinquentenário do Cerco da Lapa⁴⁰ (1944) –mesmo ano em que vários lapianos partiram em direção a Itália para combater ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial-. Tal evento foi marcado por grande valorização dos símbolos e dos “heróis nacionais”. Teria sido oportuno para o contexto da época tais comemorações? Havia interesses políticos com a rememoração deste passado? São questões que discutiremos no decorrer do terceiro capítulo.

As fontes e a discussão em torno de como a campanha de nacionalização varguista interferiu no cotidiano dos teutos lapianos, estarão mais presentes neste capítulo. Demonstraremos de que forma os decretos nº. 383 e 868 de 1938 e o decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942 foram cumpridos na Lapa e como impactaram na rotina da população teuto. Teria esse impacto influenciado no silenciamento de tal período? Vejamos, a homogeneidade cultural a toda população foi uma imposição e, dessa forma, seria o silêncio e o apagamento da memória uma forma de autoproteção?

A atuação da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial contribuiu para legitimar as arbitrariedades do Estado em relação aos imigrantes, principalmente os “quinta coluna”. Todos os municípios brasileiros tiveram que se comprometer com uma rígida vigilância sobre esses povos. Os líderes que não o fizessem, perdiam seus cargos e outros interventores seriam nomeados (MATULLE, 2017, p.47). Dessa

⁴⁰ Foi um dos episódios da Revolução Federalista, conflito que teve início no Sul do Brasil no ano de 1893 com objetivo principal de acabar com a ditadura de Floriano Peixoto e tirá-lo da presidência. É conhecido como Cerco da Lapa, porque a população local acabou cercada militarmente pelas tropas revoltosas, composta pelos chamados maragatos. Houve resistência por parte do exército florianista, que convocou muitos civis da região para lutar. Esse evento foi militarmente importante no contexto da guerra, pois retardou o avanço das tropas revoltosas que seguiam rumo ao Rio de Janeiro, capital do país e garantiu que Floriano e seu exército conseguissem reforços.

forma, os interesses estadonovistas, o posicionamento do Brasil frente a Segunda Guerra Mundial e sua entrada no conflito produziram um grande impacto no cotidiano dos imigrantes dos países do Eixo e principalmente os de etnia germânica. Veremos que na Lapa, tanto a atuação do Estado e sua polícia, como de parte da população luso-brasileira se fizeram presentes no combate ao elemento estrangeiro.

Por fim, mostraremos como este trabalho de pesquisa chegará até as escolas públicas da região e também poderá ser mantido nas aulas de outros professores de História, por meio de aulas expositivas, com o uso das fontes históricas analisadas neste capítulo.

3.1 A LAPA DOS ANOS 30 E 40

IMAGEM 5 - REPRESENTAÇÕES LAPIANAS



FONTE: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR apud LIMA, 2015, p. 109.

A fotografia que abre este capítulo, é parte da coleção de Guilherme Glück⁴¹, presente na tese de Ederson Prestes Santos Lima (2015) e nos ajuda a compreender um pouco mais a mentalidade dos lapianos no contexto estudado. Como o autor apontou em seu trabalho, aqui existem três elementos valiosos para aquela

⁴¹ “Fotógrafo catarinense radicado na cidade paranaense da Lapa” e que trouxe grande contribuição fotografando a Lapa e os lapianos dos anos de 1920 até a década de 50.

população: a Igreja Católica, um herói republicano – eternizado na memória popular com este monumento – e as festividades cívicas de caráter nacionalista (LIMA, 2015, p. 109-112). Veremos como todos estes elementos estarão inclusos nas discussões acerca da campanha de nacionalização e tornaram-se algo intrínseco da sociedade local.

Por meio das fotografias de Guilherme Glück conseguimos ter um panorama da dinâmica social da Lapa entre as décadas de 1930 e 1940. Este fotógrafo registrou os mais diversos acontecimentos do município, como as procissões religiosas, desfiles cívicos-militares, casamentos, ruas, estabelecimentos e trabalhadores. Observamos que neste período, a Lapa passava por um tímido processo de urbanização, com calçamento e iluminação de suas ruas centrais. Os principais meios de locomoção e logística para transporte de mercadorias ainda eram as carroças.

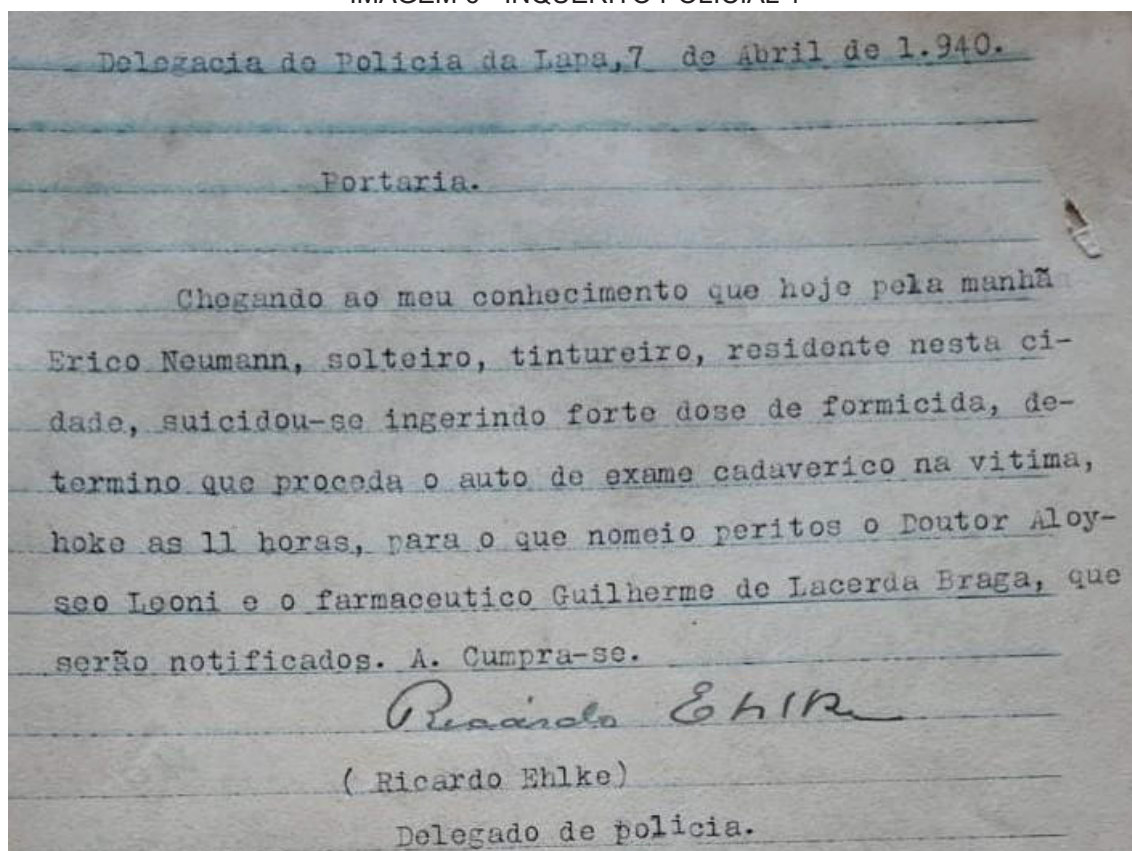
A rua Barão do Rio Branco era calçada com pedras irregulares, postes de madeira com grandes intervalos, iluminação precária. Na gestão do prefeito nomeado, Peregrino Dias Rosa, foram removidas as pedras, dando lugar ao atual calçamento. Os postes de madeira substituídos pelo cimento, com globos brancos; comentava-se que à noite parecia que a rua tinha um colar de pérolas. (A GAZETA DA LAPA, dez. 1998).

Sobre a economia local – diferente dos dias de hoje em que a agricultura predomina – eram as serrarias e a exploração da erva-mate que tinham destaque. A produtividade agrícola era de subsistência.

A população lapiana era – e ainda é – majoritariamente católica⁴². Do contexto estudado, há vários registros fotográficos de igrejas e das movimentadas procissões locais. Mas como era a relação dessa maioria católica perante outros grupos religiosos? Vejamos o inquérito policial da delegacia da Lapa, de um caso de suicídio, com data do dia 7 de abril de 1940:

⁴² IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 31 jul. 2022.

IMAGEM 6 - INQUÉRITO POLICIAL 1



FONTE: ACERVO CASA DA MEMÓRIA, LAPA -PR, PASTA 1935-1942.

Segue a transcrição do documento:

Delegacia de Polícia da Lapa, 7 de abril de 1940.

Portaria.

Chegando ao meu conhecimento que hoje pela manhã Eurico Neumann, solteiro, tintureiro, residente nesta cidade, suicidou-se ingerindo forte dose de formicida, determino que proceda o auto de exame cadaverico na vitima, hoje as 11 horas, para que nomeie peritos o Doutor Aloyseo Leoni e o farmaceutico Guilherme de Lacerda Braga, que serão notificados. A. Cumpre-se.

Ricardo Ehlke

Delegado de policia. (CASA DA MEMÓRIA, LAPA -PR, PASTA 1935-1942).

Ao ler o inquérito, chama a atenção o que todas as testemunhas relataram em comum: o fato de a vítima encontrar-se muito triste nos últimos dias, porque estava sendo pressionado a mudar de religião. Eurico era luterano, estava noivo e prestes a se casar. Conforme testemunhas, o pai de sua noiva era católico e queria que a cerimônia fosse realizada em tal igreja. Para isso, exigia-se que o noivo se convertesse. Além disso, chamou a atenção o fato de a vítima estar usando o paletó

e a aliança que havia comprado para o seu casamento, como podemos observar na transcrição dos depoimentos das testemunhas:

IMAGEM 7 - INQUÉRITO POLICIAL 2

Detet; Que o depoente atubue o
 motivo do seu casamento, por causa
 do seu casamento e adunais, Erico
 vestiu-se de preto, tendo no de do
 a aliança; Que Erico defendia
 sua noiva, todavia dizia-se abor-
 recido em face da impossibilidade da
 pai da mesma propondo de nu-
 da de religião para o casamento
 e realizava na igreja católica;
 Que a noiva era branca, luterana,
 filha de brasileiros, tendo o rosto cor-
 roído na infância, morando em
 dez horas, em baixo de uma or-
 vora, em frente a igreja protestan-
 te. E por nada mais, sabendo
 que por perguntas deu-se por
 tudo e seu depoimento foi lido e achado
 conforme acima com o Delegado: do
 que omfi-tei. Ildefonso Machado,
 Escrivão o escrevi.
 Ricardes Ehlke
 Escrivão o escrevi

FONTE: ACERVO CASA DA MEMÓRIA, LAPA -PR, PASTA 1935-1942.

Termo de assentado

Aos oito dias de abril de mil novecentos e quarenta, nesta cidade da Lapa, na delegacia às dose hora, aí presente o Delegado de Policia cidadão Ricardo Ehlke, comigo escrivão abaixo nomeado, comigo escrivão abaixo nomeado [esta frase se repete duas vezes no documento], compareceram as testemunhas que vão ser inqueridas. Como abaixo se vê: Eu Ildefonso Machado. Escrivão a escrever.

1ª Testemunha

Amadeu Domingues, com vinte e cinco anos de idade, solteiro, carroceiro, natural e residente nesta cidade, não sabe ler e nem escrever tendo portado a promessa legal disse: Que hontem indo visitar o seu vizinho Erico Neumam

pelas nove horas, encontrou o mesmo muito triste, chorando, se queixando da vida; que o dito Neumam pediu ao depoente para ir até a casa de ... Schultz chamar o seu cunhado Germano Gluck com quem queria falar, que atendendo ao pedido não encontrou o dito cunhado e regressando a casa com Edgard Schultz encontrou Neumam dentro da casa caído envenenado, agonizando, que Edgard Schultz - disse ao depoente Que estava desconfiado com Erico que podia fazer uma asneira visto o mesmo andar prometendo viagar digo viajar; que a vítima era motivo de uma ... e este queria que ele mudasse de religião, isto, de protestante para católico, que sabia também que a vítima sofria muito do estomago e sempre prometia curar-se de um dia para outro; que Erico suicidou ingerindo Cianureto de Potassio. E por nada mais saber, nem lhe ser perguntado, mandou o Delegado encerrar o seu depoimento que foi lido e achado conforme vai assinado pela autoridade assinando depoente por não saber ler nem escrever. Senhor João Luis de Azambuja e Sousa: o que dou fé. Eu Ildefonso Machado, Escrivão a escrever:

Ricardo Elhke

João L de Azambuja e Souza

2ª Testemunha

Edgard Schutz com vinte e oito anos de idade, solteiro, empregado no Comercio, natural e residente nesta Cidade, sabe ler e escrever. Tendo portado a promessa legal disse: Que na tarde do suicidio corrente Erico Neumam passou na casa de Negocio do irmão do depoente, aparentando muito alegre tomando cerveja com outras pessoas inclusive o depoente e insistindo que todos bebessem acrescentando que ia viajar; que a mesma hora do dia sete o mesmo Erico se despediu e disse [dizendo] que ia viajar; o depoente ficou desconfiado e foi a casa do mesmo e lá o encontrou queimando uns papeis, presenteando ao depoente com um canivete, mostrando-lhe seu terno de roupa e que iria vesti-lo durante o dia; que essa desconfiança nasceu porque Erico fez uma lista das pessoas que tinham roupas que foram lavadas e tingidas; que o depoente deu muito conselho ao Erico citando o caso do irmão que também suicidou se; que a vítima alegava que sua noiva e o pai queriam "faze lo" mudar de religião para o casamento fosse efetuado na região - religião católica e assim mais aborrecido porque ele Erico professava a protestante; que logo o depoente foi para sua casa deixando Erico em casa; que seriam nove horas da manhã quando Amadeu Domingues foi a casa do do irmão do depoente a mando de Erico a procura do próprio cunhado Germano Gluck, acrescentando que o mesmo achava-se chorando; que o depoente ao que ouviu mais se acentuou a desconfiança. O depoente se dirigiu junto com Amadeu a casa de Erico onde o encontrou envenenado agonizando; que a vítima ainda pronunciou algumas palavras dizendo não ter nada debaixo de prantos e limpando a boca com a manga do paletol; que o depoente atribuiu o motivo do suicidio , por causa do seu casamento e ademais Erico vestiu-se de noivo, tendo no dedo à aliança; que Erico defendia sua noiva, todavia disia-se aborrecido em face da imposição do pai da mesma propondo lhe mudar de religião para que o casamento se realizasse na igreja católica; que a vítima era branco, tintureiro, solteiro, brasileiro, tendo o fato ocorrido na manhã, nove e meia e dez horas, em frente a igreja protestante. E por nada mais saber, nem lhe ser perguntado, deu se por findo o seu depoimento, foi lido e achado conforme assina caso o Delegado: do que dou fé: Eu Ildefonso Machado. Escrivão a escrever.

Ricardo Ehlke

Edgar...

Tendo encontrado o presente inquérito sem o respectivo

[acordamento ou enquadramento] até a presente data, eu passo a relatar: consiste no presente inquerito que no dia 7 de abril deste ano, o Sr Erico Neumam por motivos privados pos termo a exsitencia tomando uma forte dose de toxeco, o que opino pelo arquivamento deste. Remeta-se ao Sr. Dr. Promotor Público da Comarca por intermedio do M.M. Dr Juiz de Direito.

Lapa 20 de agosto 1940

João L de Azambuja e Souza. (CASA DA MEMÓRIA, LAPA-PR, PASTA 1935-1942).

Analisando tal inquérito, percebemos a prevalência da vontade católica – “uma instituição forte, tanto cultural como politicamente” (MAGALHÃES,1998, p.66) – sobre a minoria luterana, que além da diferença do credo, eram vistos como “o outro” e associados ao elemento estrangeiro. A pressão social possivelmente não foi a única causa do suicídio, porém, é de se presumir uma grande responsabilidade.

Reforçando essas diferenças em como católicos tratavam os luteranos, apresentamos alguns trechos da entrevista concedida pela dona Irene Brykcy Janko⁴³:

Não frequentei essa escola [Escola Alemã]. Tinha que pagar e éramos em três irmãos e então eu frequentava a escola do Estado [...] única lembrança que tenho disso na escola [possíveis perseguições], é que vez ou outra ia o padre falar no microfone e dizia que os luteranos iam para o inferno. Eu morria de medo e vivia pedindo para os meu pais para ser católica, só para não ir para o inferno! (JANKO, 2021).

Nos dois casos supracitados, percebemos as diferentes pressões que os luteranos eram submetidos e as investidas de grupos católicos pela conversão como caminho mais assertivo e de salvação.

Apesar do Brasil aderir a laicização do Estado desde a criação da Constituição Republicana, percebemos que as relações entre católicos e outros credos – mesmo de base cristã – não eram harmônicas.⁴⁴ Marionilde Brepohl (1998) destaca que foi a partir da entrada de líderes protestantes e suas influências entre o fim do século XIX e início do século XX que a Igreja Católica redobrou sua atenção e passou a se organizar na tentativa de combatê-los “não apenas em nome da ‘verdadeira fé cristã’, mas também em defesa da pátria, cuja alma era, por herança, compreendida como católica” (MAGALHÃES,1998, p.66). Dessa forma, percebemos que o catolicismo

⁴³ Tem 87 anos, filha de Willy Walter Brykcy e Alice Plautz Brykcy. Residiu na Lapa entre 1935 até 1949 no chamado “Baixo da Lapa” – região em que a entrevistada não soube descrever com clareza aonde ficava. Apenas relatou ser uma chácara. Sua filha, Raquel, informou que seria a algumas quadras descendo o Panteon do Herois, onde hoje é a Rua Frederico Virmonde-. Seu pai era de origem alemã e seguiam a religião luterana. Hoje, dona Irene mora no interior de São Paulo.

⁴⁴ E ainda não são. Diariamente nos deparamos com notícias envolvendo discriminações religiosas, principalmente as de matriz africana.

contribuiu no processo de nacionalização na medida em que ajudavam a propagar uma imagem negativa dos protestantes.

Além do forte catolicismo presente na cidade, o sentimento patriótico também foi bastante trabalhado no município. A Lapa foi cenário de um importante conflito nacional – a Revolução Federalista (1893-1895) – o qual desperta até os dias de hoje um forte sentimento de identidade e memória coletiva na população, como aqueles que “salvaram a República” e contribuíram para a permanência da “unidade nacional”⁴⁵. O fim da década de 20 e a década de 40 foram importantes na construção dessa memória. Em 1928 foi inaugurado um monumento na praça central da cidade, em homenagem a Antônio Ernesto Gomes Carneiro, considerado um herói da Revolução Federalista. Contudo, foi em 1944 – justamente o ano em que vários jovens lapianos partiram em direção a Itália para combater na Segunda Guerra Mundial– que aconteceram as comemorações dos cinquenta anos do Cerco da Lapa. Na ocasião, comemorou-se o sentimento de “unidade nacional”, pois, conforme os organizadores do evento, aquela guerra havia contribuído para atrasar a chegada dos maragatos até a capital brasileira e, dessa forma, garantir a vitória das tropas de Floriano Peixoto em um momento de ameaça ao recém formado sistema republicano. Nos discursos oficiais pronunciados, ressaltou-se a imagem de um Brasil harmonioso, com bases na moral cristã, dirigido por mãos fortes - Getúlio Vargas - e de convivência pacífica entre as “raças” (GUIMARÃES, 1944, p. 579).

Foi também durante as comemorações do cinquentenário, que foi inaugurado na cidade, o Panteon dos Heroes:

⁴⁵ David Carneiro era um grande entusiasta dessas ideias e suas obras contribuíram para propaga-las. Pelas nuances da historiografia tradicional, o exército dos rebeldes (conhecidos como maragatos) era composto por separatistas e monarquistas, que ameaçavam a unidade nacional e também a recém implementada República.

IMAGEM 8 - PANTEON DOS HEROES NA DÉCADA DE 40



FONTE: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR apud LIMA, 2015, p. 101.

IMAGEM 9 - PANTEON DOS HEROES NA ATUALIDADE



FONTE: A AUTORA (2022).

Esse edifício foi mais uma forma de homenagear àqueles que lutaram nas tropas legalistas. Na construção dos heróis de uma nação, monumentos como um panteão são elementos indispensáveis, visto que, a sociedade precisa da história como instrumento para encontrar um significado, uma memória coletiva em busca de sua identidade. Sendo assim, Pierre Nora apresentou sua categoria de "Lugares de Memória" como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo. Ele ainda sinaliza que se não há uma memória espontânea e verdadeira, há, no entanto, a possibilidade de se acessar a uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. Para o historiador francês:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.13).

Além desses "lugares de memória", a imagem dos heróis nacionais também foram bem desenvolvidas no Município.

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos [...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. (CARVALHO, 1990, p.55).

Usar de um passado glorioso, do sentimento de orgulho, pertencimento e fazer honras aos que deram suas vidas à nação, veio a calhar em um momento em que o Brasil estava em guerra e queria unificar as diferentes etnias que viviam aqui. A figura idolatrada de Gomes Carneiro, era a representação do que o exército esperava dos jovens rapazes que iriam lutar na Segunda Guerra Mundial: destemido, deu sua vida pela nação e a valorizava. Heroificar sua figura, além de reforçar os valores nacionais, poderia inspirar àqueles que estavam a caminho da Itália para lutar contra os países do Eixo. Usar da experiência militar do passado e romantizá-lo em períodos de guerra, nos deixa reflexivos em ter sido essa uma estratégia em função de um novo conflito para obter novos recrutas e apoio popular.

Além das fotografias que mostram os festejos e desfiles cívico-militar, os monumentos em torno do Cerco da Lapa, também conseguimos perceber a força da

valorização dos elementos nacionais por meio de discursos, como é o caso do proferido pelo então prefeito da Lapa Peregrino Dias Rosa durante a semana da Pátria.

Brasileiros:

Comemoramos, neste dia glorioso, a data máxima da nossa Independência Política.

Há cento e vinte anos, neste dia, repetem-se as manifestações de jubilo nacional, desfilam os corpos do Exército, e a juventude, nos seus uniformes escolares, participa das festas de civismo, com que honramos os heróis do passado, os fundadores da Pátria – na continuidade da nossa vida de povo livre, laborioso e pacífico – nos longos anos em que vimos construindo uma nação, forjando a raça, preparando a magnificência de um futuro – sob a égide do auri-verde pendão estrelado, sob lema protetor da “ORDEM E PROGRESSO”.

Brasileiros:

É este sete de setembro – diferente dos anos anteriores.

Há alguns dias, apenas, recebendo na face a bofetada covarde da agressão nazista, - o Brasil levantou-se em pé de guerra, - e hoje – sobranceiro e digno, orgulhoso e heroico, - enfrenta seus inimigos, enfrenta os inimigos da liberdade, enfrenta os inimigos do Mundo [...]

Neste sete de setembro o Brasil está em guerra. E isto vale dizer que hoje não comemoramos tão só a nossa independência – mas também reafirmamos a nossa liberdade, o nosso direito de viver – e que por essa liberdade e por esse Brasil – que é nosso e apenas nosso – daremos nosso corpo, entregaremos nossa vida, faremos todos os sacrifícios – para que os nossos filhos e os nossos netos e todas as gerações que vierem – neste dia nacional, nesta data gloriosa, neste imortal sete de setembro, - possam, com orgulho e com fé nos destinos do Brasil – incluir o nosso nome na pedra legendária que relembre e memore e recorde os heróis do passado, - e dizer com honra e com saudades:

- Eles souberam defender a Pátria!...

Brasileiros:

A tão magnífico destino, a tão alta glória, e a tal imortalidade, - nenhum de nós pudera se escusar.

Somos soldados do Brasil! e ele dispõe de todos nós.

Juremos defendê-lo, levando a nossa bandeira à vitória final, da nossa causa!...

Na certeza dessa vitória, na posição de sentido, olhos postos no pavilhão nacional, irmãos dos mesmos ideais, soldados da mesma Pátria, clamemos todos juntos:

Viva o Brasil!... (O DIA, 1942, p.1).

Novamente conseguimos perceber a exaltação de heróis, do ato de “dar a vida” pela Pátria em uma guerra. Estaria o saudosismo de um passado de glórias, a serviço do presente? O discurso do prefeito lapiano demonstra o compromisso deste com o projeto político do Estado Novo, no qual a História vinha sendo utilizada como fator integrante e definidor da nacionalidade. Festividades cívicas, feriados nacionais e desfiles escolares contribuíam com o despertar da brasilidade.

Sobre esses eventos, além de reforçarem e despertarem o sentimento de amor e valorização nacional, muitas vezes escancaravam as diferenças:

[...] minha irmã que se chamava Ruth e... Ela estava louca para segurar a bandeira, mas como a diretora era muito brava, falou que ela não podia por ter descendência de alemães e que tinha de ser uma brasileira. (JANKO, 2021).

Havia, por parte do Estado, a vontade em homogeneizar. Entretanto, as ações no decorrer dos anos sempre contribuíram para afastar os imigrantes da assimilação, seja pela falta de investimentos em questões básicas como saúde e educação, como também os princípios ideológicos preconizados pela campanha e que levava a população luso a se diferenciar e até se distanciar do elemento estrangeiro.

Como podemos perceber, a Lapa se encaixava no perfil daquele momento de exaltação do nacionalismo das décadas de 30 e 40; exaltava valores cristãos e nacionalistas. Dessa forma, não apenas os entusiastas ao governo Vargas faziam-se presentes, os discursos dos Integralistas da AIB também encontraram adeptos neste município.

O foco da presente pesquisa são as perseguições étnicas aos grupos germânicos residentes na Lapa. Entretanto, vale ressaltar que a repressão estadonovista atuou no município também para repreender seus opositores políticos. Observando as pastas temáticas da extinta DOPS-PR, nos deparamos com fichas de várias figuras lapianas de sobrenomes conhecidos e associados à AIB. Havia homens de famílias humildes e também aqueles que ocupavam cargos de prestígio e compunham a elite e classe média local, como é o caso do dr. Joaquim Linhares de Lacerda (médico e na época com 37 anos) e vários nomes da família Montenegro. Todos respondiam por ligação com o levante integralista de 1938, que tinha por objetivo tirar Getúlio Vargas do poder – podendo levar até mesmo ao seu assassinato -. Alguns desses lapianos foram presos – como foi o caso do primeiro a ser citado- e outros apenas foram chamados para prestar depoimento.

Conforme as memórias presentes no livro de Leopoldo Bach (2000), sobre a colônia Johannesburg, o mesmo cita figuras que faziam parte do movimento integralista, as repressões varguistas sobre a AIB, reuniões de seus membros que ocorriam nesta colônia e até uma visita com discurso que Plínio Salgado⁴⁶ realizou por lá, em 1958. (BACH, 2000, p. 144- 145).

⁴⁶ Líder e um dos fundadores da AIB no Brasil.

Na festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em 8 de dezembro de 1937, duas pessoas acabaram presas pela polícia por estarem vestidas com a camisa do movimento. (BACH, 2000, p.145).

Isso nos revela que, desde o primeiro ano do Estado Novo de Vargas, a Lapa já contava com uma polícia vigilante, repressora e a serviço da política vigente, assim como também percebemos que o conservadorismo, nacionalismo e a moral cristã pautados nos discursos da AIB, encontraram público na cidade e em suas colônias.

Com a ajuda da interventoria de Manoel Ribas e dos representantes municipais, o controle varguista se fez mais presente e rigoroso nos anos seguintes, principalmente no período em que o Brasil tomou posição e entrou na Segunda Guerra Mundial (1942). Na Lapa, o grupo mais atingido foram os teuto brasileiros, sobretudo os de religião protestante. Como veremos, foram várias as intervenções do Estado para estabelecer a unidade nacional e atingir rápida nacionalização da sociedade.

3.2 A ATUAÇÃO DA POLÍCIA E A REPRESSÃO ESTADONOVISTA EM LAPA-PR

No município da Lapa, cuja comunidade preponderantemente luso-brasileira e católica, não foi difícil os discursos nacionalistas ecoarem e trazerem suas feridas à comunidade teuta e principalmente de credo protestante. Por meio das fontes, conseguimos identificar os Decretos da campanha de nacionalização sendo colocados em prática no município, com o uso de aparato policial.

Em sua dissertação sobre as perseguições aos alemães em União da Vitória e Porto União, Zuleide Maria Matulle (2017) nos apresenta um formulário enviado pelo governo às delegacias regionais em todo o território nacional para que o Estado conseguisse obter total vigilância sobre os estrangeiros. Segundo a autora, essas fichas eram preenchidas mensalmente. Em tal documento eram questionados os lugares que costumavam frequentar, se havia colônia estrangeira no município, as funções que desempenhavam, suas ideologias. Ou seja, queriam investigar toda a dinâmica social dos estrangeiros, se ofereciam algum tipo de ameaça com suas organizações ou até mesmo conforme o lugar em que moravam:

Quais os distritos que formam o município e qual a população de cada um? Há no município colônias ou núcleos estrangeiros? Quais? Indicar cada núcleo, a nacionalidade e o número aproximado de habitantes e dar outras informações de caráter local e nacional. Qual o número aproximado de estrangeiros residentes na sede do município? Quantos alemães?

Japoneses? Sírios? Italianos? Espanhóis? Judeus? Outras nacionalidades? [...] Há no município propriedades agrícolas (chácaras, sítios, ou fazendas) pertencentes ou arrendadas a estrangeiros? Qual a denominação de cada, nome, nacionalidade do proprietário, época em que foi adquirida, distância da sede do município. Extensão, valor de aquisição, espécie de gêneros que produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e número de empregados estrangeiros a seu serviço. Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros estão localizadas na mesma zona? [...] Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros estão próximas de leitos de estradas de ferro? Quais as que estão próximas a estradas de rodagem? Quais as que estão próximas a aeroportos ou de campos de aviação? Quais as que estão próximas a usinas de eletricidade? Quais as que estão próximas de rios navegáveis? Quais as que estão localizadas em elevações de terreno que dominem a sede do município ou as principais estradas que a esta vão ter? Há residências de estrangeiros (alemães, italianos ou japoneses) localizadas isoladamente em quaisquer pontos estratégicos mencionados nas perguntas anteriores? Quais seus nomes e nacionalidades? Há no município estabelecimentos industriais? Quais? Indicar sobre cada um: a firma ou o nome da empresa, nomes e nacionalidades do proprietário, dos sócios ou dos diretores, o ramo da indústria, o número aproximado de operários, a quantidade e o valor aproximado da produção anual. Qual a percentagem, por nacionalidade, de operários estrangeiros? Há no município empresas de transporte e cargas pertencentes a estrangeiros? Quais? Há estrangeiros que possuem automóveis, caminhões ou embarcações? Quais? Indicar, relativamente cada estrangeiro, o número e o tipo dos veículos, a natureza das embarcações e fins de utilização. [...] Quais as sociedades civis, recreativas, culturais, beneficentes, etc. fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão? Há sociedades civis de súditos desses países funcionando? Declarar se elas foram nacionalizadas e se estão efetivamente afeitas ao ambiente nacional. Há no município linhas de tiro de guerra? Qual a denominação e frequência? Há sociedades civis de tiro ao alvo? Aos pombos? Outras? Há sociedades estrangeiras de outras nacionalidades? Quais? Há sociedades cooperativas de estrangeiros? Denominar cada uma, nacionalidade, número de associados, fornecer notícias gerais sobre sua organização e desenvolvimento (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 1942 *apud* MATULLE, 2017, p. 47- 55).

Notamos algumas preocupações, principalmente com as ditas “áreas estratégicas” quando questionam se há grupos vivendo próximo a ferrovias, aeroportos e companhias de rodagem. Havia, por parte do governo, o temor de que esses caminhos facilitassem ligações entre os estrangeiros de diferentes regiões para práticas subversivas. Na Lapa, conseguimos observar um possível exemplo dessa prática:

[...] Com a construção da nova estação ferroviária, a chácara de Henrique Glück atingida por uma desapropriação, reduziu-se substancialmente, sobrando praticamente a sede e pequeno terreno em volta. Inconformado, o velho mudou-se para Ponta Grossa, onde faleceu. (O ESTADO DO PARANÁ, 1973, p. 19 *apud* LIMA, 2015, p.178).

Henrique Glück tinha origem germânica e vivia na Lapa. Era conhecido por fabricar suas deliciosas manteigas. De acordo com Lima (2015), ele foi o primeiro Glück a residir na Lapa, sendo “o elo que acabou por trazer outros membros da família do sul catarinense para o sul do Paraná” (LIMA, 2015, p. 130).

Foi após o afundamento dos navios brasileiros e o posicionamento de Vargas frente ao conflito, que o Estado e a população luso-brasileira tensionaram suas ações. Em 1942, por meio do decreto-lei nº 4166 os bens dos imigrantes ficaram à disposição do Estado, como forma de indenização por atos de agressão de bens e vidas de brasileiros. (BRASIL, 1942).

Como veremos, o Estado atuou desapropriando não apenas terrenos particulares, mas também prédios de grande importância para o cotidiano e manutenção da etnicidade da sociedade teuto-lapiana.

A campanha de nacionalização criou um ambiente de medo. Muitas residências eram invadidas para que fosse realizado busca de materiais de propaganda nazista. Devidos aos excessos da polícia, com busca e apreensão de tudo que estivesse relacionado à Alemanha, muitas vezes os próprios teuto-brasileiros destruíram seus livros, fotografias e tudo que pudesse incriminá-los. Havia o pavor destes em serem presos ou até mesmo enviados novamente para Alemanha. Dessa forma, o passado foi sendo destruído e o silêncio sobre tal evento foi se perpetuando, até parecer que a nacionalização aconteceu de forma natural, como se os imigrantes fossem se adequando por meio do tempo e convivência, e não que foram forçados a se enquadrar na chamada “brasilidade”. Vale ressaltar que “a essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (POLLAK, 1989, p. 6). Ao que tudo indica, os teutos-lapianos apenas queriam superar esse sofrimento. O silêncio e o apagamento desse episódio podem ter sido um mecanismo de proteção.

Além das colônias comentadas no capítulo anterior, a presença germânica na Lapa também era notada em perímetro urbano. Tinham vida social ativa, eram donos de estabelecimentos de comércio, com pontos centrais e estratégicos na cidade, como é o caso do fotógrafo Guilherme Glück – que tinha seu estúdio na praça – e o açougueiro Alberto Weiss. Este último, além do comércio, ficou conhecido por conta do seu filho Walter, o qual foi convocado para combater ao lado dos Aliados e contra a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, não foi impedido de ter sua casa pichada pela população e invadida pela polícia para que buscas fossem

realizadas, como podemos observar na sua ficha criminal. Abaixo, segue a descrição e imagem do que constava em sua ficha.

14-12-43. – Transitou por esta seção de um of. 194, da Delegacia de Polícia de Lapa, informando que, em cumprimento ao ofício nº 2.341 de 10 do corrente, desta DOPS, foi feita busca na residência do fichado, apreendendo uma fotografia de Hitler, livro de Integralista, traduzido para o alemão, um mapa da Alemanha, um aparelho de rádio receptor, marca Telefunken, e diversos jornais e revistas de propaganda nazista. (Vide of. arq. na pasta da Lapa.).- (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943).

IMAGEM 10 - FICHA ALBERTO WEISS

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL			
FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL			
Nome	ALBERTO WEISS.-		Vulgo
Data	15-12-1.943.-		Prontuario na Delegacia N.
Pai			Mãe
Idade	Data do Nascimento	Sexo	
Nacionalidade	Alema.-		Natural de
Estado Civil	Casado.-		Profissão
Local do Trabalho			Ordenado
Residencia atual	Lapa.-		
Residencias anteriores			
É sindicalizado	sindicatos e locais que costuma frequentar		
Nome e residencia dos conhecidos parentes:			
Notas Cromaticas:			
FI 40506 1/2			

14-12-43.- Transitou por esta seção de um of.194, da Delegacia de Polícia de Lapa, informando que, em cumprimento ao ofício nº 2.341 de 10 do corrente, desta DOPS, foi feita busca na residência do fichado, apreendendo uma fotografia de Hitler, livro de Integralista, traduzido para o alemão, um mapa da Alemanha, um aparelho de rádio receptor, marca Telefunken, e diversas jornais e revistas de propaganda nazista. (Vide of. arq. na pasta de Lapa.).-
 15-12-43.- Com of.195, a Delegacia de Polícia de Lapa, encaminha a esta DOPS, o auto de apreensão. (Arquivados na pasta respectiva.).- E parte nº 748, arq. na pasta nº 1.822, fls.128.).-

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943.

Como podemos observar no documento acima, foram apreendidos em sua residência fotografia de Hitler, jornais e revistas com propaganda nazista, livros em alemão, assim como um aparelho de rádio. Este último foi confiscado e lacrado em muitas residências, pois havia uma preocupação com possíveis trocas de informações, com serviços de espionagem entre os imigrantes e seus respectivos países.

Apesar de possuir objetos que poderiam condená-lo como um simpatizante do Nazismo e, portanto, uma possível ameaça à integridade nacional, sr. Alberto foi solto logo no outro dia, isso graças aos pedidos incessantes do então prefeito da época (BORGES, 2003, p.61).

Já o fotógrafo Glück, segundo LIMA (2015), era solicitado para registrar vários eventos locais e, além disso, também era bastante procurado por alemães que não tinham o domínio do português para fazer as traduções. O mesmo também dirigia o Clube Teuto-Brasileiro ou *Deutsch Brasilianischer Club* da cidade, o qual funcionou entre os anos de 1907 a 1938, quando sofreu intervenção com a campanha de nacionalização após a instauração do Decreto nº 383, datado de 18 de abril de 1938. A partir disso, tais clubes passaram por mudanças de nomes e de dirigentes que deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados.

É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.
[...] É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica. (BRASIL, Decreto Federal nº. 383, 18 de abril de 1938).

Para continuar em funcionamento, os clubes tiveram que incluir em seu funcionamento elementos que valorizassem a brasilidade, como o cultivo da língua vernácula e valorização da pátria. Na Lapa não foi diferente. O clube passou por uma série de mudanças, a começar pelo seu nome que agora estava carregado de valor simbólico ligado à nação brasileira.

Ata da reunião do Clube Teuto Brasileiro para sua reorganização adaptável ao regime e as leis brasileiras.

Aos vinte e dois dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e oito, no salão de honra do clube, aonde se achavam presentes os senhores Major Manoel Caldas Braga, Comandante do III Batalhão do 13º R.I. , Capitão Christovan Vieira da Costa, Primeiro Tenente Médico Dr. Brasílio Vicente de Castro e o Snr. Deodato Ribas Saboia, representando o Sr. Honestalio Alves Guimaraes. Prefeito Municipal, e grande número de sócios; foi as quatorze horas, aberto a pessoas; pelo Snr. Guilherme Glück, explicando os fins da sessão e convidando para presidir os trabalhos do Snr. Manoel Caldas Braga

para secretário o Snr. Deodato Ribas Saboia, ficando resolvido por unanimidade que o Clube de hora em diante denominara-se “Clube Recreativo Sete de Setembro”.

[...] A sociedade adotará a Bandeira Nacional [Brasileira] e o idioma também brasileiro, o referido clube é destinado a fins recreativos, organizar bibliotecas com obras genuinamente brasileiras, danças, passeio, etc.; etc. Pelo Senhor Major Caldas Braga, foi feito uma bela preleção sobre a nacionalização das sociedades declarando finalmente que o Brasil é dos brasileiros, o que foi saudado por uma salva de palmas. (CLUBE SETE DE SETEMBRO. Atas de reunião de diretoria, 1938 *apud* LIMA, 2015, p. 190-191).

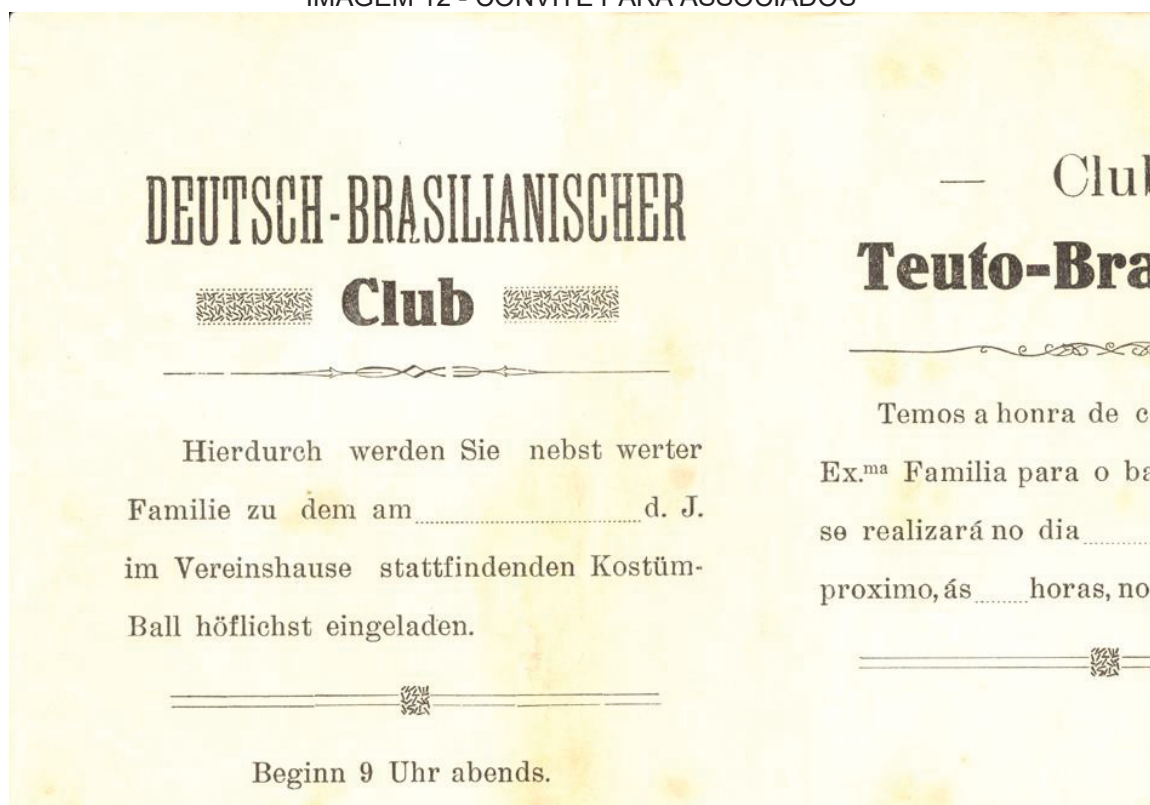
Na Ata supracitada, notamos a imposição da adoção de elementos culturais e simbólicos no cotidiano daqueles que frequentavam o clube. Tais espaços eram importantes elementos de manutenção da identidade cultural do grupo. Ali realizavam reuniões, jogos e bailes. A vida associativa desses sujeitos agora teria que ser de acordo com as normas vigentes e passando por um constante controle para a garantia da hegemonia brasileira.

IMAGEM 11 - REUNIÃO NO ANTIGO CLUBE TEUTO- LAPIANO



FONTE: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MIS-PR.

IMAGEM 12 - CONVITE PARA ASSOCIADOS



FONTE: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR (DÉCADA DE 1930) apud LIMA, 2015, p. 188.

No tocante ao funcionamento do clube antes da intervenção, não conseguimos tantas informações. Sabe-se que havia jogos, bailes e que a vida associativa não era para todos os povos com descendência germânica: “a gente era muito mais inferior do que aqueles que dançavam lá e então a gente só podia olhar pela janela. [...] eram os mais ricos que podiam dançar lá e tudo” (JANKO, 2021). Nas imagens acima temos alguns vestígios de reuniões com seus frequentadores e na de número 12 temos um recorte de um convite para um baile à fantasia destinado aos associados. Ter descendência germânica não bastava para fazer parte desses eventos.

O ano de 1938 pode ser considerado bastante trágico na vida dos imigrantes. Além das intervenções nos clubes, outros decretos foram lançados interferindo drasticamente no cotidiano dessa população.

No que diz respeito a educação, as pautas sobre a nacionalização do ensino, já eram anteriores a Vargas, e o temor de parte da população a estes espaços também. Mas foi a partir de 1938 que o governo passou a tomar ações efetivas – articulado com governos estaduais e municipais – para que o ensino atuasse no

abrasileiramento desses imigrantes. A partir desse ano, o ensino primário deveria ser ministrado exclusivamente em português.

A Lei de Nacionalização, embasada no Decreto Federal n. 406 (BRASIL, 1938b), datado de 04 de maio de 1938, através do Decreto -Lei n. 868 (BRASIL, 1938c), exigia que todos os professores fossem naturais do Brasil, que todo ensino fosse ministrado em língua portuguesa, proibindo a circulação de qualquer material em idioma estrangeiro, obrigando os colonos a se adaptarem ao idioma nacional de maneira intransigente. (PEREIRA, 2013, p.198).

Com esses decretos, ficou cada vez mais inviável a permanência do ensino estrangeiro e o bilinguismo. Renk (2009) destaca que, as escolas que não cumprissem tais documentos e não ministrassem as aulas em língua nacional seriam fechadas. A autora também observa que:

Neste mesmo ano [1938] e nos anos seguintes, várias leis e decretos federais e estaduais foram instituídos para nacionalizar os jovens nas áreas de imigração. Livros, revistas e jornais estrangeiros foram proibidos de circular nas colônias e uma escola com feições “nacionais” se impôs. As aulas de educação moral e cívica, educação física, história e geografia do Brasil, os cantos e manifestações patrióticas ganharam mais espaço entre as matérias escolares, fazendo parte da construção de uma moldagem cívica dos alunos. (RENK, 2009, p.148).

Sobre essas escolas com “feições nacionais” e “moldagem cívica” percebemos um grande esforço de governadores e prefeitos colocarem tais projetos em prática. Na Lapa, os estudantes estavam sempre presentes em festividades cívicas como os grandes desfiles de 07 de setembro.⁴⁷ Além disso, nos anos 30 uma nova opção de escola vinha sendo construída na mesma rua da então escola de língua alemã, que foi fechada em 1944 e, posteriormente, teve seu terreno e prédio entregues para a prefeitura construir a maternidade municipal, a qual foi inaugurada em 1964.

CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: - Consta de um terreno situado nesta cidade à Rua Marechal Floriano Peixoto, contendo um prédio em construção, edificada em frente à antiga casa existente no mesmo terreno, edificações essas apropriadas para estabelecimento hospitalar, havido dito prédio por construção própria da transmitente e a casa antiga e o respectivo terreno por compra feita à Comunidade Evangélica Alemã da Lapa [...]
ADQUIRENTE: legião brasileira de assistência, sociedade civil de intuítos não econômicos, com sede e foro no Distrito Federal e âmbito de ação em todo o território nacional. –

⁴⁷ Ver fotografias de Guilherme Glück e a discussão a respeito na tese de Ederson Prestes Santos Lima.

TRANSMITENTE: - Associação de Amparo a Maternidade e a Infância, sociedade civil com sede nesta cidade, devidamente representada por sua Presidente, D^a. Yolanda Suplicy Carrano, especialmente delegada para a transmissão pela Assembléia Geral da entidade, realizada em data de 27 de junho de 1961.

TÍTULO DE TRANSMISSÃO:- Doação “inter vivos”- (COMARCA DA LAPA, registro do imóvel, 2022).

No trecho da certidão de propriedade supracitado, podemos perceber uma tentativa de “apagamento da história” quando usam do termo “doação” para algo que era tão importante para a comunidade alemã e para a preservação de sua cultura, como a escola. Tal espaço foi adquirido pelo Estado por meio das políticas nacionalistas de Vargas. Percebemos divergências no que foi descrito neste documento, para alguns registros presentes na tese de LIMA (2015), como um convite enviado aos associados da Comunidade Luterana para discutirem e, mais tarde, decidirem em assembleia sobre a desapropriação:

Convite

Sr.....

Na qualidade de presidente da Comunidade Evangélica desta cidade tenho a honra de convidar V.S. para a assembleia Geral que se realizará no dia 13 do corrente mês (domingo), às 14 horas, na igreja, a-fim-de ser discutida a alienação do prédio da antiga escola, visto haver a Prefeitura Municipal resolvido nele instalar a maternidade local.

Chamo a atenção de V. S. para o &2º do art.5º dos Estatutos, segundo o qual só tem direito ao voto os sócios que estiverem em dia com as suas contribuições ou que não estejam atrasados por mais de um ano nessa obrigação.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. S. protestos de estima e apreço. (Coleção Guilherme Glück – MISPR, 1944 *apud* LIMA, 2015, p. 179).

Ederson também chama a atenção para outra forma de “apagamento da memória”, com a construção do espaço hospitalar bem em frente à antiga escola, que foi ficando invisível e, “a partir de então, lentamente desaparecendo da memória arquitetônica da cidade e de seus moradores” (LIMA, 2015, p.180).

IMAGEM 13 - INÍCIO DA CONSTRUÇÃO EM FRENTE À ESCOLA ALEMÃ



FONTE: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR (DÉCADA DE 1950) apud LIMA, 2015, p. 181).

IMAGEM 14 - CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE EM FRENTE À ESCOLA ALEMÃ



FONTE: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR (DÉCADA DE 1950) apud LIMA, 2015, p. 182).

Ações como essa foram corriqueiras pelo Brasil após os ataques sofridos pelos navios mercantes brasileiros, em março de 1942. O Estado brasileiro, por meio do decreto nº 4.166 de 11 de março de 1942 determinou que os bens dos chamados “súditos do Eixo” fossem entregues como forma de indenização para cobrir os gastos obtidos com esse ataque.

Nos registros do fotógrafo Guilherme Glück – imagem 13 e 14 – ainda é possível identificar o prédio da antiga escola alemã aos fundos da nova construção em que foi anexada. Grande parte das gerações posteriores à década de 1950 desconhecem que ali existiu uma escola de língua alemã e de que forma a Prefeitura conseguiu aquele espaço e isso vale também para os outros espaços mencionados na pesquisa. Ao procurar por informações sobre esse período nas Atas Municipais, curiosamente, faltava apenas o livro de registros do final de 1937 até 1947, período que compreende todo o Estado Novo. Não sabemos se durante essa fase não foram realizados registros oficiais no Município ou se houve a existência de um livro de atas que acabou desaparecendo. Todos esses indícios nos levam a acreditar que houve uma política de apagamento desses eventos que, aliados aos traumas da população teuto geraram o silenciamento acerca da implementação da campanha de nacionalização de Vargas na cidade de Lapa-PR.

3.3 OS TEUTO-LAPIANOS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Tudo começou mais ou menos pela época de 1936 com a vinda de uma unidade militar de Porto União.

Desde o início nossa família manteve relacionamento com a unidade militar, fornecendo carne e água. A carne era comercializada pelo açougue de meu pai e a água foi canalizada da propriedade da família, pois o quartel carecia do precioso líquido.

Em 1939 foi declarada a II Guerra Mundial.

Em 1940 fiz meu alistamento militar, certificado de 2ª categoria. (WEISS, 1999, p. 27).

O trecho supracitado faz parte de um livreto de memórias do ex combatente Walter Weiss. Além dele, a Lapa enviou outros setenta e seis homens para combater contra o Eixo na Itália.

O serviço militar obrigatório era “entendido enquanto dever inerente ao exercício da cidadania” (OLIVEIRA, 2011, p. 51). Passou a ser obrigatório a partir de 1916, mas por conta das péssimas condições em que os militares eram submetidos, o número de evasão era grande. No contexto da Segunda Guerra Mundial é que essa situação começou a ser revertida, o Estado tentou tornar o serviço militar uma opção mais atrativa e também foram mais rígidos nas penalidades para aqueles que tentassem evadir (OLIVEIRA, 2011, p. 51-52).

Para ter direitos importantes conquistados e a cidadania brasileira reconhecida, muitos filhos de estrangeiros acabavam se alistando, e assim, tinham que se adaptar às exigências militares, como podemos observar no decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939:

proceder à incorporação, nas fileiras do Exército, do maior número possível de filhos de estrangeiros, preferentemente em corpos de tropa aquartelados fora da região em que habitem;

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar. (BRASIL, 1939).

Dessa forma, o exército serviu como uma importante ferramenta de nacionalização e busca pela garantia da unidade nacional.

O Exército Brasileiro também se empenhou em nacionalizar os jovens nas áreas de imigração: quem não soubesse falar o português fluentemente deveria ficar dois anos prestando o serviço militar, e aqueles que lessem e escrevessem em português ficariam um ano e meio. (RENK, 2009, p. 155).

Quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, em 1942, aqueles que haviam se alistado foram convocados a lutar. Mas antes, passaram por um período de treinamento.

Numa manhã do ano de 1942, cujo mês não tenho lembrança, recebi a carta de convocação. [...] Ao pegar a carta de convocação, senti um calafrio e fiquei nervoso, pois dentro de alguns dias tinha que me apresentar no quartel. Fui incorporado, recebi o fardamento e assim comecei minha vida militar. Fiz curso de cabo e depois de dois meses, com mais outros companheiros, recebi as divisas. [...] Fiz curso de enfermeiro e padioleiro. [...] No meio de 1943 o grupo foi levado para Curitiba para inspeção. Fui classificado com ótima saúde. [...] Pelo início de setembro de 1944, transferência para a Vila Militar do Rio de Janeiro. (WEISS, 1999, p. 28-29).

Sr. Weiss também comentou a reação que seus familiares tiveram quando souberam de sua convocação e a tristeza que assolou sua mãe, a qual precisou ser acalmada pelo patriarca, que citou a trajetória de parte de homens da família que participaram de outras guerras e nada sofreram.

O sistema de repressão e vigilância estadonovista não queria saber dessas angústias. Num período de dor, aflição em ter familiares, membros da comunidade na guerra, o projeto de nacionalização tornou-se mais rígido e trouxe um efeito catastrófico na vida dos imigrantes que viviam no Brasil, principalmente os de origem germânica. Nessa fase, aumentava os olhares desconfiados e preconceituosos dos luso-brasileiros, frente às comunidades teutas. Podemos observar isso por meio de relatos e da fotografia a seguir:

IMAGEM 15 - PICHAÇÕES NO AÇOUGUE DA FAMÍLIA WEISS



FONTE: WEISS, 1999, p. 26.

Além da constante vigilância policial, os teutos-lapianos sofreram dos preconceitos e perseguições de luso-lapianos. A fotografia acima nos mostra a residência e açougue da família Weiss, que foi pichado com várias suásticas e ainda com o escrito “alemão porco”. Em entrevista ao MIS, Helga – filha do fotógrafo Guilherme Glück – revelou que foi seu pai quem fotografou a casa do açougueiro e que ele também foi vítima dos pichadores:

eu me lembro que uma noite, eu ainda dormia no quarto de meus pais e uma noite nós sentimos um cheiro de tinta, ai que cheiro forte [...] e aquele cheiro forte, eu digo então o que é que é... a gente adormeceu e passou de madrugada... o papai voltou do clube, foi lá pros fundos e nós só ficamos escutando aquele movimento. O que é que o papai está fazendo lá nos fundos? Em vez de dormir mas, quando ele voltou do clube ele viu que tinham pichado toda a parede da nossa casa, letras desse tamanho, da largura do pincel, com piche por isso que nós sentimos o cheiro, certo? Então umas palavras difícilísimas até, certo? Não tenho na memória. Eu sei que papai foi lá com gasolina e quis tirar aquilo porque estava fresco, certo, mas antes disso...ele percorreu todas as casas dos alemães mais conhecidos, ele percorreu e já estava tudo pichado... mas a nossa tinha sido a última, porque no dia seguinte era domingo e daí todo povo que passava na frente ia ver aquilo né? [...] na manhã seguinte ele pegou o aparelho fotográfico e foi pô, pô, pô nas outras casas, principalmente de um açougueiro que era bem alemão aquele era de origem e ali eles tinham escrito: “alemão porco, (...) e esse alemão fez questão de tirar essas fotos, então papai foi depois que papai tirou essas fotografias, nós saímos da cidade (...) e só voltamos à noite. Estas fotos deram problema, problema porque anos mais tarde veio o delegado para lá e esse delegado quis exigir essas fotos, esses negativos e o papai

disse: “é do meu acervo e eu não entrego.” Teimoso ele era e ali deu encrenca, chegou a tal ponto a briga que eles quiseram deportar papai para Fernando de Noronha, naquela época. Então deu uma encrenca tremenda, aí um que era promotor, o Doutro Bley ele era promotor, esse que conseguiu amainar e tirou papai da delegacia... e graças a essa pessoa ele não foi deportado... (MIS -PR, 2000 *apud* LIMA, 2015, p. 302-303).

Esse episódio também foi relatado no livro de memórias do sr. Átila José Borges:

Vivíamos na Lapa a efervescência da guerra. Como se sabe, meu pai militar cioso de seus deveres, nacionalista extremado e que havia lutado em duas revoluções [1930 e 1932], vivia a emoção da porfia [...].
 Numa noite vi o meu pai e o Ayrton cochichando pelos cantos e fiquei intrigado. E fiquei mais ainda quando percebi os dois com balde e pincel nas mãos.
 No dia seguinte entendi tudo. Na Praça General Carneiro estava situado o estúdio do fotógrafo Glück. Com esse sobrenome não poderia escapar a uma discriminação.
 Na parede de seu estúdio, em letras garrafais, a piche, havia escrito: HITLER MAGAREFE⁴⁸.
 Por inúmeros anos dava para se ver sutilmente, embora já com muitas camadas de tinta, a inscrição de protesto.
 [...] Quem sabe até o Comandante fosse conivente indiretamente pois só havia piche no quartel. (BORGES, 2003, p. 76-77).

Como podemos notar, a campanha de nacionalização estava surtindo seus efeitos e sendo validada por parte da população, que aderiram ao estigma de que esses grupos eram “inimigos do Brasil”, apoiadores de Hitler e também responsáveis pela guerra.

Sobre este mesmo evento, temos também o registro da dona Dinoráh Aubrift em uma coluna do jornal “Gazeta da Lapa”. Devido suas origens, não sofreu com as intervenções, mas demonstrou sensibilidade e empatia por aqueles que tiveram suas casas invadidas e recordações apreendidas:

Lembro quando o sr. Walter Weiss foi para a guerra, éramos fregueses do açougue de seus pais. Estávamos no regime de Ditadura, governo do Sr. Getúlio Vargas. Hitler, o nazista era o terror dos aliados. Os alemães que aqui residiam apenas pela nacionalidade, foram perseguidos, picharam suas casas e os chamavam de quinta coluna.
 Marcou muito minha infância quando os caminhões do Quartel invadiram e sitiaram a casa de seu Guilherme Kiefer, anexa à nossa. Viraram tudo, inclusive gavetas de roupas íntimas da dona da casa e sua filha. Encontraram livros escrito em alemão e nada mais. Qual brasileiro indo morar em outro país não levaria livros de sua terra? A dona da casa foi acometida de crise nervosa, sendo internada.

⁴⁸ Foi utilizado no sentido figurado. Significa aquele que trabalha nos matadouros, no abate de animais. Açougueiro. Carniceiro. Uma alusão às atrocidades Nazistas na Segunda Guerra Mundial.

Envergonhados, venderam a casa e foram morar em Curitiba. Lembro dos Wolf, Weiss, Plautz, Glück e outros que sofreram vexames, mesmo assim continuaram morando na Lapa e contribuíram para seu progresso. (GAZETA DA LAPA, 1998).

Esse relato demonstra que essas famílias já cultivavam laços com os lapianos e, cada qual da sua forma, já estavam inseridos naquela sociedade e eram figuras conhecidas e bem quistas para parcela daquela sociedade. Mesmo assim, não escaparam das truculências do Estado e de parte da população.

O episódio da inspeção realizada na residência dos Kiefer, citado por dona Dinoráh, também foi relatado nas memórias inscritas no livro do sr. Átila:

Escutava-se pela rádio e era comentada pelos militares a famosa “blitzkrieg” – do alemão: batida militar com grande aparato bélico – e era comumente chamada de blitz ou ataque relâmpago.
Na Rua Barão do Rio Branco morava um alemão chamado de Guilherme Kiffer, muito estimado pela comunidade. Pesava sobre ele a suspeita de ser “espião”...
Certo dia o Batalhão da Lapa resolveu aplicar uma “blitz” na casa dele. Logicamente o fator surpresa era exigido.
Viaturas, soldados armados, gritos de comando, atropelamentos... Tudo como nos filmes que vemos hoje.
A casa do Sr. Guilherme foi revistada com apuro. Todos os móveis e gavetas revirados... Nada foi encontrado, mas a família viveu momentos bastante tensos. (BORGES, 2003. p. 10).

Nas “blitz” às residências germânicas buscava-se por qualquer vestígio que remetesse às origens étnicas dos moradores, ou que os denunciasse enquanto adoradores de Hitler e estar a serviço dele e dos nazistas.

Quando perguntado a dona Irene Brykcy sobre essas invasões militares e pichações nas residências, a entrevistada disse não ter recordações.⁴⁹ Mas apesar de ser muito jovem, lembrou-se apenas de ocorridos em sua casa:

Lacraram [rádio], os militares, né?! Entraram na nossa casa e lacraram e meu pai não podia ouvir nada. [...] o pai ouvia rádio em alemão. Era mais fácil pra ele.
[...] Chegavam a se arrastar perto de nossas casas e... pra escutar, ouvir se alguém estava falando em alemão, porque estava proibido, né?! (JANKO, 2021).

Por meio dessas memórias conseguimos observar o quão violento e traumático foi esse processo. A população teuta vivia sob constante tensão. O simples

⁴⁹ Apesar de sua família ter ligações estreitas com os Glück. O fotógrafo era padrinho de seu irmão (Manfredo) e sua irmã mais velha, Ruth (*in memoriam*) era amiga de Helga.

sotaque; o simples falar já denunciava e era alvo das perseguições. Muitos descendentes de imigrantes, temerosos das apreensões e vistorias policiais, se antecipavam e, para não sofrerem alguma punição, acabavam, por conta, se desvencilhando de qualquer vestígio que pudesse comprometê-los. Dessa forma a memória ligada às raízes germânicas foram se perdendo.

O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial trouxe duras mudanças no cotidiano da população lapiana. É consenso nos livros memorialísticos que abordam a temática, citarem a falta de abastecimento no comércio local; o acompanhar diário das notícias pela rádio e a expectativa que elas divulgassem logo o fim da guerra. Foi um período difícil para todos, mas como vimos, aqueles que tinham relações étnicas com países que compunham o Eixo, sofreram ainda mais. Mesmo com a divulgação da derrota Nazista, esses grupos foram lembrados para servirem de chacota nas comemorações e tornarem-se, novamente, os alvos. No fragmento abaixo, notamos a força do estigma da população teuta e religião luterana como “inimigos do Brasil” e elementos a serem combatidos:

Era dia oito de maio de 1945. Tinha nove anos.
Estávamos morando agora num casarão ao lado da Igreja Luterana da Lapa. Sabíamos que aquela igreja era frequentada por boa parte de alemães e descendentes.
Comentava-se na cidade que, se Alemanha ganhasse a guerra eles seriam nossos “patrões”. Era natural que isso mexesse com nós.
Como a guerra estava prestes a ser vencida pelos aliados aguardávamos a notícia da vitória que poderia surgir a qualquer hora.
O rádio ficava constantemente ligado aguardando as notícias transmitidas em “edição extraordinária” pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro pelo seu noticioso Repórter Esso”. Era o final da tarde. Eis que de repente, soa a música característica do noticioso. Todos nós ficamos atentos...
Heron Domingues na sua voz inconfundível anunciou:
- “O Repórter Esso informa em edição extraordinária”:
Puxou o fôlego e começou a gritar:
- Terminou a guerra, terminou a guerra, terminou a guerra!
Uníssonos gritamos vivas bem alto e sem nada combinado previamente saímos e debelatória carreira rumo à igreja luterana, “a dos alemães”.
Não sei como entramos. Só me lembro que subimos celeremente as escadas ate atingir a torre onde estava o sino... E aí então nos dependuramos na sua corda badalando-o exaustivamente sendo acompanhados pelo foguetório que espocou a cidade. (BORGES, 2003, p. 81- 82).

Assim como a Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo de Getúlio Vargas também teve seu fim em 1945. Entretanto, deixou aos descendentes do Eixo o trauma das perseguições e perdas irreparáveis, como a impossibilidade de conservar e

transmitir suas línguas vernáculas e manter quaisquer laços com suas nações de origem.

3.4 A PESQUISA ACADÊMICA NAS ESCOLAS DA LAPA

Analisando a BNCC (BRASIL, 2017)⁵⁰, percebemos uma lacuna quando se refere às contradições envolvendo o governo Vargas. Em suas habilidades dos conteúdos do 9º ano, não há menção do caráter nacionalista de tal período e nem sobre seu papel no processo de formação da identidade nacional, com sua campanha de nacionalização. Quando se fala em Getúlio Vargas, percebemos – tanto na BNCC, como nos livros didáticos – que o foco para abordar seus governos, está em discutir principalmente as questões trabalhistas, seu autoritarismo frente à opositores políticos e o seu nacional-estatismo.

É importante que, ao estudarem sobre o fascismo europeu e as políticas nacionalistas de Vargas, os jovens lapianos reflitam que a sua cidade também foi afetada por esse contexto. Que Vargas intensificou a campanha de nacionalização e ela não atingiu apenas as capitais ou grandes colônias de imigrantes; seus antepassados, ou famílias conhecidas também foram vítimas. Construções, espaços conhecidos e hoje pertencentes à prefeitura foram alienados, tomados de uma comunidade por conta de sua etnia.

Nas práticas docentes, é cada vez mais importante valorizar a História local e aproximar o conteúdo do cotidiano do aluno e, sempre que possível, diversificar as práticas pedagógicas com utilização de fontes. Nessa linha de pensamento a historiadora Circe Bittencourt (2004), nos leva a pensar alguns pontos que podem contribuir para a prática no ensino de História:

[...] o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa para professores e alunos e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento. (BITTENCOURT, 2004, p. 121).

⁵⁰ BRASIL. Base Nacional de Base Curricular. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019. p. 428-429.

Uma das normativas do programa ProfHistória é o desenvolvimento de um “produto” final da dissertação, ou seja, um material didático que contribua para o ensino de História, fazendo com que a pesquisa acadêmica alcance a comunidade escolar. Partindo disso, a presente pesquisa historiográfica chegará até as escolas do Município por meio de uma caixa temática, na qual os alunos de 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio⁵¹ farão análise das principais fontes utilizadas no terceiro capítulo dessa pesquisa.

Foi pensando em algo eficaz, de fácil acesso e sem necessidade de manutenção - como seria o caso de um site, por exemplo, - é que, mesmo com tantas tecnologias presentes nos dias de hoje, mas não à disposição e com qualidade na maior parte das escolas públicas do Paraná, optamos por um material impresso, o qual poderá contribuir para que outros docentes explorem o assunto e possam enriquecer suas aulas com propostas de análise das fontes, superando as abordagens tradicionais de ensino, aproximando o educando do processo histórico e desenvolvendo as habilidades propostas nos dispositivos curriculares.

A caixa é composta por trechos de entrevistas, o processo criminal do caso de suicídio, fotografia da casa do Sr. Alberto Weiss e sua ficha criminal, Ata do antigo clube teuto e algumas fotografias de Guilherme Glück. Todas as fontes devidamente referenciadas. Separadamente, trazemos um guia para o professor, com um resumo didático sobre o tema, acompanhado de sugestões de leituras e algumas questões que poderão levantar para direcionar os alunos. O ideal é que as questões sobre as fontes partam do educando, dessa forma, estarão mais próximos de entender o processo histórico por intermédio de fontes e com o auxílio do professor e, assim, reconhecerem-se enquanto agentes históricos. Dessa forma, inserimos apenas algumas questões norteadoras no material do professor, as quais ficarão sob responsabilidade deste aplicá-las ou não. Segue exemplo:

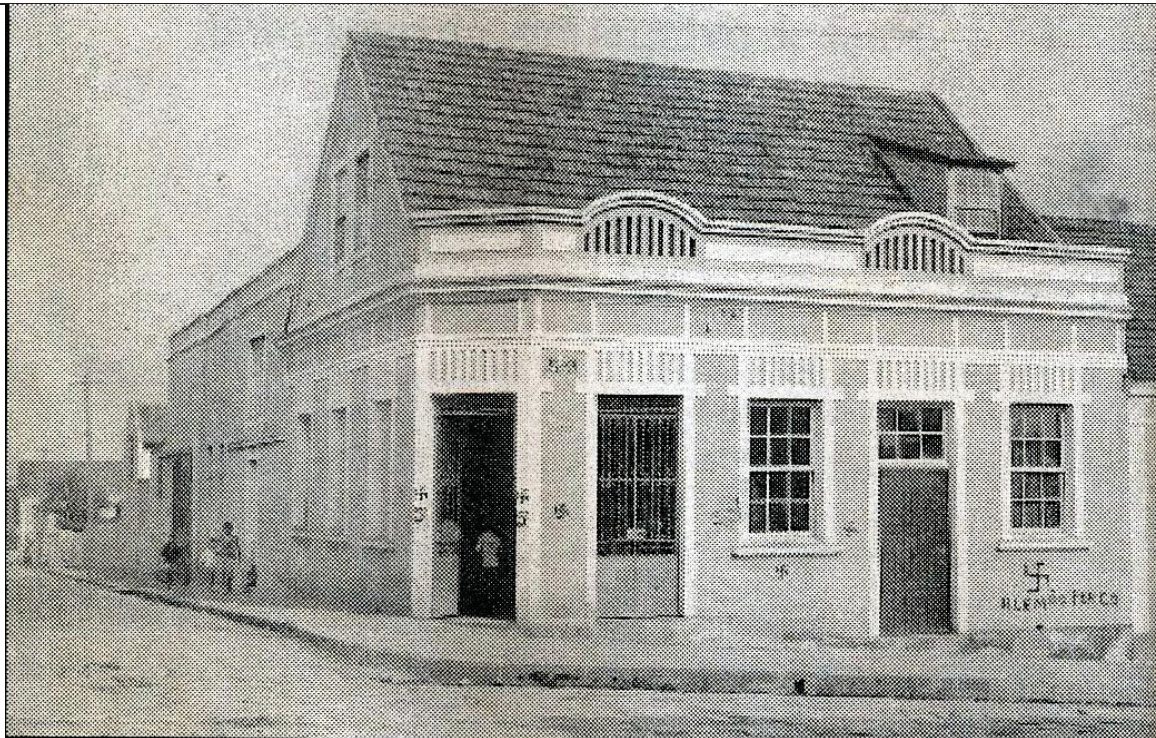
⁵¹ São as turmas que contemplam o conteúdo da Era Vargas e Segunda Guerra Mundial em seus currículos.

IMAGEM 16 - EXEMPLAR DO MATERIAL DIDÁTICO

Informações: residência da família Weiss no início dos anos 40.

Fonte: WEISS, 1999, p. 26.

Caro aluno,
observe a fotografia e levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.



FONTE: WEISS, 1999, p. 26.

É importante salientar que as expectativas análises realizadas pelos alunos, só serão possíveis caso os estudantes tenham recebido o mínimo de informações sobre este contexto histórico. Pensando nisso, disponibilizamos, separadamente, um material para os professores. Nele entregamos um resumo que preparamos sobre o contexto das fontes, sugestões de vídeos e sites que abordam, de forma breve, a temática e também algumas questões que o docente poderá ou não utilizar com seus alunos. Tudo pensado de forma a facilitar para o educador, tendo em vista a realidade de intensas jornadas de trabalho da maior parte dos colegas.

O objetivo em levar esse material para as escolas, é o de desenvolver o pensamento crítico e incentivar a busca da observação das mudanças e permanências que os cercam, além de contemplar os objetivos e habilidades presentes na BNCC.⁵²

⁵² Mostrar o período varguista e suas contradições; (EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954. (BRASIL, 2017, p. 428-429).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dura tentativa de mapear e estabelecer as relações entre as fontes analisadas e a campanha de nacionalização varguista nas décadas de 1930 e 1940, é chegada a hora de fazermos algumas reflexões acerca do que foi construído até aqui.

É vasta a contribuição bibliográfica e acadêmica acerca do processo de imigração germânica para o Brasil. Por meio delas conseguimos contextualizar esse processo e perceber as dificuldades que os imigrantes tiveram para se inserirem na sociedade e ter acesso a direitos básicos, como saúde e educação. Nesse caso, a organização na vida comunitária e a falta de assimilação não foi uma opção, e sim, um reflexo da falta de políticas públicas que trouxesse o mínimo de dignidade a esses grupos. Todavia, essa organização passou a ser vista com temor por intelectuais e cientistas políticos ainda durante a chamada República Velha e tais discussões destoavam ainda mais o elemento estrangeiro da chamada brasilidade.

Ao trazer essas discussões, esperamos ter mostrado que a construção de uma identidade nacional e a formação de um projeto de nação brasileira são anteriores à Era Vargas, entretanto, foi neste período histórico que o Estado não poupou esforços e lançou uma série de dispositivos legais para a nacionalização que forçava o abrasileiramento desses sujeitos.

A possibilidade de trazer a problematização desse contexto pouco explorado na esfera regional – Lapa-PR– foi dos fatores que mais motivaram a pesquisa e conduziram a problematização do tema: como um passado tão recente tornou-se desconhecido por parcela tão significativa da população local? No decorrer da pesquisa, com o contato e análise das fontes, não conseguimos responder a este questionamento, mas levantamos algumas hipóteses e reflexões: a primeira é de que muito da memória desses grupos se perdeu no processo da campanha de nacionalização, provavelmente, por conta do temor em serem incriminados, os levando a se desvencilhar do passado e se adaptar àquele novo presente.

Uma segunda observação foi a partir do processo da pesquisa, estranhamente, apenas o livro Ata do período estadonovista não se faz presente nos arquivos da Câmara Municipal da Lapa. Em entrevista ao MIS, dona Helga revelou que a fotografia tirada por seu pai – Guilherme Glück – gerou confusão anos mais tarde e, segundo a entrevistada, um delegado queria ter acesso aos negativos para

confisca-lo, ameaçando até mesmo deportar o fotógrafo. No documento em que a comunidade luterana transfere o espaço em que hoje é a maternidade municipal, usa-se o termo “doação entre vivos”. Tudo isso nos faz refletir e supor que, neste processo, houve vontade de silenciar, de promover o apagamento desse período em nome do processo uniformizador da criação de uma memória nacional ou regional. A esse processo, Pollak (1989) denominou “memórias subterrâneas”.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 8)

Para fazer emergir tais memórias silenciadas, conseguir recolher o depoimento de quem vivenciou tal período foi de grande contribuição neste trabalho, assim como alguns livros memorialísticos.

A priori, um dos problemas que pensávamos ser o principal obstáculo da pesquisa seria a falta de fontes e as dificuldades burocráticas e de organização de arquivos que permeiam o Município. Porém, a falta de abertura e desconfiança por parte da comunidade luterana local foi uma barreira que não conseguimos e nem forçamos superar.

Assim como este trabalho foi fruto de um projeto anterior que nos deixou múltiplas possibilidades de exploração sobre a Lapa da primeira metade do século XX, podemos afirmar que a pesquisa acerca do período estadonovista no município não se encerra com a entrega da presente dissertação. Há muitos não ditos para serem problematizados e fontes que aguardam o olhar curioso e interessado de um historiador. Dito isso, sugerimos outras possibilidades de pesquisa pouco explanadas neste trabalho, seja por não contemplarem a temática da pesquisa, – como o caso da atuação da AIB na Lapa – ou por falta de tempo e fontes – o que seria necessário para trabalhar a cotidianidade dos alemães na Lapa; como eram as reuniões no Clube, o ensino na escola de língua alemã -. Tais possibilidades podem revelar caminhos férteis para futuros pesquisadores.

Com relação ao ensino de História, as possibilidades digitais para material didático eram bem atrativas, entretanto, por questões práticas na confecção e também pensando em algo de fácil acesso para ser aplicado em todas as escolas da Lapa, a ideia da caixa temática com as principais fontes utilizadas na pesquisa, apresentou-

se como a proposta mais acessível e eficaz no processo de ensino aprendizagem, proporcionando aos alunos o desenvolvimento crítico, a análise e questionamento direto das fontes, aproximando o ensino de história com suas práticas e cotidiano.

FONTES

AUBRIFT, Dinoráh. **2ª Guerra Mundial na Lapa**. Gazeta da Lapa, 1998. Acervo de família.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). FI 46. 526, 1943.

BACH, Leopoldo. **Johannesdorf, minha terra**. Curitiba: Questão de opinião, editora, 2000.

BORGES, Átila José. **Lapa -Memórias de um guri em tempos de guerra- 1936-1945**. Curitiba, 2003.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, 2017, p. 424-429. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 16 de julho de 1934. Diário Oficial. Rio de Janeiro, DF, 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso: 18 dez. 2021.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 de novembro de 1937. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 10 de novembro 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso: 18 dez. 2021.

BRASIL, Decreto Federal nº. 383, 18 de abril de 1938.

BRASIL, Decreto Federal nº. 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939.

BRASIL, Decreto Federal nº. 2.072, DE 8 DE MARÇO DE 1940.

BRASIL, Decreto Federal nº. 4.166, DE 11 DE MARÇO DE 1942.

CASA DA MEMÓRIA DA LAPA. **Processos criminais**. Pasta 1935 -1942.

COMARCA DA LAPA. **Ofício de registro de imóveis**, 2022. Transmissão nº 24.664, 05 de setembro de 1962.

JANKO, Irene Brykcy. Entrevista concedida em 02 de novembro de 2021.

O DIA. **Reafirmação de Liberdade** – integra do discurso pronunciado pelo prefeito municipal da Lapa no dia 7 de setembro. Ano 1942. Ed. 05858. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira. Último acesso em: 15 jul. 2022.

PARANÁ. Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná. Curitiba, Typ. Paranaense, p. 18-20, 1855. Disponível em:

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_decretos_Adm_Prov/1855.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

WEISS, Walter. **Como a cobra fumou**. Editora Gráfica Nossa Senhora Aparecida Ltda, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Martha G. de O. (orgs). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ATHAIDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná 1933-1942**. Maringá: Eduem, 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar: 1810-1970**. Autêntica: Belo Horizonte, MG, 2004.
- BORGES, Átila José. **Lapa -Memórias de um guri em tempos de guerra- 1936-1945**. Curitiba, 2003.
- CARNEIRO, David. **Biografia de Frederico Guilherme Virmond**. Curitiba: IHGB, 1976.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Brasil, um refúgio nos trópicos**. São Paulo: Estação Liberdade Ltda, 1996.
- CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- DIETRICH, A. M. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. São Paulo: FFLCH / NEHO/ USP, 2007 (Tese de Doutorado em História Social). Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113709/publico/TESE_ANA MARIA DIETRICH.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.
- FLUCK, R. Marlon. **O núcleo alemão em Curitiba**. In: VITECK, Harto (Org.); WAGNER, Neri (Ed.). Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1829-2009). Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2011, p.101 - 259.
- GERTZ, R. E. **O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Fascismo, Integralismo**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, R. E. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUIMARÃES, Flávio. Discurso proferido na Lapa, em nome do Govêno do Paraná, pelo Dr. Flávio Guimarães, em 8 de fevereiro de 1944. In: **Congresso de História da Revolução de 1894**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944, p. 579-581.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- IBGE. **Amostra- Religião**. Lapa-PR, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/panorama>. Acesso em: 18 abr. 2022.

LIMA, Ederson Prestes Santos. **História, memória e educação no olhar photographico de Guilherme Glück (Lapa/PR, 1920–1953)**. Tese. UFPR. Curitiba, 2015. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52990/R%20-%20T%20-%20EDERSON%20PRESTES%20SANTOS%20LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

. Último acesso em: 07 set. 2022.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Nazismo e Pangermanismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MATULLE, Zuleide Maria. **Tenho a honra de informar que aquele alemão é um súdito do eixo**: tensões entre alemães e brasileiros em União da Vitória e Porto União no Estado Novo. 2017, 187f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2389/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Hist%c3%b3ria%20-%20Zuleide%20Maria.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MÜLLER, Estêvão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa-PR): memórias** da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008. Curitiba: Champagnat, 2008.

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SEED, 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os Soldados Alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2011.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados brasileiros de Hitler**. Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVEIRA, Dennison de. **Dilemas estratégicos do Brasil na Segunda Guerra Mundial: Defesa Hemisférica, política de nacionalização e subversão nazista no Sul do país (1939-1943)**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 26, p. 50-73, 1 dez. 2015.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. **Colonização alemã e poder: a cidadania alemã em construção e discussão (Rio Grande do Sul 1863-1889)**. Dissertação. UNB. Brasília, 2008. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5688/1/2008_RyanSousaOliveira.pdf.

Acesso em: 14 jul. 2020.

PEREIRA, M. J. Autoritarismo e repressão no Paraná durante o Estado Novo: A ação da DOPS/PR contra os inimigos da nação. In: BERTONHA, J. F. (Org.). **Sombras**

autoritárias e totalitárias no Brasil: Integralismo, fascismos e repressão política. Maringá: EDUEM, 2013, p. 193-222.

PEREIRA, M. J. **Politizando o cotidiano:** repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. Dissertação. UEM. Maringá, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2971/1/000185974.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PEREIRA, M. J. **Sentimentos, Ressentimentos e Violência:** A Ação da Polícia Política No Paraná em Relação aos Indivíduos de Origem Germânica (1942 – 1945). Tese. UFPR. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46318/R%20-%20T%20-%20MARCIO%20JOSE%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, 1989.

RENK, V. E. **Aprendi a falar o português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná.** Tese. UFPR. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_renk.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

RENK, V. E. Nacionalização compulsória das escolas étnicas e resistências, no governo Vargas. In: Congresso Nacional de Educação, 8, 2008, Curitiba. **Anais**. Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640236/7795> Último acesso em: 20 jan. 2022.

ROMERO, Sylvio. **O allemanismo no sul do Brasil**. Imprensa Moderna, 1910.

SENTINELO, J. T. A Nação Integral: proposta autoritária de Nação para o Brasil na década de 1930. In: BERTONHA, J. F. (Org.). **Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil:** Integralismo, fascismos e repressão política. Maringá: EDUEM, 2013, p.77-94.

SEYFERTH, G. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, N. A. **Etnia e educação:** a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Ed. UNISUL, 2003. p. 21-62.

SEYFERTH, G. **A Dimensão Cultural da Imigração**. RBCS, vol. 26, nº 77, out. 2011.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1999, p.199- 228.

SILVA, Micael Alvino da. A Conferência do Rio de Janeiro e a retirada dos ‘Súditos do Eixo’ na parte brasileira da Tríplice fronteira. In: BERTONHA, J. F. (Org.). **Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil:** Integralismo, fascismos e repressão política. Maringá: EDUEM, 2013, p. 175-192.

SOUZA, R. M. S. **A Estrada do Poente:** Escola Alemã/Colégio Progresso (Curitiba 1930-1942). Dissertação. UFPR. Curitiba, 2002. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/8017/2002_corpo%20disserta%3f%3fo.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 24 jun. 2020.

WESTPHALEN, C. M; MACHADO, B. P; BALHANA, A. P. **História do Paraná.** Grafipar, 1969.

ANEXOS

**ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
ENTREVISTA PESSOAL.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA
PESSOAL**

Eu _____ estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa de mestrado denominada **As perseguições étnicas do Estado Novo no interior do Paraná: os alemães da Lapa**, realizada pela mestrandia Amanda Janz Stica, RG 10.758.843-4, do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Dr. Ederson Prestes Santos Lima. A pesquisa por meio das entrevistas, tem como objetivo compreender como os alemães e seus descendentes, que viviam na cidade da Lapa-PR, tiveram seu cotidiano modificado com a campanha de nacionalização do Estado Novo de Vargas e com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Tenho consciência de que meu nome e os dados e informações fornecidos por mim em entrevista, serão utilizados na pesquisa mencionada, que resultará numa dissertação de mestrado.

Estou certo(a) de que poderei interromper o questionário/entrevista a qualquer momento, solicitar retirada de trechos da mesma ou me recusar a prestá-la. Foi-me assegurado toda assistência e informação necessária sobre o processo e fins de tal entrevista.

Sei que me é garantido livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa e suas consequências e a tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao conteúdo desse termo, que foi lido e compreendido, assim como a natureza e o objetivo do estudo, manifesto meu livre consentimento em participar da pesquisa, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação, conforme resolução nº 196/96.

Curitiba, ... de de 20_____.

Assinatura do entrevistado

ANEXO II – DECRETO-LEI Nº 383, DE 18 DE ABRIL DE 1938.

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências,

discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição contida no inciso 3º as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

Art. 3º É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 1º. Não poderão tais entidades receber, a qualquer título, sub-venções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

§ 2º. As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

Art. 4º As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Parágrafo único. Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.

Art. 5º Das entidades a que se refere o art. 3º não podem no entanto fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.

Os que infringirem o disposto neste artigo perderão, ipso facto, os cargos públicos que possuírem e ficarão inhabilitados, pelo prazo de cinco anos, para exercer cargo dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do art. 10.

Art. 6º As entidades referidas nos arts. 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registo concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n. 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Art. 7º As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2º, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Art. 8º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências,

discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.

Parágrafo único. Nos Estados e no Território do Acre, a faculdade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda que por via telegráfica, aos respectivos governos.

Art. 9º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim, o Ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministério, os funcionários que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Território do Acre, a funcionários indicados pelos respectivos governos.

Esses funcionários exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diárias e ajudas de custo, fixadas pelo Ministro e a critério deste.

Art. 10. Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do art. 6º do decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juízo do governo.

Parágrafo único. As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições desta lei, bem como a quaisquer responsáveis pelos mesmos, seus sócios, contribuintes ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido, para este fim, aos governos dos Estados e do Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 19/04/1938.

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1938, Página 7357 (Publicação Original)

Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 53 Vol. 2 (Publicação Original).

ANEXO III – DECRETO-LEI Nº 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939.

Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 2º Ao Conselho de Segurança Nacional incumbe:

- a) sugerir as medidas legislativas e administrativas que julgar necessárias à realização dos propósitos definidos desta lei;
- b) dar parecer sobre as leis que com esse fim houverem de ser decretadas.

Art. 3º Incumbe ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

- a) velar pela execução desta lei e das correlatas, e coordenar, nesse sentido, a ação dos demais Ministérios,
- b) submeter ao Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os projetos de lei que se tornarem necessários.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros,
- a) e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua
- b) iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;

- c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação
- d) física, instituíam bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;
- f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

Art. 5º Incumbe ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

- a) fiscalizar, no meio trabalhista, a execução desta lei e das correlatas;
exigir que, nos núcleos coloniais, seja observada a percentagem legal de
- b) brasileiros em quaisquer estabelecimentos agrícolas, industriais, comerciais e de crédito;
- c) reunir, nas comemorações cívicas, os homens do trabalho, das fábricas, do comércio e dos campos.

Art. 6º Incumbe ao Ministério das Relações Exteriores, por meio dos seus agentes diplomáticos e consulares nos países que mantêm em nosso território núcleos coloniais, informar o Conselho de Segurança Nacional das medidas nos mesmos tomadas com relação à emigração para o Brasil.

Art. 7º Além das atribuições que lhe competem por lei, o Ministério da Guerra cooperará com os outros Ministérios e os governos estaduais na prática das medidas que lhes incumbem.

Parágrafo único - Para os efeitos dessa cooperação, cabe ao Estado Maior do Exército:

- a) coordenar e dirigir as atividades do Ministério da Guerra capazes de concorrer para a realização dos fins desta lei;
- b) centralizar informações sobre o assunto;
- c) organizar os planos de ação para as autoridades militares e atualizá-los de acordo com as alterações que se verificarem;
- d) elaborar instruções para regular, nesse particular, o exercício das atribuições dos comandantes de Região e dos inspetores gerais dos grupos de Regiões;

- e) entender-se, em nome do Ministro da Guerra, com os demais Ministros de Estado sobre os assuntos referentes à execução desta lei e das correlatas; proceder à incorporação, nas fileiras do Exército, do maior número possível
- f) de filhos de estrangeiros, preferentemente em corpos de tropa aquartelados fóra da região em que habitem;
- prestar ao Ministro da Guerra e ao Conselho de Segurança Nacional,
- g) periodicamente, e sempre que se fizer necessário, as informações concernentes a matéria.

Art. 8º Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena:

- a) evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região;
- vedar a aquisição, por empresas estrangeiras ou seus agentes de grandes
- b) áreas de terra, ou de áreas pequenas desde que, de direito ou de fato, importem a formação de latifúndio;
- defender da absorção por estrangeiros as propriedades brasileiras situadas
- e) nas zonas coloniais;
- fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, si necessário,
- d) inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização;
- propôr a substituição dos funcionários ou autoridades, federais, estaduais ou
- e) municipais, que se mostrem negligentes na adoção e execução das medidas necessárias à realização dos fins desta lei.

Art. 9º Incumbe aos Interventores Federais:

- assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos governos dos
- a) Estados ou dos Municípios, e a sua reorganização quando não preencham os requisitos desta lei;
- remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística
- b) da entrada e localização de imigrantes;
- amparar, na esfera de suas atribuições e recursos, as organizações
- c) nacionais das zonas de colonização;
- promover, de acordo com as autoridades militares, solenidades cívicas e
- d) manifestações patrióticas nessas zonas;

- e) escolher, com especial cuidado, os funcionários administrativos, policiais e fiscais que deverão servir nas mesmas zonas;
- f) auxiliar as autoridades federais no desempenho das atribuições que lhes são conferidas.

Art. 10. É obrigatória a organização das escolas de instrução pré-militar nos estabelecimentos de ensino secundário.

Art. 11. Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Art. 12. Aos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões mais sujeitas á desnacionalização, a educação física, na forma obrigatória prescrita, poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Região.

Art. 13. Salvo licença especial do Presidente da República, que atenderá ao interesse nacional ou a motivo de grave dano de saúde, nenhum brasileiro menor de dezoito anos poderá viajar para o estrangeiro desacompanhado de seus pais ou responsáveis, ou permanecer no estrangeiro desde que os pais ou responsáveis voltem ao país. Às autoridades policiais e consulares cumpre velar pela observância deste dispositivo.

Art. 14. Em todas as ocasiões ou reuniões, de caráter particular ou público, deverão as autoridades federais, estaduais e municipais, sempre que lhes fôr possível e sem ofensa de qualquer direito e garantia individual usar de todos os meios adequados à difusão do sentimento nacional.

Parágrafo único. Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

Parágrafo único. Não se compreendem na proibição do presente artigo a correspondência e as publicações destinadas ao estrangeiro, bem como as relações com as comissões estrangeiras em serviço oficial no país.

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Art. 17. O Governo da União auxiliará os Estados para a organização de pequenas bibliotecas de livros nacionais nos centros de aglomeração de estrangeiros.

Art. 18. O Governo Federal ou os Governos Estaduais localizarão famílias brasileiras nas zonas do território nacional em que houver aglomeração de descendentes de estrangeiros.

Art. 19. O Presidente da Republica poderá, por sugestão do Conselho de Segurança Nacional ou dos Ministros de Estado, nomear inspetores para fiscalizar execução desta lei.

§ 1º Os inspetores serão nomeados em comissão por decreto referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e com os vencimentos constantes da tabela anexa.

§ 2º Além dos vencimentos fixados, poderão os inspetores receber uma diária fixada pelo Presidente da República.

Art. 20. Ficam abertos os créditos necessários à execução desta lei.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/07/1939

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/7/1939, Página 20674 (Publicação Original).

ANEXO IV – DECRETO-LEI Nº 4.166, DE 11 DE MARÇO DE 1942.

Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição;

CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano; CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;

CONSIDERANDO que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;

CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;

CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;

CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

DECRETA:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas

brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália. (Vide Decreto-lei nº 4.806, de 1942)

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas. (Vide Decreto-lei nº 4.806, de 1942).

A parte dos depósitos ou obrigações, à qual se refere este artigo será:

10% dos depósitos e obrigações até 20:000\$0;

20% dos depósitos e obrigações até 100:000\$0:

30% dos depósitos e obrigações cuja importância exceda de 100:000\$0.

§ 1º O depósito a que se refere este artigo será da totalidade, quando se tratar de obrigação do Governo Brasileiro para com súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º O recolhimento será feito mediante recibo isento de selo, ficando as importâncias recolhidas em depósito, que terá escrituração especial e só poderá ser levantado mediante ordem do Governo Federal.

Art. 3º O produto dos bens em depósito servirá de garantia ao pagamento de indenizações devidas pelos atos de agressão a que se refere o artigo 1º, caso o governo responsável não as satisfaça cabalmente.

Parágrafo único. As indenizações pela forma desta lei serão pagas segundo o plano que o Governo estabelecer e tendo em vista o valor dos bens em depósito, avaliados previamente.

Art. 4º Os súditos alemães, japoneses e italianos, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade e o valor provável daqueles bens. (Vide Decreto-lei nº 4.216, de 1942). (Vide Decreto-lei nº 4.283, de 1942). (Vide Decreto-lei nº 4.353, de 1942).

Art. 5º A ação ou omissão, dolosa ou culposa, de que resultar diminuição do patrimônio de súdito alemão, japonês ou italiano ou tendente a fraudar os objetivos desta lei, é punida com a pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa de 1 a 10 contos de réis, se outra mais grave não couber.

§ 1º A redução, em contrário aos usos e costumes locais, do valor das prestações devidas a tais súditos, é considerada ação dolosa, para os fins deste artigo.

§ 2º Pelas pessoas jurídicas responderão solidariamente os seus administradores e gerentes.

§ 3º Para a caracterização do crime o juiz poderá recorrer à analogia.

Art. 6º Em qualquer pagamento, superior a 2:000\$0, feito a súdito alemão, japonês e italiano, far-se-à menção do depósito previsto no artigo 2º.

Art. 7º Quando a prestação em favor de súdito alemão, japonês ou italiano não for devida em moeda corrente, a repartição incumbida da arrecadação, estimará o seu valor em espécie, segundo os critérios de que se serve o fisco para a imposição de tributos.

Art. 8º As execuções contra, o patrimônio dos súditos alemães, japoneses e italianos só poderão fundar-se em dívidas contraídas em virtude de prova constituída na forma da lei, anteriormente à data desta lei, salvo quando a responsabilidade civil decorrer de ato ilícito.

Art. 9º Ressalvado o caso de execução judicial fundada em título constituído antes da data desta lei, fica proibida a alienação, ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, e dos moveis em geral de valor considerável, pertencentes a súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, sendo nula de pleno direito qualquer alienação, ou oneração, feita a partir da data desta lei.

Parágrafo único. Excluem-se da proibição os atos de comércio usualmente praticados no interesse da manutenção e da prosperidade do estabelecimento. Dos lucros líquidos verificados em balanços trimestrais será, porem, recolhida em depósito a parte indicada no artigo 2º. (Vide Decreto-lei nº 4.806, de 1942).

Art. 10. Os súditos alemães, japoneses e italianos não poderão recusar doações, heranças ou legados não onerosos.

Art. 11. Passam à administração do Governo Federal os bens das pessoas jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão a que se refere o artigo 1º desta lei, bem como dos seus súditos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e que, não estejam na posse de brasileiros.

Parágrafo único. Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12. Os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda expedirão as instruções que se tornarem necessárias para a execução desta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1942; 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS

Vasco T. Leitão da Cunha

Romero Estelita

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

Victor Tamm

Oswaldo Aranha

Apolonio Sales

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

J. P. Salgado Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.3.1942.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – MATERIAL DIDÁTICO PARA OS ALUNOS.

CARTELA 1.

Informações: inauguração da estátua em homenagem a General Carneiro, na então Praça Coronel Correia – atual Praça General Carneiro -.

Fonte: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR *apud* LIMA, 2015, p. 109.



Caro aluno,

Observe a fotografia, seu período e todos os elementos que compõem a imagem. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre investigação

CARTELA 2

Informações: comemorações ao Sete de setembro na década de 1940.

Fonte: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR *apud* LIMA, 2015, p. 111.



Caro aluno,
observe a fotografia, seu período e todos os elementos que compõem a imagem. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 3

Descrição: discurso completo proferido pelo então prefeito da Lapa-PR, Peregrino Dias. Nota-se o nacionalismo e enaltecimento do passado.

Fonte: O DIA, 1942, p.1. Ed. 05858

Brasileiros:

Comemoramos, neste dia glorioso, a data máxima da nossa Independência Política. Há cento e vinte anos, neste dia, repetem-se as manifestações de jubilo nacional, desfilam os corpos do Exército, e a juventude, nos seus uniformes escolares, participadas festas de civismo, com que honramos os heróis do passado, os fundadores da Patria – na continuidade da nossa vida de povo livre, laborioso e pacífico – nos longos anos em que vimos construindo uma nação, forjando a raça, preparando a magnificência de um futuro – sob a égide do auri-verde pendão estrelado, sob lema protetor da “ORDEM E PROGRESSO”.

Brasileiros:

É este sete de setembro – diferente dos anos anteriores.

Há alguns dias, apenas, recebendo na face a bofetada covarde da agressão nazista, - o Brasil levantou-se em pé de guerra, - e hoje – sobranceiro e digno, orgulhoso e heroico, - enfrenta seus inimigos, enfrenta os inimigos da liberdade, enfrenta os inimigos do Mundo [...]

Neste sete de setembro o Brasil está em guerra. E isto vale dizer que hoje não comemoramos tão só a nossa independência – mas também reafirmamos a nossa liberdade, o nosso direito de viver – e que por essa liberdade e por esse Brasil – que é nosso e apenas nosso – daremos nosso corpo, entregaremos nossa vida, faremos todos os sacrifícios – para que os nossos filhos e os nossos netos e todas as gerações que vierem – neste dia nacional, nesta data gloriosa, neste imortal sete de setembro, - possam, com orgulho e com fé nos destinos do Brasil – incluir o nosso nome na pedra legendaria que relembre e memóre e recorde os heróis do passado, - e dizer com honra e com saudades:

- Eles souberam defender a Patria!...

Brasileiros:

A tão magnifico destino, a tão alta gloria, e a tal imortalidade, - nenhum de nós pudera se escusar.

Somos soldados do Brasil! e êle dispõe de todos nós.

Juremos defende-lo, levando a nossa bandeira à vitória final, da nossa causa!...

Na certeza dessa vitória, na posição de sentido, olhos postos no pavilhão nacional, irmãos dos mesmos ideais, soldados da mesma Patria, clamemos todos juntos:

Viva o Brasil!...

Caro aluno,

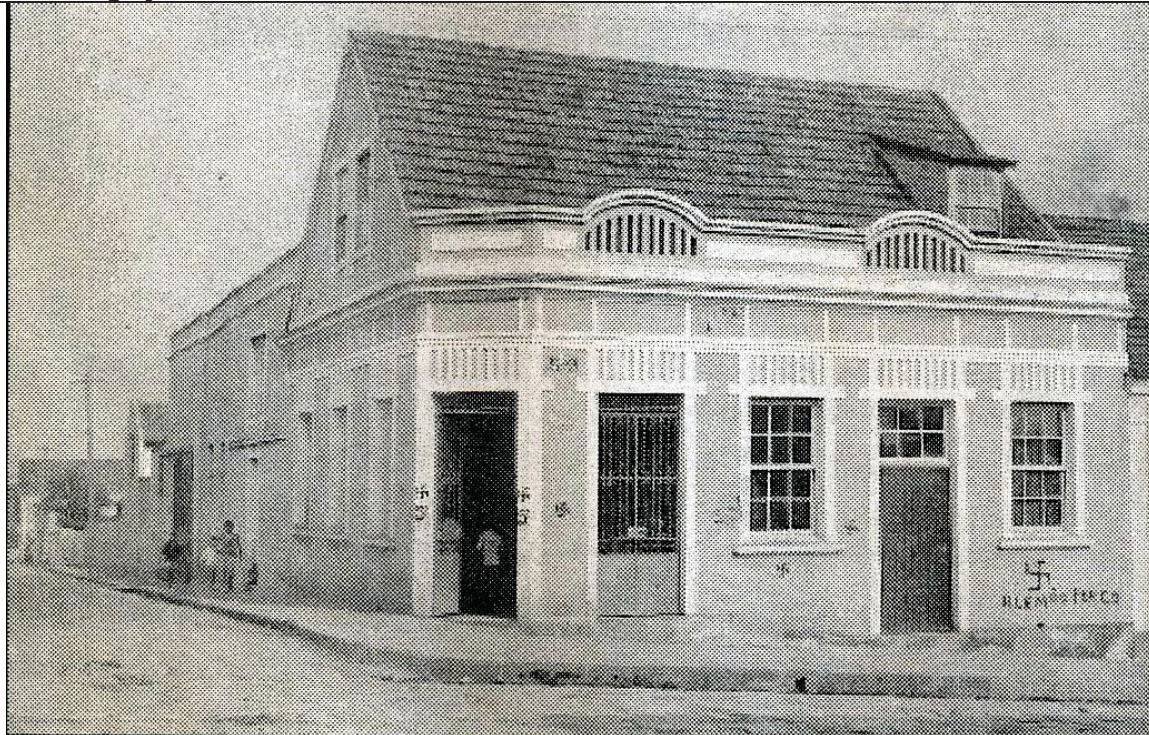
observe o documento, seu período, quem o escreveu e com quais objetivos. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 4.

Informações: residência da família Weiss no início dos anos 40.

Fonte: WEISS, 1999, p. 26.

Caro aluno,
observe a fotografia e levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.



Descrição: Antiga casa e açougue da família Weiss, localizada na Rua Barão do Rio Branco. Na fotografia, a residência aparece pichada com suásticas e um escrito “alemão porco”.

CARTELA 5

Informações: Ficha criminal sr. Alberto Weiss.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL			
FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL			
Nome	ALBERTO WEISS.-	Vulgo	
Data	15-12-1.943.-	Prontuario na Delegacia N.	
Pai		Mãe	
Idade		Data do Nascimento	Sexo
Nacionalidade	Alemã.-	Natural de	
Estado Civil	Casado.-	Profissão	
Local do Trabalho		Ordenado	
Residencia atual	Lapa.-		
Residencias anteriores			
É sindicalizado		sindicatos e locais que costuma frequentar	
Nome e residencia dos conhecidos parentes:			
Notas Cromaticas:			

FI 40.526 112

14-12-43.- Transitou por esta seção de um of. 194, da Delegacia de Polícia de Lapa, informando que, em cumprimento ao ofício nº 2.341 de 10 do corrente, desta DOPS, foi feita busca na residência do fichado, apreendendo uma fotografia de Hitler, livro de Integralista, traduzido para o alemão, um mapa da Alemanha, um aparelho de rádio receptor, marca Telefunken, e diversas jornais e revistas de propaganda nazista. (Vide of. arq. na pasta de Lapa.).-
 15-12-43.- Com of. 195, a Delegacia de Polícia de Lapa, encaminha a esta DOPS, o auto de apreensão. (Arquivados na pasta respectiva.).- E parte nº 748, arq. na pasta nº 1.822, fls. 128.).-

Transcrição:

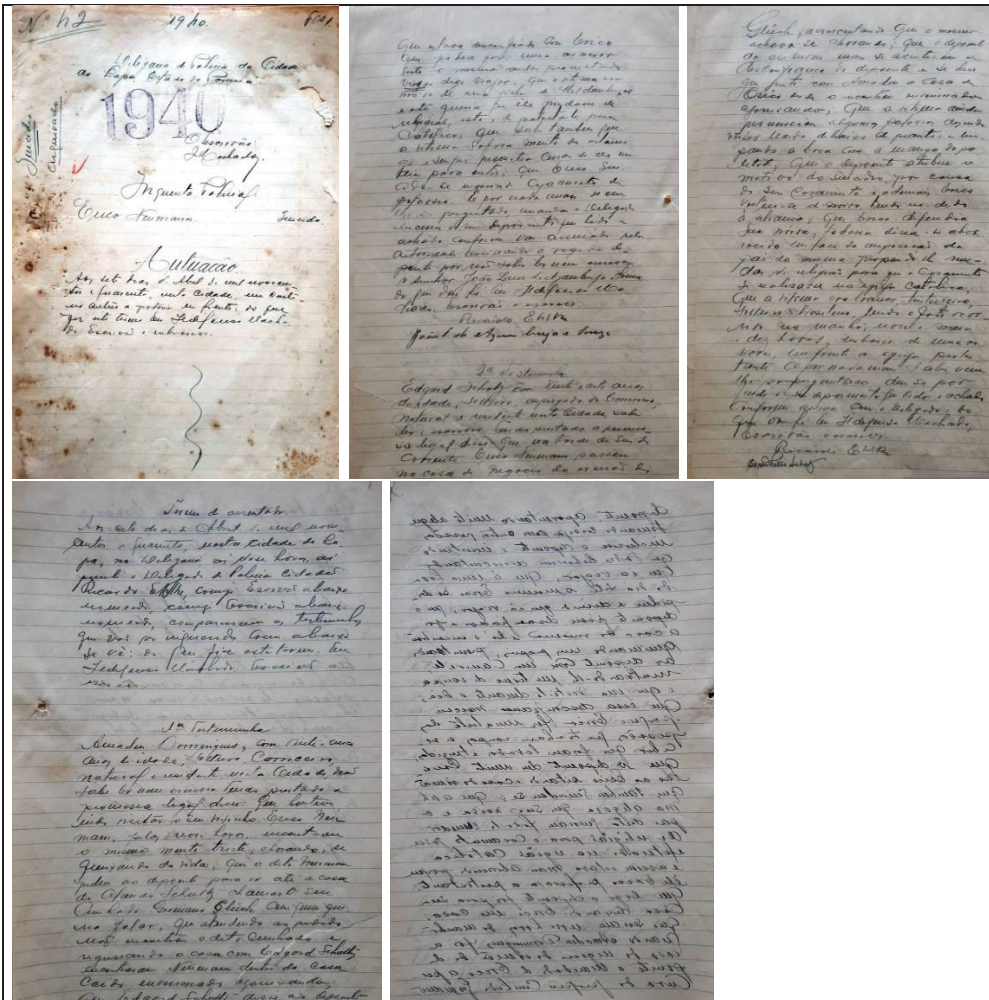
14-12-43. – Transitou por esta seção de um of. 194, da Delegacia de Polícia de Lapa, informando que, em cumprimento ao ofício nº 2.341 de 10 do corrente, desta DOPS, foi feita busca na residência do fichado, apreendendo uma fotografia de Hitler, livro de Integralista, traduzido para o alemão, um mapa da Alemanha, um aparelho de rádio receptor, marca Telefunken, e diversos jornais e revistas de propaganda nazista. (Vide of. arq. na pasta da Lapa.).

Caro aluno,
 observe o documento, seu período e os elementos presentes. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 6.

Informações: processo criminal do suicídio de um rapaz luterano em Lapa-PR no ano de 1940.

Fonte: Casa da Memória da Lapa, pasta 1935-1942.



Caro aluno,
observe o documento e sua transcrição. Note seu período e contexto, como também os elementos presentes. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

Transcrição:

Termo de assentado

Aos oito dias de abril de mil novecentos e quarenta, nesta cidade da Lapa, na delegacia às dose hora, aí presente o Delegado de Policia cidadão Ricardo Ehlke, comigo escrivão abaixo nomeado, comigo escrivão abaixo nomeado, compareceram as testemunhas que vão ser inqueridas. Como abaixo se vê: Eu Ildefonso Machado. Escrivão a escrever.

1ª Testemunha

Amadeu Domingues, com vinte e cinco anos de idade, solteiro, carroceiro, natural e residente nesta cidade, não sabe ler e nem escrever tendo portado a promessa legal disse: Que hontem indo visitar o seu vizinho Erico Neumam pelas nove horas, encontrou o mesmo muito triste, chorando, se queixando da vida; que o dito Neumam pediu ao depoente para ir até a casa de ... Schultz chamar o seu cunhado Germano Gluck com quem queria falar, que atendendo ao pedido não encontrou o dito cunhado e regressando a casa com Edgard Schultz encontrou Neumam dentro da casa caído envenenado, agonizando, que Edgard Schultz - disse ao depoente Que estava desconfiado com Erico que podia fazer uma asneira visto o mesmo andar prometendo viagar digo viajar; que a vítima era motivo de uma e este queria que ele mudasse de religião, isto, de protestante para católico, que sabia também que a vitima sofria muito do estomago e sempre prometia curar-se de um dia para outro; que Erico suicidou ingerindo Cianureto de Potassio. E por nada mais saber, nem lhe ser perguntado, mandou o Delegado encerrar o seu depoimento que foi lido e achado conforme vai assinado pela autoridade assinando depoente por não saber ler nem escrever. Senhor João Luis de Azambuja e Sousa: o que dou fé. Eu Ildefonso Machado, Escrivão a escrever:

Ricardo Elhke

João L de Azambuja e Souza

2ª Testemunha

Edgard Schutz com vinte e oito anos de idade, solteiro, empregado no Comercio, natural e residente nesta Cidade, sabe ler e escrever. Tendo portado a promessa legal disse: Que na tarde do suicidio corrente Erico Neumam passou na casa de Negocio do irmão do depoente, aparentando muito alegre tomando cerveja com outras pessoas inclusive o depoente e insistindo que todos bebessem acrescentando que ia viajar; que a mesma hora do dia sete o mesmo Erico se despediu e disse (dizendo) que ia viajar; o

depoente ficou desconfiado e foi a casa do mesmo e lá o encontrou queimando uns papeis, presenteando ao depoente com um canivete, mostrando-lhe seu terno de roupa e que iria vesti-lo durante o dia; que essa desconfiança nasceu porque Erico fez uma lista das pessoas que tinham roupas que foram lavadas e tingidas; que o depoente deu muito conselho ao Erico citando o caso do irmão que também suicidou se; que a vitima alegava que sua noiva e o pai queriam “faze lo” mudar de religião para o casamento fosse efetuado na região - religião católica e assim mais aborrecido porque ele Erico professava a protestante; que logo o depoente foi para sua casa deixando Erico em casa; que seriam nove horas da manhã quando Amadeu Domingues foi a casa do do irmão do depoente a mando de Erico a procura do próprio cunhado Germano Gluck, acrescentando que o mesmo achava-se chorando; que o depoente ao que ouviu mais se acentuou a desconfiança. O depoente se dirigiu junto com Amadeu a casa de Erico onde o encontrou envenenado agonizando; que a vitima ainda pronunciou algumas palavras dizendo não ter nada debaixo de prantos e limpando a boca com a manga do paletol; que o depoente atribuiu o motivo do suicidio , por causa do seu casamento e ademais Erico vestiu-se de noivo, tendo no dedo à aliança; que Erico defendia sua noiva, todavia disia-se aborrecido em face da imposição do pai da mesma propondo lhe mudar de religião para que o casamento se realizasse na igreja católica; que a vitima era branco, tintureiro, solteiro, brasileiro, tendo o fato ocorrido na manhã, nove e meia e dez horas, em frente a igreja protestante. E por nada mais saber, nem lhe ser perguntado, deu se por findo o seu depoimento, foi lido e achado conforme assina caso o Delegado: do que dou fé: Eu Ildefonso Machado. Escrivão a escrever.

Ricardo Ehlke

Edgar...

CARTELA 7

Informações: entrevista de dona Helga – filha do fotógrafo Guilherme Glück – concedida ao MIS.

Fontes: MIS -PR *apud* LIMA, 2015, p. 302-303.

[...] eu me lembro que uma noite, eu ainda dormia no quarto de meus pais e uma noite nós sentimos um cheiro de tinta, aí que cheiro forte [...] e aquele cheiro forte, eu digo então o que é que é... a gente adormeceu e passou de madrugada... o papai voltou do clube, foi lá pros fundos e nós só ficamos escutando aquele movimento. O que é que o papai está fazendo lá nos fundos? Em vez de dormir mas, quando ele voltou do clube ele viu que tinham pichado toda a parede da nossa casa, letras desse tamanho, da largura do pincel, com piche por isso que nós sentimos o cheiro, certo? Então umas palavras difíceis até, certo? Não tenho na memória. Eu sei que papai foi lá com gasolina e quis tirar aquilo porque estava fresco, certo, mas antes disso...ele percorreu todas as casas dos alemães mais conhecidos, ele percorreu e já estava tudo pichado... mas a nossa tinha sido a última, porque no dia seguinte era domingo e daí todo povo que passava na frente ia ver aquilo né? [...] na manhã seguinte ele pegou o aparelho fotográfico e foi pô, pô, pô nas outras casas, principalmente de um açougueiro que era bem alemão aquele era de origem e ali eles tinham escrito: “alemão porco, (...) e esse alemão fez questão de tirar essas fotos, então papai foi depois que papai tirou essas fotografias, nós saímos da cidade (...) e só voltamos à noite. Estas fotos deram problema, problema porque anos mais tarde veio o delegado para lá e esse delegado quis exigir essas fotos, esses negativos e o papai disse: “é do meu acervo e eu não entrego.” Teimoso ele era e ali deu encrenca, chegou a tal ponto a briga que eles quiseram deportar papai para Fernando de Noronha, naquela época. Então deu uma encrenca tremenda, aí um que era promotor, o Doutro Bley ele era promotor, esse que conseguiu amainar e tirou papai da delegacia... e graças a essa pessoa ele não foi deportado...

Caro aluno,

observe os fragmentos da entrevista e o contexto do Estado Novo de Vargas. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 8

Descrição: memórias descritas no livro “Memórias de um guri”, no qual o autor expõe suas nuances da Lapa em tempos da Segunda Guerra Mundial. Neste trecho, o autor expõe seu pai e um amigo como responsáveis pelas pichações nas residências dos moradores com descendência alemã.

Fonte: BORGES, 2003, p. 76-77.

Vivíamos na Lapa a efervescência da guerra. Como se sabe, meu pai militar cioso de seus deveres, nacionalista extremado e que havia lutado em duas revoluções [1930 e 1932], vivia a emoção da porfia [...].

Numa noite vi o meu pai e o Ayrton cochichando pelos cantos e fiquei intrigado. E fiquei mais ainda quando percebi os dois com balde e pincel nas mãos.

No dia seguinte entendi tudo. Na Praça General Carneiro estava situado o estúdio do fotógrafo Glück. Com esse sobrenome não poderia escapar a uma discriminação.

Na parede de seu estúdio, em letras garrafais, a piche, havia escrito: HITLER MAGAREFE.

Por inúmeros anos dava para se ver sutilmente, embora já com muitas camadas de tinta, a inscrição de protesto.

[...] Quem sabe até o Comandante fosse conivente indiretamente pois só havia piche no quartel.

Caro aluno,

observe os trechos registrados no fragmento deste livro memorialístico, o contexto do Estado Novo de Vargas e seus elementos. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 9

Informações: intervenção ocorrida em 22 de maio de 1938. Antes disso, o Clube pertencia à comunidade alemã do município. Quem estava na diretoria era o fotógrafo Guilherme Glück.

Fonte: CLUBE SETE DE SETEMBRO. Atas de reunião de diretoria, 1938 *apud* LIMA, 2015.

Ata da reunião do Clube Teuto Brasileiro para sua reorganização adaptável ao regime e as leis brasileiras.

Aos vinte e dois dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e oito, no salão de honra do clube, aonde se achavam presentes os senhores Major Manoel Caldas Braga, Comandante do III Batalhão do 13º R.I. , Capitão Christovan Vieira da Costa, Primeiro Tenente Médico Dr. Brasílio Vicente de Castro e o Snr. Deodato Ribas Saboia, representando o Sr. Honestalio Alves Guimaraes. Prefeito Municipal, e grande número de sócios; foi as quatorze horas, aberto a pessoas; pelo Snr. Guilherme Glück, explicando os fins da sessão e convidando para presidir os trabalhos do Snr. Manoel Caldas Braga para secretário o Snr. Deodato Ribas Saboia, ficando resolvido por unanimidade que o Clube de hora em diante denominara-se “Clube Recreativo Sete de Setembro”.

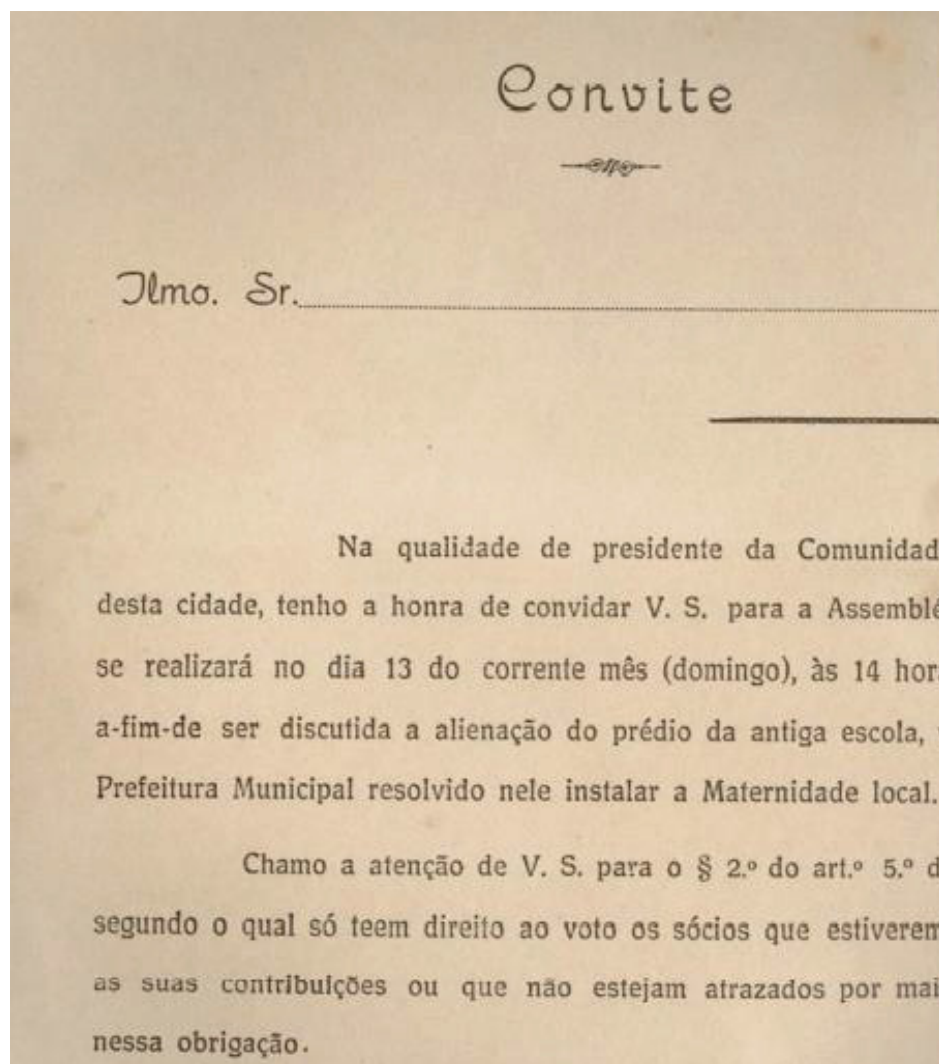
[...] A sociedade adotará a Bandeira Nacional [Brasileira] e o idioma também brasileiro, o referido clube e destinado a fins recreativos, organizar bibliotecas com obras genuinamente brasileiras, danças, passeio, etc.; etc. Pelo Senhor Major Caldas Braga, foi feito uma bela preleção sobre a nacionalização das sociedades declarando finalmente que o Brasil é dos brasileiros, o que foi saudado por uma salva de palmas.

Caro aluno,
observe o documento, seu período, contexto e principais elementos. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 10

Informações: fragmento de convite⁵³ enviado aos associados da Comunidade Luterana da Lapa para uma assembleia que discutiria sobre a ação do poder público municipal em desapropriar o prédio da escola de língua alemã.

Fonte: Coleção Guilherme Glück – MISPR *apud* LIMA, 2015, p. 179.



TRANSCRIÇÃO:

Convite

Sr.....

Na qualidade de presidente da Comunidade Evangélica desta cidade tenho a honra de convidar V.S. para a assembleia Geral que se realizará no dia 13 do corrente mês (domingo), às 14 horas, na igreja, a-fim-de ser discutida a alienação do prédio da antiga escola, visto haver a Prefeitura Municipal resolvido nele instalar a maternidade local.

Chamo a atenção de V. S. para o &2º do art.5º dos Estatutos, segundo o qual só tem direito ao voto os sócios que estiverem em dia com as suas contribuições ou que não

⁵³ No acervo do fotógrafo, havia apenas esse fragmento do convite. Não tendo um exemplar de sua totalidade. Porém, não comprometeu análise do conteúdo.

estejam atrasados por mais de um ano nessa obrigação. Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. S. protestos de estima e apreço.

Caro aluno,
observe o documento, seu período, contexto e principais elementos. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 11

Informações: construção da Maternidade da Lapa, década de 1950. Aos fundos, ainda conseguimos ver o prédio mais antigo, que era a Escola de língua alemã.

Fonte: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR *apud* Lima, 2015, p. 182.



Caro aluno,
observe a fotografia e seus elementos. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

CARTELA 12

Informações: Dona Irene viveu em Lapa-PR até seus 13 anos de idade (1948). É filha de Willi Walter Brykcy e Alice Plautz Brykcy, ambos com descendência germânica. A entrevista foi concedida a Amanda Janz Stica no dia 02 de novembro de 2021. Na época, Irene tinha 86 anos. Conforme relatou em entrevista, morava em uma chácara no “Baixo da Lapa” – poucas quadras para baixo do Panteon dos Heroes -. Em 2018 veio com a família visitar a Lapa (pois hoje mora no interior de São Paulo) e disse que achou tudo muito diferente. Único local que ela reconheceu e achou que não teve muitas mudanças, foi a “praça que tem a Igreja Católica” – atual Praça General Carneiro-.

Fonte: JANKO, 2021.

Não frequentei essa escola [Escola Alemã]. Tinha que pagar e éramos em três irmãos e então eu frequentava a escola do Estado [...] única lembrança que tenho disso na escola [possíveis perseguições], é que vez ou outra ia o padre falar no microfone e dizia que os luteranos iam para o inferno. Eu morria de medo e vivia pedindo para os meus pais para ser católica, só para não ir para o inferno!

[...] Lá [antiga escola Dr. Manoel Pedro], eu lembro que quando comecei a estudar, eu só falava alemão, pois minha mãe também só falava o alemão e foi o que me ensinou. Aí choveu e eu estava chorando por causa da minha irmã e ninguém conseguia me entender e eu chorava por causa que eu achava que ela estava na chuva e que não ia me buscar. Aí tinha uma professora que falava o alemão e veio conversar comigo e me deixou mais calma.

[...] minha irmã que se chamava Ruth e... Ela estava louca para segurar a bandeira, mas como a diretora era muito brava, falou que ela não podia por ter descendência de alemães e que tinha de ser uma brasileira.

Lacraram [rádio], os militares, né?! Entraram na nossa casa e lacraram e meu pai não podia ouvir nada. [...] o pai ouvia rádio em alemão. Era mais fácil pra ele.

[...] Chegavam a se arrastar perto de nossas casas e... pra escutar, ouvir se alguém estava falando em alemão, porque estava proibido, né?!

Caro aluno,
observe os fragmentos da entrevista e o contexto do Estado Novo de Vargas. Levante suas questões e hipóteses a respeito. Depois troque de fontes com os demais colegas e realize suas considerações sobre a investigação.

APÊNDICE 2 – MATERIAL DE APOIO PARA O PROFESSOR.

Caro professor (a),

Este material contém fontes históricas em forma de cartão/livreto relacionadas a campanha de nacionalização de Vargas em Lapa-PR entre os anos 1937-1945, acompanhado de questões que poderá utilizar com seus alunos, após a análise das fontes.

Todas as caixas contêm as mesmas informações. Caso seja uma turma grande, sugerimos que forme pequenos grupos e que eles revezem o material.

Aos alunos, caberá o protagonismo de questionar as fontes, levantar hipóteses e investigar os objetos de estudo. Direcione eles a fazer anotações, para que depois possam compartilhar suas análises com a turma.

Ao colega professor(a) caberá a responsabilidade de intermediar essa discussão e a condução dos questionamentos. Para isso, apresentamos, logo abaixo, algumas informações sobre as fontes e o seu contexto histórico. Também apontamos algumas sugestões de perguntas que poderão ou não ser empregadas com os alunos.

Tal material poderá ser utilizado tanto com as turmas de 9º ano, como da 3ª série do ensino médio e compreende, sobretudo, a habilidade EF09HI02⁵⁴ presente na Base Nacional Comum Curricular.

Após o professor(a) trabalhar, como o de costume, sobre a Era Vargas e o início do Estado Novo, explicar as contradições sobre este período no que diz respeito ao trabalhismo, propagandas e censuras, poderá também abordar sobre a Campanha de Nacionalização Varguista e sua intensificação no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Seguindo o que os parâmetros curriculares defendem, pontuamos que, nas práticas docentes, é cada vez mais importante valorizar a História local e aproximar o conteúdo do cotidiano do aluno. Dessa forma, ao trabalhar a campanha de nacionalização varguista, o foco será os acontecimentos em Lapa-PR. Para isso, seguem algumas informações. Boa leitura!

As perseguições étnicas do Estado Novo no interior do Paraná: os alemães da Lapa

⁵⁴ Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954. (BRASIL, 2018, p. 429).

A Campanha de Nacionalização elaborada durante o Estado Novo do primeiro governo de Getúlio Vargas, tinha como objetivo a difusão de uma versão acerca da identidade nacional⁵⁵ brasileira. Para isso, empenhou-se em forjar a chamada “brasileidade” e, visando despertar tal sentimento, comprometeu-se em promover o enaltecimento de símbolos nacionais por meio dos veículos de comunicação, eventos cívico-militares, cartilhas escolares e de produções culturais. Além disso, promoveu a nacionalização forçada de vários grupos étnicos que ajudam a compor a genealogia brasileira.

Podemos observar que o município de Lapa-PR não ficou de fora desse contexto. Os eventos cívico-militares marcaram presença, assim como o enaltecimento da história local como processo fundamental para a “consolidação da República”.

DESFILE CÍVICO MILITAR EM LAPA-PR



Fonte: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR *apud* LIMA, 2015, p. 109.

⁵⁵ Vargas não foi o precursor disso, mas foi durante o seu Estado Novo (1937-45) que a ideia de unidade nacional e valorização dos símbolos e história nacional ganharam força.

Descrição da imagem: inauguração da estátua em homenagem a General Carneiro, na Praça Coronel Correia –atual Praça General Carneiro–. Na fotografia conseguimos perceber alguns elementos valiosos para a sociedade da época: Igreja Católica, o Exército, o herói nacional coberto com a bandeira do Brasil e o povo.

Sugestão de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal da fotografia;
2. elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto fonte histórica;
5. contexto em que foi produzida;
6. Estabelecer uma relação com as outras fontes analisadas.

DESFILÉ CÍVICO MILITAR EM LAPA-PR



Fonte: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR *apud* LIMA, 2015, p. 111.

Descrição da imagem: evento cívico-militar na praça. Destaque para a Igreja, a estátua em homenagem a General Carneiro, o povo e militares.

Sugestão de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal da fotografia;
2. elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto fonte histórica;
5. contexto em que foi produzida;
6. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

As fotografias de Guilherme Glück são fontes riquíssimas e que contribuem para as diversas análises da Lapa e sua dinâmica social entre as décadas de 1930 e 1940.

Percebemos que a valorização do sentimento patriótico foi bastante trabalhada no município. A Lapa foi cenário de um importante conflito nacional – a Revolução Federalista (1893-1895) – o qual desperta até os dias de hoje um forte sentimento de identidade e memória coletiva na população, como aqueles que “salvaram a República” e contribuíram para a permanência da “unidade nacional”⁵⁶. O fim da década de 1920 e a década de 1940 foram importantes na construção dessa memória. Em 1928 foi inaugurado um monumento na praça central da cidade, em homenagem a Antônio Ernesto Gomes Carneiro, considerado um herói da Revolução Federalista. Contudo, foi em 1944 – justamente o ano em que vários jovens lapianos partiram em direção a Itália para combater na Segunda Guerra Mundial– que aconteceram as comemorações dos cinquenta anos do Cerco da Lapa.

Conforme Ginzburg (1989) um pesquisador só constrói sua pesquisa por meio dos indícios e a análise que faz deles. Assim, interpretamos que esses eventos do Cinquentenário foram de grande contribuição para as propostas daquele momento, pois reforçavam a valorização da unidade nacional, dos valores da pátria e seus “heróis” que combateram por ela no Cerco da Lapa, assim como, naquele momento, outros jovens lapianos seguiam para a Itália para representar o Brasil.

⁵⁶ David Carneiro era um grande entusiasta dessas ideias e suas obras contribuíram para propaga-las. Pelas nuances da historiografia tradicional, o exército dos rebeldes (conhecidos como maragatos) era composto por separatistas e monarquistas, que ameaçavam a unidade nacional e também a recém implementada República.

Nas festividades foi também inaugurado o Panteon dos Heroes. As forças intelectuais e políticas da época e, aliadas ao governo, souberam utilizar de um passado regional de glórias – conforme as nuances da historiografia tradicional -, para as necessidades daquele presente momento.

Por meio de discursos de datas comemorativas e em enaltecimento da pátria, também percebemos forte ligação dos correligionários de Vargas a serviço das ideias da época – reforçar o sentimento nacionalista -. O discurso do prefeito lapiano demonstra o compromisso deste com o projeto político do Estado Novo, no qual a História vinha sendo utilizada como fator integrante e definidor da nacionalidade. Festividades cívicas, feriados nacionais e desfiles escolares contribuíam com o despertar da brasilidade.

DISCURSO EM COMEMORAÇÃO AO 7 DE SETEMBRO.

Brasileiros:

Comemoramos, neste dia glorioso, a data máxima da nossa Independência Política.

Há cento e vinte anos, neste dia, repetem-se as manifestações de jubilo nacional, desfilam os corpos do Exército, e a juventude, nos seus uniformes escolares, participa das festas de civismo, com que honramos os heróis do passado, os fundadores da Pátria – na continuidade da nossa vida de povo livre, laborioso e pacífico – nos longos anos em que vimos construindo uma nação, forjando a raça, preparando a magnificência de um futuro – sob a égide do auri-verde pendão estrelado, sob lema protetor da “ORDEM E PROGRESSO”.

Brasileiros:

É este sete de setembro – diferente dos anos anteriores.

Há alguns dias, apenas, recebendo na face a bofetada covarde da agressão nazista, - o Brasil levantou-se em pé de guerra, - e hoje – sobranceiro e digno, orgulhoso e heroico, - enfrenta seus inimigos, enfrenta os inimigos da liberdade, enfrenta os inimigos do Mundo [...]

Neste sete de setembro o Brasil está em guerra. E isto vale dizer que hoje não comemoramos tão só a nossa independência – mas também reafirmamos a nossa liberdade, o nosso direito de viver – e que por essa liberdade e por esse Brasil – que é nosso e apenas nosso – daremos nosso corpo, entregaremos nossa vida, faremos todos os sacrifícios – para que os nossos filhos e os nossos netos e todas as gerações que vierem – neste dia nacional, nesta data gloriosa, neste imortal sete de setembro, - possam, com orgulho e com fé nos destinos do Brasil – incluir o nosso nome na pedra legendária que relembre e memore e recorde os heróis do passado, - e dizer com honra e com saudades:

- Eles souberam defender a Pátria!...

Brasileiros:

A tão magnífico destino, a tão alta glória, e a tal imortalidade, - nenhum de nós pudera se escusar.

Somos soldados do Brasil! e ele dispõe de todos nós.

Juremos defendê-lo, levando a nossa bandeira à vitória final, da nossa causa!...

Na certeza dessa vitória, na posição de sentido, olhos postos no pavilhão nacional, irmãos dos mesmos ideais, soldados da mesma Pátria, clamemos todos juntos:

Viva o Brasil!... (O DIA, 1942, p.1).

Descrição do documento: discurso proferido pelo então prefeito da Lapa-PR, Peregrino Dias. Nota-se um discurso nacionalista e de enaltecimento do passado.

Sugestão de observações a pedir para os alunos:

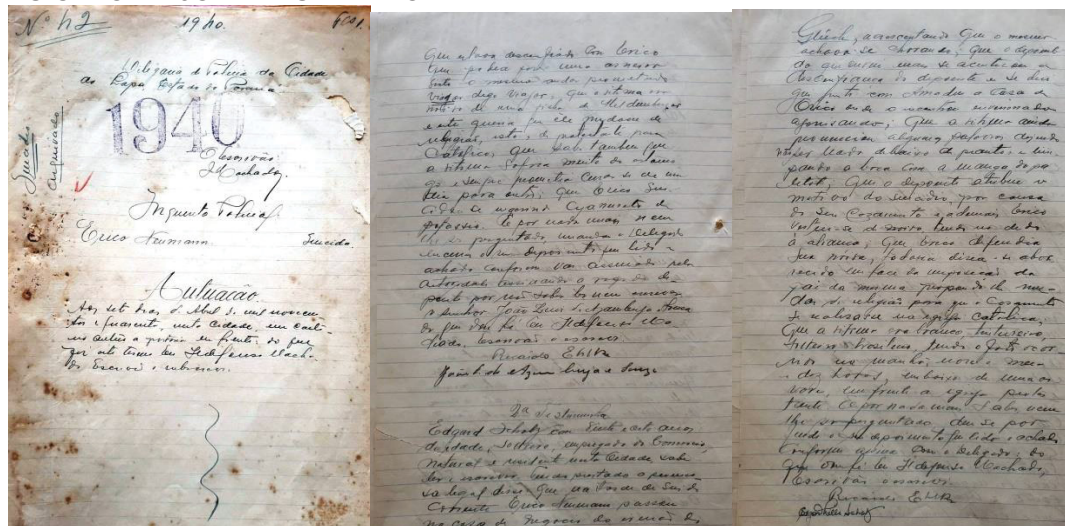
1. Tema principal do conteúdo;
2. elementos de valorização nacional que compõem o discurso;
3. Finalidade do discurso;
4. Importância enquanto fonte histórica;
5. contexto em que foi produzido;
6. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

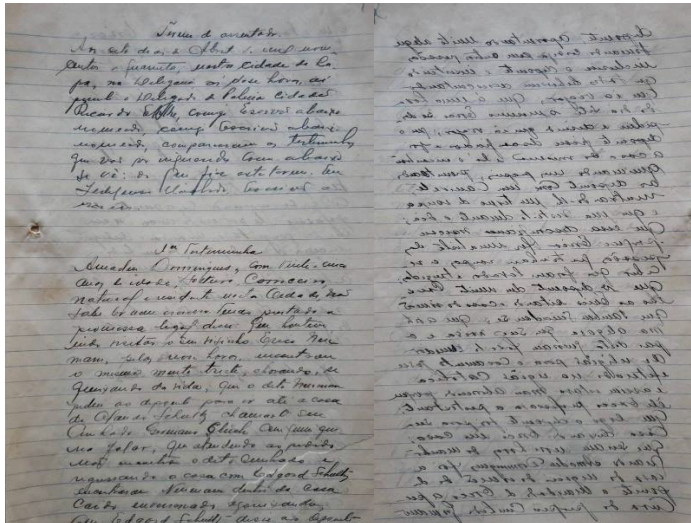
Se por um lado a Campanha de Nacionalização Varguista valorizava os elementos nacionais, por outro, queria minimizar as comunidades imigrantes e forçá-los à integração. Desde o início de seu Estado Novo, Vargas instituiu decretos com essa finalidade, entretanto, foi depois do torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial -1942-, que o cotidiano dos imigrantes dos países do Eixo – italianos, japoneses e alemães – tornou-se cada vez mais restrito em todo território brasileiro.

A Lapa, assim como cumpriu com as celebrações de cunho patriótico, não ficou de fora desse episódio tão marcante e traumático para os imigrantes e seus descendentes. No município, os alemães foram os que mais sofreram das perseguições, pois eram também aqueles que possuíam uma intensa vida comunitária: tinham o Clube teuto e uma escola de língua alemã, por exemplo. Havia também aqueles de segmento protestante, os quais fundaram a Igreja Luterana do município.

Sendo o catolicismo tão forte na Lapa, a religião também passou a ser um elemento de diferenciação e preconceito, como podemos analisar nesse processo criminal da década de 1940 e sua transcrição:

SUICÍDIO DE JOVEM LUTERANO:





FONTE: ACERVO CASA DA MEMÓRIA, LAPA -PR, PASTA 1935-1942.

Descrição: processo criminal do suicídio de um rapaz luterano em Lapa-PR no ano de 1940.

Termo de assentado

Aos oito dias de abril de mil novecentos e quarenta, nesta cidade da Lapa, na delegacia às dose hora, aí presente o Delegado de Policia cidadão Ricardo Ehlke, comigo escrivão abaixo nomeado, comigo escrivão abaixo nomeado, compareceram as testemunhas que vão ser inqueridas. Como abaixo se vê: Eu Ildefonso Machado. Escrivão a escrever.

1ª Testemunha

Amadeu Domingues, com vinte e cinco anos de idade, solteiro, carroceiro, natural e residente nesta cidade, não sabe ler e nem escrever tendo portado a promessa legal disse: Que hontem indo visitar o seu vizinho Erico Neumam pelas nove horas, encontrou o mesmo muito triste, chorando, se queixando da vida; que o dito Neumam pediu ao depoente para ir até a casa de ... Schultz chamar o seu cunhado Germano Gluck com quem queria falar, que atendendo ao pedido não encontrou o dito cunhado e regressando a casa com Edgard Schultz encontrou Neumam dentro da casa caído envenenado, agonizando, que Edgard Schultz - disse ao depoente Que estava desconfiado com Erico que podia fazer uma asneira visto o mesmo andar prometendo viagar digo viajar; que a vítima era motivo de uma e este queria que ele mudasse de religião, isto, de protestante para católico, que sabia também que a vitima sofria muito do estomago e sempre prometia curar-se de um dia para outro; que Erico suicidou ingerindo Cianureto de Potassio. E por nada mais saber, nem lhe ser perguntado, mandou o Delegado encerrar o seu depoimento que foi lido e achado conforme vai assinado pela autoridade assinando depoente por não saber ler nem escrever. Senhor João Luis de Azambuja e Sousa: o que dou fé. Eu

Ildefonso Machado, Escrivão a escrever:

Ricardo Elhke

João L de Azambuja e Souza

2ª Testemunha

Edgard Schutz com vinte e oito anos de idade, solteiro, empregado no Comercio, natural e residente nesta Cidade, sabe ler e escrever. Tendo portado a promessa legal disse: Que na tarde do suicidio corrente Erico Neumam passou na casa de Negocio do irmão do depoente, aparentando muito alegre tomando cerveja com outras pessoas inclusive o depoente e insistindo que todos bebessem acrescentando que ia viajar; que a mesma hora do dia sete o mesmo Erico se despediu e disse (dizendo) que ia viajar; o depoente ficou desconfiado e foi a casa do mesmo e lá o encontrou queimando uns papeis, presenteando ao depoente com um canivete, mostrando-lhe seu terno de roupa e que iria vesti-lo durante o dia; que essa desconfiança nasceu porque Erico fez uma lista das pessoas que tinham roupas que foram lavadas e tingidas; que o depoente deu muito conselho ao Erico citando o caso do irmão que também suicidou se; que a vitima alegava que sua noiva e o pai queriam “faze lo” mudar de religião para o

casamento fosse efetuado na região - religião católica e assim mais aborrecido porque ele Erico professava a protestante; que logo o depoente foi para sua casa deixando Erico em casa; que seriam nove horas da manhã quando Amadeu Domingues foi a casa do do irmão do depoente a mando de Erico a procura do próprio cunhado Germano Gluck, acrescentando que o mesmo achava-se chorando; que o depoente ao que ouviu mais se acentuou a desconfiança. O depoente se dirigiu junto com Amadeu a casa de Erico onde o encontrou envenenado agonizando; que a vítima ainda pronunciou algumas palavras dizendo não ter nada debaixo de prantos e limpando a boca com a manga do paletol; que o depoente atribuiu o motivo do suicídio, por causa do seu casamento e ademais Erico vestiu-se de noivo, tendo no dedo à aliança; que Erico defendia sua noiva, todavia disia-se aborrecido em face da imposição do pai da mesma propondo-lhe mudar de religião para que o casamento se realizasse na igreja católica; que a vítima era branco, tintureiro, solteiro, brasileiro, tendo o fato ocorrido na manhã, nove e meia e dez horas, em frente a igreja protestante. E por nada mais saber, nem-lhe ser perguntado, deu-se por findo o seu depoimento, foi lido e achado conforme assina caso o Delegado: do que dou fé: Eu Ildefonso Machado. Escrivão a escrever.

Ricardo Ehlke

Edgar...

Sugestão de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal do conteúdo;
2. elementos que chamaram sua atenção;
3. Importância enquanto fonte histórica;
4. contexto em que foi produzido;
5. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

A Igreja Luterana era “a dos alemães” e, conforme relatos vista com muito preconceito e inferioridade por parte dos luso-lapianos.

Não frequentei essa escola [Escola Alemã]. Tinha que pagar e éramos em três irmãos e então eu frequentava a escola do Estado [...] única lembrança que tenho disso na escola [possíveis perseguições], é que vez ou outra ia o padre falar no microfone e dizia que os luteranos iam para o inferno. Eu morria de medo e vivia pedindo para os meus pais para ser católica, só para não ir para o inferno! (JANKO, 2021).

Era dia oito de maio de 1945. Tinha nove anos.

Estávamos morando agora num casarão ao lado da Igreja Luterana da Lapa.

Sabíamos que aquela igreja era frequentada por boa parte de alemães e descendentes.

Comentava-se na cidade que, se Alemanha ganhasse a guerra eles seriam nossos “patrões”. Era natural que isso mexesse com nós.

Como a guerra estava prestes a ser vencida pelos aliados aguardávamos a notícia da vitória que poderia surgir a qualquer hora.

O rádio ficava constantemente ligado aguardando as notícias transmitidas em “edição extraordinária” pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro pelo seu noticioso Repórter Esso”. Era o final da tarde. Eis que de repente, soa a música característica do noticioso. Todos nós ficamos atentos...

Heron Domingues na sua voz inconfundível anunciou:

- “O Repórter Esso informa em edição extraordinária”:

Puxou o fôlego e começou a gritar:

- Terminou a guerra, terminou a guerra, terminou a guerra!

Uníssonos gritamos vivas bem alto e sem nada combinado previamente saímos e debelatória carreira rumo à igreja luterana, “a dos alemães”.

Não sei como entramos. Só me lembro que subimos celeremente as escadas ate atingir a torre onde estava o sino... E aí então nos dependuramos na sua corda badalando-o exaustivamente sendo acompanhados pelo foguetório que espocou a cidade. (BORGES, 2003, p. 81- 82).

Sugestão de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal do conteúdo;
2. elementos da campanha de nacionalização que compõem os relatos;
3. Importância enquanto fonte histórica;
4. contexto em que foi produzido;
5. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

Com a ascensão do Nazismo e o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo após a entrada do Brasil neste conflito, a convivência com os luso-brasileiros passou a ser cada vez mais difícil, eram apelidados e associados ao nazismo alemão, foram vítimas de atos vandalistas em suas casas, além de também sofrerem de perseguições feitas pelo Estado, com vistorias nas residências e desapropriações.

RESIDÊNCIA DOS WEISS



Fonte: WEISS, 1999, p. 26.

Descrição da imagem: Residência e açougue da família Weiss, localizada na Rua Barão do Rio Branco. O registro fotográfico evidencia a pichação de suásticas nas paredes da casa, além do escrito “alemão porco”. Ao que tudo indica, o autor do registro foi o fotógrafo Guilherme Glück, o qual também teve sua residência pichada.

Sugestões de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal da fotografia;
2. elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto fonte histórica;
5. contexto em que foi produzida;
6. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

ENTREVISTA COM HELGA GLÜCK

[...] eu me lembro que uma noite, eu ainda dormia no quarto de meus pais e uma noite nós sentimos um cheiro de tinta, aí que cheiro forte [...] e aquele cheiro forte, eu digo então o que é que é... a gente adormeceu e passou de madrugada... o papai voltou do clube, foi lá pros fundos e nós só ficamos escutando aquele movimento. O que é que o papai está fazendo lá nos fundos? Em vez de dormir mas, quando ele voltou do clube ele viu que tinham pichado toda a parede da nossa casa, letras desse tamanho, da largura do pincel, com piche por isso que nós sentimos o cheiro, certo? Então umas palavras difícilímas até, certo? Não tenho na memória. Eu sei que papai foi lá com gasolina e quis tirar aquilo porque estava fresco, certo, mas antes disso...ele percorreu todas as casas dos alemães mais conhecidos, ele percorreu e já estava tudo pichado... mas a nossa tinha sido a última, porque no dia seguinte era domingo e daí todo povo que passava na frente ia ver aquilo né? [...] na manhã seguinte ele pegou o aparelho fotográfico e foi pô, pô, pô nas outras casas, principalmente de um açougueiro que era bem alemão aquele era de origem e ali eles tinham escrito: “alemão porco, (...) e esse alemão fez questão de tirar essas fotos, então papai foi depois que papai tirou essas fotografias, nós saímos da cidade (...) e só voltamos à noite. Estas fotos deram problema, problema porque anos mais tarde veio o delegado para lá e esse delegado quis exigir essas fotos, esses

negativos e o papai disse: “é do meu acervo e eu não entrego.” Teimoso ele era e ali deu encrenca, chegou a tal ponto a briga que eles quiseram deportar papai para Fernando de Noronha, naquela época. Então deu uma encrenca tremenda, aí um que era promotor, o Doutro Bley ele era promotor, esse que conseguiu amainar e tirou papai da delegacia... e graças a essa pessoa ele não foi deportado... (MIS -PR *apud* LIMA, 2015, p. 302-303).

Descrição: trecho da entrevista de Helga – filha do fotógrafo Guilherme Glück-concedida ao MIS. Aqui ela fala sobre o episódio das pichações e a tentativa do Estado em silenciar o ocorrido, quando soube da fotografia da casa dos Weiss.

Sugestões de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal do trecho da entrevista;
2. Finalidade;
3. Importância enquanto fonte histórica;
4. Assuntos revelados e contexto;
5. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas

TRECHO “MEMÓRIAS DE UM GURI”

Vivíamos na Lapa a efervescência da guerra. Como se sabe, meu pai militar cioso de seus deveres, nacionalista extremado e que havia lutado em duas revoluções [1930 e 1932], vivia a emoção da porfia [...].

Numa noite vi o meu pai e o Ayrton cochichando pelos cantos e fiquei intrigado. E fiquei mais ainda quando percebi os dois com balde e pincel nas mãos.

No dia seguinte entendi tudo. Na Praça General Carneiro estava situado o estúdio do fotógrafo Glück. Com esse sobrenome não poderia escapar a uma discriminação.

Na parede de seu estúdio, em letras garrafais, a piche, havia escrito: HITLER MAGAREFE⁵⁷.

⁵⁷ Foi utilizado no sentido figurado. Significa aquele que trabalha nos matadouros, no abate de animais. Açougueiro. Carniceiro. Uma alusão às atrocidades Nazistas na Segunda Guerra Mundial.

Por inúmeros anos dava para se ver sutilmente, embora já com muitas camadas de tinta, a inscrição de protesto.

[...] Quem sabe até o Comandante fosse conivente indiretamente pois só havia piche no quartel. (BORGES, 2003, p. 76-77).

Descrição: memórias descritas no livro “Memórias de um guri”, no qual o autor expõe suas nuances da Lapa em tempos da Segunda Guerra Mundial. Neste trecho, o autor expõe seu pai e um amigo como responsáveis pelas pichações nas residências dos moradores com descendência alemã.

Sugestões de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal;
2. Finalidade;
3. Importância enquanto fonte histórica;
4. Assuntos revelados e contexto;
5. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas

Além dos preconceitos e perseguições realizadas por parte da população luso-lapiana, o Estado, por meio de dispositivos legais e do aparato policial, também agiu em nome da nacionalidade e combatendo o elemento estrangeiro. Seguindo os decretos nacionais⁵⁸ as forças militares proibiram o uso das línguas vernáculas dos estrangeiros, invadiram suas casas para apreenderem objetos que os ligassem aos países de origem. Confiscaram e lacraram seus aparelhos de rádio e, em alguns casos, o Estado trabalhou também com a desapropriação de imóveis.

⁵⁸ Ver DECRETO-LEI Nº 383, DE 18 DE ABRIL DE 1938; DECRETO-LEI Nº 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939; DECRETO-LEI Nº 4.166, DE 11 DE MARÇO DE 1942.

RELATO DE DINORÁH AUBRIFIT

Lembro quando o sr. Walter Weiss foi para a guerra, éramos fregueses do açougue de seus pais. Estávamos no regime de Ditadura, governo do Sr. Getúlio Vargas. Hitler, o nazista era o terror dos aliados. Os alemães que aqui residiam apenas pela nacionalidade, foram perseguidos, picharam suas casas e os chamavam de quinta coluna.

Marcou muito minha infância quando os caminhões do Quartel invadiram e sitiaram a casa de seu Guilherme Kiefer, anexa à nossa. Viraram tudo, inclusive gavetas de roupas íntimas da dona da casa e sua filha. Encontraram livros escrito em alemão e nada mais. Qual brasileiro indo morar em outro país não levaria livros de sua terra? A dona da casa foi acometida de crise nervosa, sendo internada.

Envergonhados, venderam a casa e foram morar em Curitiba. Lembro dos Wolf, Weiss, Plautz, Glück e outros que sofreram vexames, mesmo assim continuaram morando na Lapa e contribuíram para seu progresso. (Gazeta da Lapa, 1998).

Descrição: Fragmento das lembranças sobre o período da Segunda Guerra Mundial na Lapa. Dona Dinoráh não fazia parte dos grupos perseguidos, mas revelou suas lembranças e indignação.

TRECHO “MEMÓRIAS DE UM GURI”

Escutava-se pela rádio e era comentada pelos militares a famosa “blitzkrieg” – do alemão: batida militar com grande aparato bélico – e era comumente chamada de blitz ou ataque relâmpago.

Na Rua Barão do Rio Branco morava um alemão chamado de Guilherme Kiffer, muito estimado pela comunidade. Pesava sobre ele a suspeita de ser “espião”...

Certo dia o Batalhão da Lapa resolveu aplicar uma “blitz” na casa dele. Logicamente o fator surpresa era exigido.

Viaturas, soldados armados, gritos de comando, atropelamentos... Tudo como nos filmes que vemos hoje.

A casa do Sr. Guilherme foi revistada com apuro. Todos os móveis e gavetas revirados... Nada foi encontrado, mas a família viveu momentos bastante tensos. (BORGES, 2003. p. 10).

Informações: memórias descritas no livro “Memórias de um guri”, no qual o autor expõe suas nuances da Lapa em tempos da Segunda Guerra Mundial.

TRECHO DA ENTREVISTA DE DONA IRENE JANKO

Não frequentei essa escola [Escola Alemã]. Tinha que pagar e éramos em três irmãos e então eu frequentava a escola do Estado [...] única lembrança que tenho disso na escola [possíveis perseguições], é que vez ou outra ia o padre falar no microfone e dizia que os luteranos iam para o inferno. Eu morria de medo e vivia pedindo para os meus pais para ser católica, só para não ir para o inferno!

[...] Lá [antiga escola Dr. Manoel Pedro], eu lembro que quando comecei a estudar, eu só falava alemão, pois minha mãe também só falava o alemão e foi o que me ensinou. Aí choveu e eu estava chorando por causa da minha irmã e ninguém conseguia me entender e eu chorava por causa que eu achava que ela estava na chuva e que não ia me buscar. Aí tinha uma professora que falava o alemão e veio conversar comigo e me deixou mais calma.

[...] minha irmã que se chamava Ruth e... Ela estava louca para segurar a bandeira, mas como a diretora era muito brava, falou que ela não podia por ter descendência de alemães e que tinha de ser uma brasileira.

Lacraram [rádio], os militares, né?! Entraram na nossa casa e lacraram e meu pai não podia ouvir nada. [...] o pai ouvia rádio em alemão. Era mais fácil pra ele.

[...] Chegavam a se arrastar perto de nossas casas e... pra escutar, ouvir se alguém estava falando em alemão, porque estava proibido, né?!

Informações: Dona Irene viveu em Lapa-PR até seus 13 anos de idade (1948). É filha de Willi Walter Brykcy e Alice Plautz Brykcy, ambos com descendência germânica. A entrevista foi concedida a Amanda Janz Stica no dia 02 de novembro de 2021. Na época, Irene tinha 86 anos. Conforme relatou em entrevista, morava em uma chácara no “Baixo da Lapa” – poucas quadras para baixo do Panteon dos Heroes -. Em 2018 veio com a família visitar a Lapa (pois hoje mora no interior de São Paulo) e disse que achou tudo muito diferente. Único local que ela reconheceu e achou que não teve muitas mudanças, foi a “praça que tem a Igreja Católica” – atual Praça General Carneiro-.

Fonte: JANKO, 2021.

Sugestões de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal dos relatos;
2. Relações com os decretos da campanha nacionalista;
3. Importância enquanto fonte histórica;
4. contexto em que os relatos estão inseridos;
5. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

Em todos os relatos supracitados, conseguimos observar memórias sobre esse episódio e como, de alguma forma, marcaram a vida dessas pessoas. Além dessas contribuições que revelam a atuação policial nas residências, contamos com outros vestígios, como a ficha que será apresentada a seguir:

FICHA CRIMINAL

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL			
FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL			
Nome	ALBERTO WEISS.-	Vulgo	
Data	15-12-1.943.-	Prontuario na Delegacia N.	
Pai		Mãe	
Idade		Data do Nascimento	Sexo
Nacionalidade	Alema.-	Natural de	
Estado Civil	Casado.-	Profissão	
Local do Trabalho		Ordenado	
Residencia atual	Lapa.-		
Residencias anteriores			
É sindicalizado		sindicatos e locais que costuma frequentar	
Nome e residencia dos conhecidos parentes:			
Notas Cromaticas:			
FI 40.506 14-12-43.- Transitou por esta seção de um of.194, da Delegacia de Polícia de Lapa, informando que, em cumprimento ao ofício nº 2.341 de 10 do corrente, desta DOPS, foi feita busca na residência do fichado, apreendendo uma fotografia de Hitler, livro de Integralista, traduzido para o alemão, um mapa da Alemanha, um aparelho de rádio receptor, marca Telefunken, e diversas jornais e revistas de propaganda nazista. (Vide of. arq. na pasta de Lapa.).- 15-12-43.- Com of.195, a Delegacia de Polícia de Lapa, encaminha a esta DOPS, o auto de apreensão. (Arquivados na pasta respectiva.).- E parte nº 748, arq. na pasta nº 1.822, fls.128.).-			

Fonte: (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943).

Descrição: Ficha criminal do sr. Alberto Weiss; nacionalidade alemã e residente em Lapa-PR.

Segue trecho de sua transcrição:

14-12-43. – Transitou por esta seção de um of. 194, da Delegacia de Polícia de Lapa, informando que, em cumprimento ao ofício nº 2.341 de 10 do corrente, desta DOPS, foi feita busca na residência do fichado, apreendendo uma fotografia de Hitler, livro de Integralista, traduzido para o alemão, um mapa da Alemanha, um aparelho de rádio receptor, marca Telefunken, e diversos jornais e revistas de propaganda nazista. (Vide of. arq. na pasta da Lapa.)- (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943).

Sugestões de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal da ficha criminal;
2. elementos que compõem o documento;
3. Relações com os decretos da campanha nacionalista;
4. Importância enquanto fonte histórica;
5. contexto em que foi produzida;
6. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

Por meio dessas fontes, conseguimos observar que a atuação da polícia - em nome da campanha de nacionalização – foi intensa no município e abalou o cotidiano da população teuta e sua convivência com a população luso.

Além das práticas de vistoria nas residências alemãs, a política estadonovista atuou também na desapropriação de bens dessa comunidade. Em 1942, por meio do decreto-lei nº 4166 os bens dos imigrantes ficaram à disposição do Estado, como forma de indenização por atos de agressão de bens e vidas de brasileiros após o episódio do afundamento de navios. (BRASIL, decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942).

Imóveis que hoje são tão conhecidos e frequentados pelos lapianos – como os atuais Clube Sete de Setembro e a Maternidade Municipal -, pertenciam aos alemães e seguindo os decretos da época, lhes foram tomados.

ATA DE INTERVENÇÃO DO ANTIGO CLUBE TEUTO BRASILEIRO.

Ata da reunião do Clube Teuto Brasileiro para sua reorganização adaptável ao regime e as leis brasileiras.

Aos vinte e dois dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e oito, no salão de honra do clube, aonde se achavam presentes os senhores Major Manoel Caldas Braga, Comandante do III Batalhão do 13º R.I. , Capitão Christovan Vieira da Costa, Primeiro Tenente Médico Dr. Brasílio Vicente de Castro e o Snr. Deodato Ribas Saboia, representando o Sr. Honestalio Alves Guimaraes. Prefeito Municipal, e grande número de sócios; foi as quatorze horas, aberto a pessoas; pelo Snr. Guilherme Glück, explicando os fins da sessão e convidando para presidir os trabalhos do Snr. Manoel Caldas Braga para secretário o Snr. Deodato Ribas Saboia, ficando resolvido por unanimidade que o Clube de hora em diante denominara-se “Clube Recreativo Sete de Setembro”.

[...] A sociedade adotará a Bandeira Nacional [Brasileira] e o idioma também brasileiro, o referido clube é destinado a fins recreativos, organizar bibliotecas com obras genuinamente brasileiras, danças, passeio, etc.; etc. Pelo Senhor Major Caldas Braga, foi feita uma bela preleção sobre a nacionalização das sociedades declarando finalmente que o Brasil é dos brasileiros, o que foi saudado por uma salva de palmas. (CLUBE SETE DE SETEMBRO. Atas de reunião de diretoria, 1938 *apud* LIMA, 2015).

O antigo Clube Teuto que existia na Lapa, teve que mudar o seu nome e também todos os seus dirigentes. Nota-se que a escolha do novo nome “Clube Sete de Setembro” já é carregada de valor simbólico e nacionalista.

A escola de língua alemã também teve seu terreno e prédio entregues para a prefeitura construir a maternidade municipal, a qual foi inaugurada em 1964.

CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: - Consta de um terreno situado nesta cidade à Rua Marechal Floriano Peixoto, contendo um prédio em construção, edificada em frente à antiga casa existente no mesmo terreno, edificações essas apropriadas para estabelecimento hospitalar, havido dito prédio por construção própria da transmitente e a casa antiga e o respectivo terreno por compra feita à Comunidade Evangélica Alemã da Lapa [...]

ADQUIRENTE: legião brasileira de assistência, sociedade civil de intuítos não econômicos, com sede e foro no Distrito Federal e âmbito de ação em todo o território nacional. –

TRANSMITENTE: - Associação de Amparo a Maternidade e a Infância, sociedade civil com sede nesta cidade, devidamente representada por sua

Presidente, D^a. Yolanda Suplicy Carrano, especialmente delegada para a transmissão pela Assembléia Geral da entidade, realizada em data de 27 de junho de 1961.

TÍTULO DE TRANSMISSÃO:- Doação “inter vivos”.- (COMARCA DA LAPA, registro do imóvel, 2022).

No trecho da certidão de propriedade supracitado, podemos perceber uma tentativa de “apagamento da história” quando usam do termo “doação” para algo que era tão importante para a comunidade alemã e para a preservação de sua cultura, como a escola. Tal espaço foi adquirido pelo Estado por meio das políticas nacionalistas de Vargas. Percebemos divergências no que foi descrito neste documento, para alguns registros presentes na tese de LIMA (2015), como um convite enviado aos associados da Comunidade Luterana para discutirem e, mais tarde, decidirem em assembleia sobre a desapropriação:

Convite

Sr.....

Na qualidade de presidente da Comunidade Evangélica desta cidade tenho a honra de convidar V.S. para a assembleia Geral que se realizará no dia 13 do corrente mês (domingo), às 14 horas, na igreja, a-fim-de ser discutida a alienação do prédio da antiga escola, visto haver a Prefeitura Municipal resolvido nele instalar a maternidade local.

Chamo a atenção de V. S. para o &2º do art.5º dos Estatutos, segundo o qual só tem direito ao voto os sócios que estiverem em dia com as suas contribuições ou que não estejam atrasados por mais de um ano nessa obrigação.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. S. protestos de estima e apreço. (Coleção Guilherme Glück – MISPR *apud* LIMA, 2015, p. 179).



Fonte: COLEÇÃO GUILHERME GLÜCK – MISPR (DÉCADA DE 1950) *apud* LIMA, 2015, p. 182).

Sugestão de observações a pedir para os alunos:

1. Tema principal das fontes acima;
2. elementos que compõem a imagem;
3. Finalidade da fotografia;
4. Importância enquanto fonte histórica;
5. contexto em que foi produzida;
6. Estabeleça uma relação com as outras fontes analisadas.

As desapropriações atingiram também alguns habitantes locais, como foi o caso do tio do reconhecido fotógrafo local, Guilherme Glück:

[...] Com a construção da nova estação ferroviária, a chácara de Henrique Glück atingida por uma desapropriação, reduziu-se substancialmente, sobrando praticamente a sede e pequeno terreno em volta. Inconformado, o velho mudou-se para Ponta Grossa, onde faleceu. (O ESTADO DO PARANÁ, 1973, p. 19 *apud* LIMA, 2015).

Foram anos nada fáceis aos que descendiam de povos dos países que compunham o Eixo e, assim como a Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo de Getúlio Vargas também teve seu fim em 1945. Entretanto, as consequências desse período permaneceram. Por medo de manifestarem-se e serem punidas, muitas pessoas que ainda utilizavam sua língua vernácula, às deixavam de falar e de repassar às gerações mais novas. Fotografias, correspondências em alemão e tudo o que remetesse ao país de origem desses imigrantes acabaram, muitas vezes, sendo destruídos para que não passassem por nenhum tipo de constrangimento ou punição. Tudo em nome de uma brasilidade que precisava ser forjada.

Além disso, nada consta de registros oficiais sobre este período nas atas presentes na Câmara Municipal da Lapa. Dessa forma, o passado foi sendo destruído e o silêncio sobre tal evento foi se perpetuando, até parecer que a nacionalização aconteceu de forma natural e harmônica, como se os imigrantes fossem se adequando por meio do tempo e convivência, e não que foram forçados a se enquadrar na chamada “brasilidade”.

Para completar as informações sobre o tema, segue uma lista de sugestões de leitura e vídeos:

BORGES, Átila José. Lapa -Memórias de um guri em tempos de guerra- 1936 - 1945. Curitiba, 2003.

LIMA, Ederson Prestes Santos. História, memória e educação no olhar photographico de Guilherme Glück (Lapa/PR, 1920–1953). Tese. UFPR. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52990/R%20-%20T%20-%20EDERSON%20PRESTES%20SANTOS%20LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

<https://www.youtube.com/watch?v=iJ-8qAko75A> - Brasileiros na Wehrmacht e alemães na FEB? Entrevista com Dennison de Oliveira.